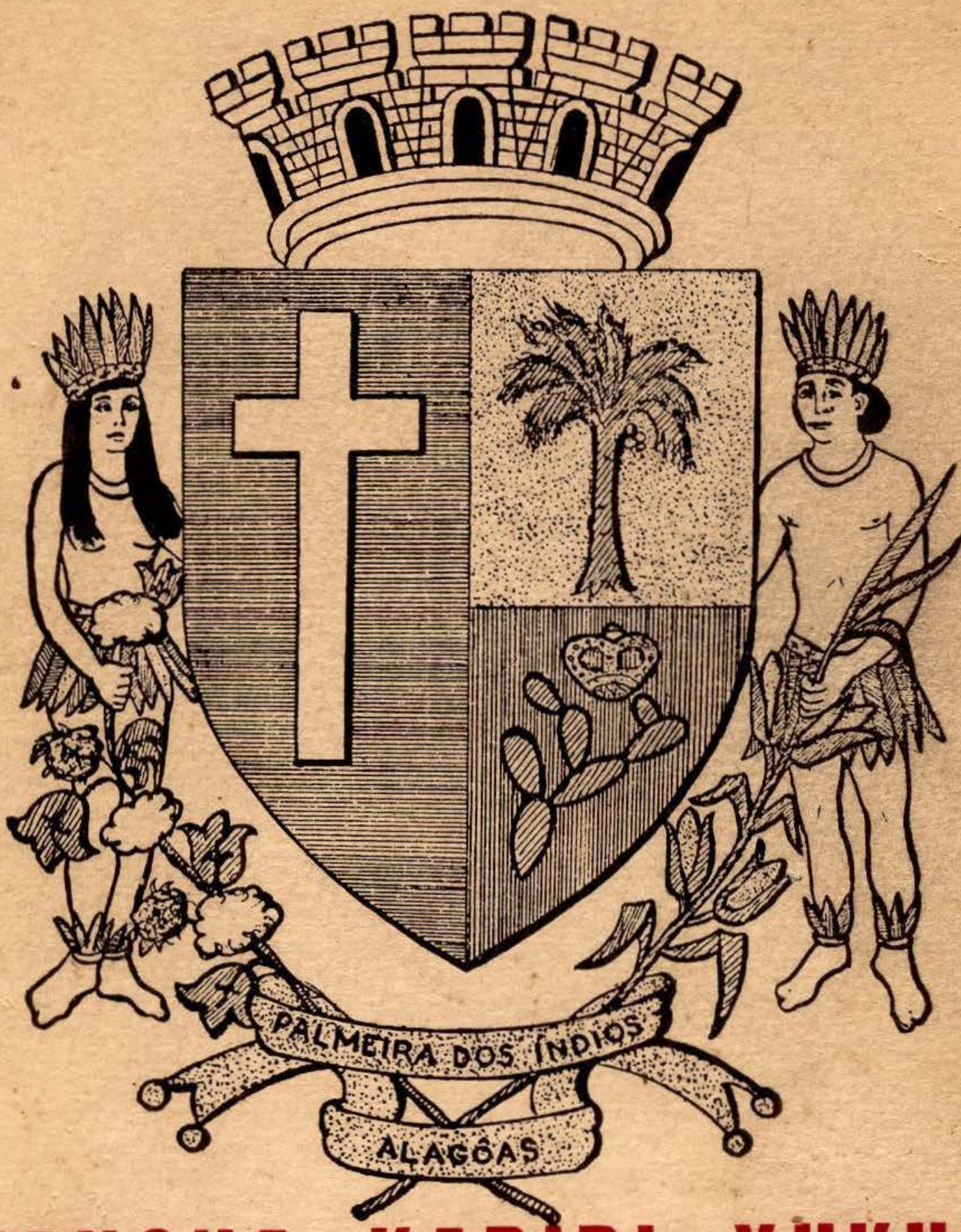
CLOVIS ANTUNES



WAKONA - KARIRI - XUKURU

— 1973 —

Clovis Antunes Carneiro de Albuquerque exerce atualmente a função de *Professor Assistente de Antropologia* no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Alagoas — UFAL.

O presente trabalho procura discorrer sobre os costumes remanescentes de um grupo indígena aculturado já nos últimos lampejos do crepúsculo de sua história.

Em um estudo anterior sob o título "Comportamento Bio-Social de um Grupo Étnico de Alagoas: Os Chucurus de Palmeira dos Indios -1965" aborda alguns aspectos da sua vida social.

Neste "Ensaio Antropológico" são colhidos mais subsídios através de entrevistas e pesquisa de campo a fim de ser melhor interpretada a cultura dos caboclos palmeirenses da Fazenda Canto.

O lançamento desta edição visa assinalar a passagem significativa do Bicentenário da Fundação do Aldeiamento de Palmeira dos Indios em 1773 marco definitivo das origens da Cidade.

WAKONA-KARIRI-XUKURU

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

CLÓVIS ANTUNES

WAKONA-KARIRI-XUKURU

Aspectos Sócio-Antropológicos dos Remanescentes Indígenas de Alagoas.

Renato Nicolai

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

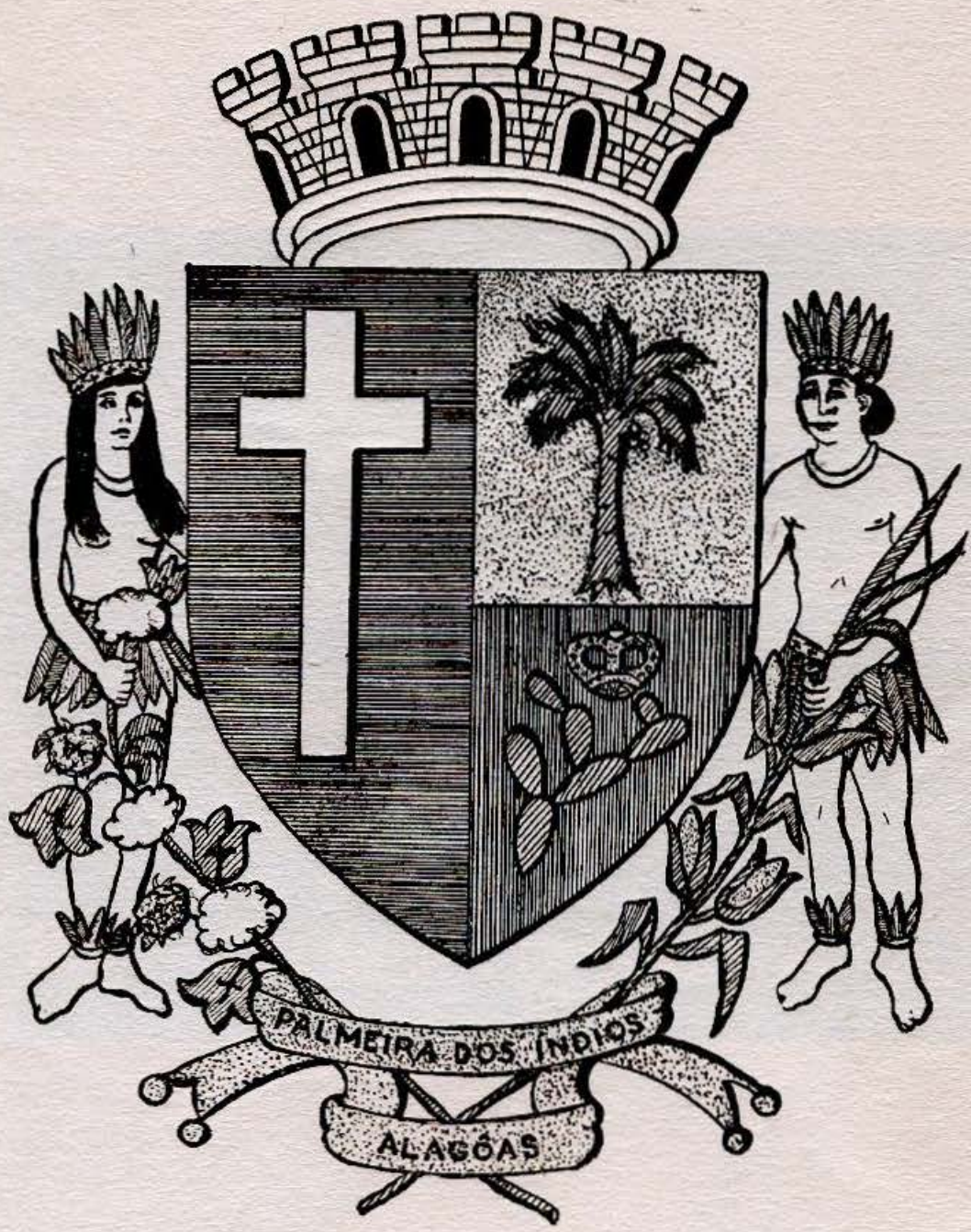
IMPRENSA UNIVERSITARIA — 1973

5

Dedicatória

À minha esposa Solange

Ao meu filho, o desejo que descubra sempre os caminhos da Justiça, da Ciência, da Verdade.


PALMEIRA DOS ÍNDIOS
ALAGÓAS

PALMEIRA DOS INDIOS • AL
1970

APRESENTAÇÃO

Eis que finalmente aparece o mais completo trabalho, até o momento, sobre os índios xucurus-cariris! Não se pode dizê-lo definitivo, mas veio preencher muitas das lacunas históricas dessas duas tribos que habitavam as plagas palmeirenses antes da chegada do branco conquistador. Agora, o estudioso terá nas mãos um eficiente livro que o ajudará a ter uma visão global e a compreender melhor a tradição, a cultura e a vida, enfim, dos caboclos da Fazenda Canto, os poucos remanescentes das nações indígenas quase desaparecidas.

É verdade que muita coisa se perdeu com o passar do tempo e pelo próprio desinteresse dos antepassados em anotar as particularidades palpitantes das duas tribos que são analisadas neste estudo. A própria civilização ocidental, por sua vez, ao invés de preservar o patrimônio cultural e étnico da gente nativa, marginalizou-a até o extremo de pouco não a extinguiu. Aglomerados em Missões, os indios foram sendo influenciados por costumes diferentes. Perderam então o elo de ligação com a fonte original, e a própria crença, excomungada pelos conquistadores, mesclou-se com o dogmatismo cristão, para se tornar num mixto indefinido de literatura e fé cabocla.

O professor Clovis Antunes, porém, conseguiu juntar o pouco que restou da orgia iconoclasta do europeu adventício e o enfeixou neste brilhante trabalho.

Conheço a obra desde quando o antropólogo autor rabiscou as primeiras linhas. A idéia nasceu de um anseio de aprimoramento na qualidade do seu magistério. Durante as aulas ministradas no Colégio Pio XII, sentiu o professor Clovis Antunes a necessidade de melhor conhecer os costumes dos índios xucurus-cariris para transmitir com mais riqueza de detalhes aos seus alunos. E pesquisou muito. E dedicou a ouvir testemunhos bastantes. E realizou escavações até.

Discutimos juntos alguns pontos controvertidos. No final, resultou o presente trabalho, um brilhante estudo sem dúvida, capaz de dar uma visão global da vida antiga e atual das tribos que originaram a cidade de Palmeira dos Índios.

Foi um esforço ingente do autor. Reagrupar fragmentos perdidos sempre foi uma tarefa dificílima, ainda mais, quando o que se procura, quase veio a ser olvidado na memória das próprias testemunhas. O nativo, nos primeiros tempos em que se encontrou com o branco, foi caçado sem perdão. Os europeus queriam terras onde pudessem produzir novas fortunas e, para isso, começaram a desalojar o índio. Com a reação natural deste, veio a chacina impiedosa. O caboclo então fugiu. Os que voltaram ou ficaram, sentiam-se temerosos em viver a tradição de séculos. Daí, os atuais caboclos da Fazenda Canto pouco conservarem do patrimônio cultural legado pelos antepassados.

Felicito o professor Clovis Antunes pelo palpitante trabalho.

Luiz B. Tôrres.

O MUNICIPIO DE PALMEIRA DOS INDIOS

As terras do Município de Palmeira dos Índios constituíam primitivamente um aldeiamento de índios: os Wákõná--Kárírís.

Numa parte compreendida entre um brejo denominado Cafurna e os palmeirais da Serra da Boa Vista e Serra da Capela os selvícolas formaram a sua aldeia.

D. Maria Pereira Gonçalves, então proprietária da sesmaria, fêz doação em 27 de julho de 1773, de "meia légua em quadro de terras para a edificação de uma Capela sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Boa Morte".

Essa Capela, segundo a tradição, foi construída no local onde hoje se ergue a Matriz de Nossa Senhora do Amparo, a Igreja Catedral da Diocese de Palmeira dos Índios.

Em 1821, os indígenas fizeram um apelo ao Presidente da Província das Alagoas, alegando o direito de posse, no sentido de lhes serem doadas terras onde pudessem trabalhar. A 27 de dezembro de 1822, a Junta Governativa, atendeu ao apelo e determinou que fôsse feita a demarcação das "terras dos Indios".

A data certa da criação da Freguesia de Palmeira dos Índios remonta a 1798.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Vila da Palmeira dos Índios foi criada pela Resolução nº 10 de 10 de abril de 1835, desmembrada da Vila de Atalaia. Sua instalação deu-se a 12 de março de 1838 pela Resolução nº 27.

A Lei nº 43 de 4 de maio de 1846 suprimiu a Vila e anexou-a à Vila de Anadia. A Resolução nº 309 de 23 de junho de 1853 restaurou-a. Foi elevada à categoria de Cidade no dia 20 de agosto de 1899 pela Lei nº 1.093 como se lê na ata "Auto da Cidade de Palmeira" nos Arquivos da Prefeitura Municipal.

Atualmente, Palmeira dos Índios é formada pelos distritos da própria Sede, de Canafístula e Caldeirões de Cima.

É sede de Comarca. O Têrmo, desde sua criação, pertenceu à Comarca de Atalaia, passando pela Lei nº 3 de 22 de janeiro de 1838 à Comarca de Anadia, então criada. Em 1872, a Lei nº 624 de 16 de março criou a Comarca de Palmeira dos Índios com o seu Têrmo e o de Quebrangulo.

AMBIENTE FISICO

Palmeira dos Indios situa-se no chamado Polígono das Secas, com clima quente e úmido. Foram registradas temperaturas de 34º, máxima e de 17º, mínima. A precipitação pluviométrica é de 1.252,2 mm em 1968.

A época normal da chuva é de maio a agôsto. Nas serras há umidade quase permanente.

A Cidade fica situada a 290 metros de altitude tendo as seguintes coordenadas geográficas: 9º 24'26" de latitude sul e 36º 48' de longitude W. Gr. Dista em linha reta da Capital Maceió 102 kms rumo 73º 42, NO.

O subsolo é rico em jazidas de calcáreo, mármore, mica e ferro. O relevo municipal orográficamente apresenta as Serras da Boa Vista, Anum, Palmeira, Cafurna e Capela, Bernadino e Macacos.

Nas terras baixas há as chamadas caatingas e capoeiras com madeira e pastos naturais. O terreno é argiloso-arenoso, cortado pelos rios Coruripe e Panelas.

DEMOGRAFIA
AGRICULTURA
INDÚSTRIA

O Município tem uma população de 59.687 habitantes segundo o censo de 1970. A economia se apóia na pecuária com grandes áreas de pastagens naturais; na agricultura com plantio abundante de banana, milho, feijão, pinha, mandioca, manga, fumo, café, caju, amendoim, algodão, laranja, melancia, mamona; e nas indústrias extrativas de produtos minerais (rochas calcáreas) e de transformação que é predominante a industrialização do óleo de caroço de algodão e de couros. Segundo o recenseamento de 1970, o Município de Palmeira dos Índios apresenta uma população de 59.687 habitantes (26.494 homens e 33.193 mulheres) assim discriminados (IBGE):

Cidade: 25.219 habitantes (10.843 homens e 14.374 mulheres).
Vila de Caldeirões de Cima: 190 habitantes (89 homens e 101 mulheres)
Vila de Canafístula: 683 habitantes (319 homens e 364 mulheres)
Zona Rural: 59.687 habitantes (26.494 homens e 33.193 mulheres)

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

No plano dos transportes conta com estradas de ferro e rodovias federais, estaduais e municipais. Pela BR—316, o Município se comunica com a BR—101 de Maceió e BR—110 de Pernambuco após cortar a BR—234.

Palmeira dos Indios possui serviços de comunicação através dos Correios e Telégrafos, Companhia Telefônica e torres de retransmissão de TV.

No setor de rádio-difusão levando cultura para tôda a região do Agreste e Sertão alagoanos encontra-se muito bem instalada a Rádio Educadora Sampaio, ZYB-37 funcionando em ondas médias.

SAÚDE

Funciona na Cidade o Hospital Regional Santa Rita e a Maternidade Santa Olímpia como também muitos consultórios particulares médico-dentários. Estão instalados na Cidade 2 Postos de Saúde e 8 farmácias.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Em 1969, segundo dados estatísticos, havia no Município 110 estabelecimentos de ensino com 220 professôres e 9.420 alunos matriculados.

O ensino médio é ministrado no Colégio Cristo Redentor com 271 alunos; no Colégio Pio XII com 308 alunos; no Ginásio Comercial Nossa Senhora do Amparo com 70 alunos; no Ginásio Normal Monsenhor Macedo com 70 alunos; no Colégio Estadual Humberto Mendes com 650 alunos; no Ginásio Francisco Cavalcanti com 287 alunos e no Ginásio Sagrada Família do Centro Social Diocesano com 132 alunos. Nestes estabelecimentos de ensino lecionavam 101 professores.

Além das bibliotecas particulares das sociedades assistenciais-sócio-recreativas e dos colégios, Palmeira dos Índios conta com a Biblioteca Pública Municipal com 2.050 volumes.

Entre as várias associações desportivo-sócio-recreativo-culturais destacam-se o Aéro-Clube, o Centro Social Esportivo, o Teatro de Amadores (TAPI), o Rotary-Clube, o Lions-Clube, e a Associação Atlética do Banco do Brasil, Câmara Junior, Interact, Leo-Club, Campanhas de Escolas para a Comunidade.

No Município circulam jornais provenientes de Recife e Maceió. Há 3 livrarias e uma tipografia na Cidade. Palmeira é bem servida por quatro bons cinemas.

TURISMO

A Cidade oferece para turismo a Serra da Cafurna; o Alto da Boa Vista com seu Cruzeiro das Promessas com uma visão panorâmica da cidade e da zona rural; a Fazenda Canto, núcleo de remanescentes indígenas mantido pela FUNAI, distando 6 kms, da sede; Jardim Brasil com ruas simétricas na parte sul da cidade; Casa do Mestre Graça (a casa onde morou o literato Graciliano Ramos) tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional onde funcionará a Biblioteca Pública; Açude Público Xucurus; o Alto do Cruzeiro situado a 4 kms da sede, no pico mais alto da Serra da Palmeira; Museu Xucurus, fundado em 12.12.1971.

As festas turísticas folclóricas são a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Amparo, a Festa dos Índios na Fazenda Canto e a tradicional Vaquejada atraindo os vaqueiros de toda a região do Agreste e Sertão Alagoano cujas noitadas são brindadas com literatura de cordel, zabumba e pífanos, orquestra, cantadores e violeiros nordestinos. Dia do Índio — Palmeira está incluída no Roteiro Turístico da EMBRATUR.

RELIGIÃO

Palmeira dos Indios é Sede de Diocese da Igreja Católica com duas paróquias: Paróquia Nossa Senhora do Amparo (Matriz-Catedral) e Paróquia de São Cristóvão.

Relíquia histórica da cidade são: Capela de São Pedro e Capela de Nossa Senhora do Rosário, onde está instalado o Museu de Arte Sacra.

A festa anual da padroeira, Nossa Senhora do Amparo, é comemorada no dia 1° de janeiro.

Há também templos de outras Religiões, destacando-se o da Assembléia de Deus, situado no centro da Cidade. A Diocese mantém, entre as inúmeras obras sociais, os Centros Comunitários que servem como centros sociais de educação, artesanato e catequese.

A Sociedade de São Vicente de Paulo dinamisa sua ação com programas de assistência social caritativa e de habitação popular.

A Matriz-Catedral da Paróquia e Diocese onde, segundo a Tradição, "foi erigida a capela do Senhor Bom Jesus da Boa Morte por —— Frei Domingos de São José". ——

Desfile cívico dos Colégios no Dia da Independência do Brasil —— vendo-se ao fundo o Brejo da Cafurna ——

OS WÁKÕNÂ - KARIRIS - CHUKURUS DE

PALMEIRA DOS ÍNDIOS

HISTÓRICO

Em Palmeira dos Índios, cidade próspera na entrada do sertão alagoano, Cidade das Quatro Portas, conhecida como Princesa do Sertão Alagoano, habitam, ainda, remanescentes índios na "Fazenda Canto", do Posto Indígena "Irineu dos Santos", do Serviço de Proteção dos Índios, que, a partir de 1968, ficou sendo chamado, oficialmente, de "Posto de Palmeira dos Índios da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)".

Os remanescentes indígenas são conhecidos como "chucurus". Contudo, os atuais índios, principalmente os mais velhos da tribo, moradores do Posto, afirmam que ouviram dos seus avós que "eles não são chucurus, mas sim, índios kariris da tribo wákonãn". "Chucurus" é um apelídio — afirmam.

O etnólogo D. Ribeiro, em seu livro "Etnologia Brasileira", — 1957, classifica os índios aculturados do Município de Palmeira dos Índios; "Wákõná" ("Wákônân"). Segundo alguns historiadores alagoanos os chamados chucurus palmeirenses vieram de Cimbres, Município de Pesqueira, Pernambuco, da Serra do Urubá. Chucurus, etnologicamente, quer dizer ANDARILHO.

"Uma família chucurus de Cimbres — Pesqueira — Pernambuco — assim contam os atuais indígenas palmeirenses — foragida, em tempos idos, pelo flagelo das secas do sertão, solicitou abrigo aos kariris de Palmeira e fixaram-se na entrada da Serra da Cafurna, onde, hoje, se encontra o bairro chamado "Chucurus", cujo açude tem o mesmo nome. Quando os kariris desciam da Serra da Cafurna, da Serra da Boa Vista ou da Serra da Capela, iam visitar os chucurus, ou mesmo, pernoitavam em suas casas. E, assim, aos poucos, os chucurus tornaram-se influentes e hospitaleiros".

Não é de admirar esta versão, porque, ainda hoje se diz no sertão: "Vamos a casa dos Maltas, a Fazenda dos Torres, ao Sítio dos Souzas".

Assim, também, brancos e kariris falavam nesse estilo: "Vamos a casa dos Chucurus". Aos poucos, tornou-se costume entre os brancos, chamar todos os índios, que habitavam Palmeira dos Índios, de "chucurus", em lugar de "Kariris-Wákõnãn".

Daí, tornar-se comum e muito generalizado aos oradores em arrôbos de oratória, dizerem: "Palmeira dos Índios, Terra dos Chucurus", quando deveriam afirmar: "Palmeira dos Índios, Terra dos Wákõnãn" ou "Terra dos Kariris-Wákoná".

"Hoje em dia — afirmam os atuais remanescentes palmeirenses — há uma família descendente dos chucurus, que mora na Serra da Boa Vista, na Serra do Kandará. É a família de Manuel Pascoal, que tem, atualmente, mais de 60 anos".

Pode-se provar que o grupo remanescente dos índios palmeirenses são da tribo "Wákonãn" ou "Wákoná", através da linguística.

Miguel Celestino da Silva, considerado o atual "cacique, mestre-cantador do toré", relata que "ouviu seus avós dizer que eles eram "wákonãn ou wákoná ou inakáná". Os remanescentes indígenas palmeirenses, ainda hoje em dia, sabem distinguir palavras da língua kariri de outro idioma indígena.

Os índios Caetés, tão conhecidos da História do Brasil e de Alagoas, como também os Kariris, habitavam toda a faixa litorânea do Nordeste. São as tribos mais antigas. Os atuais indígenas palmeirenses, embora atualmente sofram as influências culturais dos Fulniôs, não participam e não são classificados, etnologicamente como Tapuyas, e não fazem parte do Grupo Gê. São remanescentes kariris. Os chamados Kariris do Porto Real do Colégio, de Alagoas, estão mais ligados aos xocós de Sergipe e Bahia. Os kariris formam um tronco linguístico extinto, que compreendia os Kanuarú, os Dzubukua, Kipea e Sapuya foram desalojados da aldeia de Pedra Branca, perto de Amargosa, Bahia, segundo Darcy Ribeiro.

Os Kariris formavam um grupo à parte, no Nordeste. Robert Lowie, em sua contribuição para o Handbook American of South American Indians", no Vol. 6, falando sobre os Kariris, afirma: "Os Kariris formam uma família linguística, compreendendo os Dzubukua, Pedra Branca e Sapuya como dialetos. No tempo da ocupação portuguesa, eles residiam no interior do Brasil, até o começo do Século XIX. Destes grupos, os Cariris e os Sapuyas eram os únicos do Oeste da Bahia. Reduzidos em número, devido ao contacto holandês e português, os índios Cariris foram colocados pelos jesuítas em aldeias, a oeste da Bahia. Os kariris tinham um nível de cultura mais alto do que a maioria dos brasileiros orientais. Eles plantavam mandioca, milho, fei-

jão, algodão; dormiam em rede; faziam cerâmica modelada na base e acordelada em cima, correspondendo à louça chucurus de Cimbre (Pernambuco), e acredita-se mesmo que tivessem um fuso simples. As casas eram de tipo de taipa, com os tetos de palmeira e outras folhagens. Não eram canibais. Suas armas incluiam flechas, arcos e lanças, mas não, bordunas. No último quartel do Século XVII, andavam nús e, apenas ocasionalmente, usavam trombetas e pau de orelha; genipapo e urucú serviam para decoração".

Em 1938, Nimmendajú recolheu alguns fatos sobre o antigo culto jurema. "Um velho mestre de cerimônias, manejando um maracá de dança, decorado com penas, servia uma tijela de infusão das raízes de jurema a todos os celebrantes, que, então, começavam a ver visões gloriosas da terra dos espíritos com flores e pássaros". O antigo culto jurema é, ainda hoje em dia, realizado pelos Pankararús de Petrolândia, em Pernambuco. Martius afirma que os Wákoná são índios Cariris.

Martius de Nanttes (1706) narra duas lendas sobre a origem da mulher e o encantamento dos índios. Relata, na sua história, as palavras conhecidas pelos kariris, 'tupi", "tupã", e acrescenta: "Deus manda um velho amigo à terra, para viver com os índios, que o chamam de "vôvô". Este transforma as crianças em "pecaris". Os indígenas palmeirenses conhecem a palavra "vôvô", ou "tuxá", cuja significação é "o mais velho da tribo", embora os atuais índios de Porto Real do Colégio chamem Deus de "Tupãn" e o cachimbo de vôvô".

Constatam-se, ainda, reminiscências entre os índios palmeirenses. Falam de "genipapo" e do "gulijó", que é uma bebida distribuída entre os presentes na dança do toré ou quando estão em reuniões cultuais; conhecem uma toada de culto jurema, que ouví cantar por pankarús palmeirenses; e particularmente, quando falam da origem da tribo, reportam-se a "pissorê", que não é outro do que o "vôvô" enviado pelo Tupã à terra; conhecem os "índios encantados", que, talvez, sejam os "pecaris". Aliás é digno de nota que perto do Município de Palmeira dos Índios, o povo conhece uma localidade com o nome de "Encantados", que fica perto do povoado e riacho dos Caldeirões e do Sítio Olho d'Água do Caranguejo.

"Portanto — diz Alfredo Celestino, que se considera o pagé da tribo —, os kariris e os caetés são os índios mais antigos do Nordeste".

"Nós provamos que somos cariris pela Carta Régia. Os cariris formavam uma única família. Aos poucos foram se dispersando, devido a certas circunstâncias, como por exemplo, pela perseguição dos brancos. As famílias foram se constituindo em

tribos menores, conservando ou perdendo as suas tradições e, especialmente, o idioma. Todas as terras de Palmeira são dos índios. Como o Governo não pudesse indenizar os índios, então, em 1952, procurou, através do Serviço de Proteção dos Índios (SPI), reuní-los em um Posto, que é a atual Fazenda Canto. Ficamos gratos aos esforços de Mons. Alfredo Dâmaso, Dr. Antônio Maria Marchet e dona Maria Luiza Jacobina do SPI".

"Assim como os índios de Águas Belas tem as suas terras e a readquiriram, tantos anos depois, assim também os índios de Palmeira tem o seu direito, porque a terra de Palmeira é dos índios. Os índios que estavam dispersos aqui em Palmeira, na Serra da Cafurna, Serra da Capela, Serra da Boa Vista foram vindo para cá, embora ficassem muitas famílias indígenas na Cafurna e em outras localidades de Palmeira. Nós somos kariris, porque também nos disse o Cacique Serapó de Águas Belas".

"Os do Colégio são Caetés. Colocaram o nome de kariris sem nossa licença... O terreno dos índios kariris de Palmeira, foi delimitado no tempo do Império, através do auxílio de Dona Maria I. Foi ela quem mandou demarcar a terra dos índios". Segundo Dona Maria Luiza Jacobina, que estava na aldeia hospedada com os índios, quando da nossa passagem na Fazenda Canto, "havia, antigamente, em Palmeira, uma capelinha na aldeia dos índios. Os índios tinham as suas terras, cujos limites abrangiam uma área de uma légua de terra quadrada e que, hoje em dia, pode-se comprovar seus limites: Pedra Montada na gruta do Engenho Velho (é uma pedra redonda, montada em três pedras); Serra Pelada, na Cafurna (até o Pico da Serra da Cafurna); Guedes, no Rio Guedes (passa por Palmeira de Fóra, em direção aos Guedes); Estrada do Moreira, junto do pé de jacarandá, que não existe mais (vem direto pela estrada das Panelas até chegar ao Guedes). O terreno dos índios está delimitado, mas os políticos da época não deixaram tomar posse, como aconteceu em Águas Belas; e, assim, os indígenas perderam as terras.". W. D. Hohenthal afirma que os índios palmeirenses são kariris e são oriundos dos Kariris da Bahia (As Tribos do Médio e Baixo Rio São Francisco. Revista do Museu Paulista - Vol. XII - 1960).

Portanto, os indígenas de Palmeira são kariris e, talvez os que se ligam mais diretamente aos primitivos kariris, porque os atuais remanescentes sabem distinguir, ainda palavras características do idioma kariri, e porque enterravam os mortos em igaçabas. É bastante conhecido, também pelos palmeirenses, perto do Sítio Caranguejo, o riacho Cariry. Já a escritura de doação de um sítio na propriedade "União", feita pelo Coronel Belarmino Cavalcanti de Albuquerque, em 17 de março de 1889,

O velho cacique José Francelino (o Tuxá) falecido em 1940 com 101 anos. Sempre lembrado entre os Wakona-Kariri-Xukuru. Era filho de José Serafim, o índio que encontrou a primitiva imagem de N. S. Achada.
(Foto em 1936.)

226

à Capela de São Pedro desta Cidade, refere-se aos limites da propriedade. "...desta Cidade para o Sítio Caranguejo... e, daí rumo direito a encontrar um riacho que se diz chamar-se Cariry, subindo por este a encontrar com terras do Sítio Caranguejo, na frente da Serra Pelada..." Esta escritura de patrimônio foi enviada anexa à petição, datada de 13 de junho de 1889, para que "fôsse aberta ao culto público, a Capela de São Pedro" e foi dirigida ao Monsenhor Antônio Fabrício de Araujo, Governador do Bispado de Olinda, conforme documento do Arquivo Paroquial de Palmeira.

Para confirmar a presença dos kariris antes dos chucurus em Palmeira dos Indios, o histórico do Município de Quebrangulo (que pertenceu a paróquia e Vila da Palmeira), fornecido pelo IBGE relata: "A tradição conserva que o local onde se levantou a povoação, foi primitivamente habitado pelos Índios Chucurus, que vieram formar aldeia nas proximidades da Serra de Palmeira dos Índios (já encontrando aí estabelecidos os Kariris), emigrados de Pernambuco, em consequência da sêca que desolou os sertões no ano de 1740", embora outros afirmem que Quebrangulo foi um quilombo de pretos fugidos, cujo chefe era Quebrangulo" na gíria dos negros, quer dizer "matador de porcos".

Palmeira dos Indios fazia parte de uma sesmaria de 30 léguas, concedida pelo Governador Geral do Brasil ao Desembargador Cristóvão de Burgos, em 1661, que, depois, veio pertencer ao Coronel Manoel da Cruz Villela. Frei Domingos de São José, catequizou os kariris palmeirenses, chegando na Villa da Palmeira, mais ou menos, em 1770.

Portanto, os primitivos indígenas de Palmeira dos Índios, são do grupo Káríri e da tribo Wákõná (Aconãn ou Wákonãn Wakonê ou Inákãná). Como houve miscigenação com os chucurus (xucuru, sancuru, sukuru, xankurus, xikurus), pode-se dizer que os atuais remanescentes palmeirenses devem ser chamados como "índios kárírís-wákõná-xúᵏúrús".

Em "Notas de Viagem de um Zoólogo à Região da Caatinga e Áreas Limítrofes" — 1969 — de José Cândido de Melo Carvalho, encontra-se a seguinte descrição: "... Chegamos a Palmeira dos Índios situada na encosta de uma serra. O clima fresco e agradável dessa cidade nos impressionou bastante. Nesse local existe ainda remanescentes da tribo indígena conhecida pelo nome Wákõná, que perdeu o domínio da língua e da cultura tradicional. Atualmente já estão integrados na civilização..."

Sôbre os "Indios da Raça Xucurú" um dos relatórios do FUNAI de Pernambuco em 1969, descreve seu modo de viver. "Os Xucurús estão aldeiados em cima da Serra do Urubá no Mu-

nicípio de Pesqueira, Estado de Pernambuco, abrangendo uma área aproximada de 4 léguas quadradas. A dita aldeia se acha dividida em diversos lugares denominados: em primeira série se destaca a velha vila de Simbres, distando da sede do Município de Pesqueira, 27 kms. Os demais lugarejos são: Brejinho, São José, Cana Braba, Caípe, Gitó, Santa Catarina, Lagoa, Caetano, Couro Danta, Santa Ana, São Marcos, Tionante, Boa Vista, Trincheira, Machado, Cana Braba de Fóra, Matinha, Santa Rita, Canivete, Goiabeira, Afetos, Simbles.

A quantidade de índios recenseados pelo Serviço até o momento é de 1 443 índios de ambos os sexos, sendo 651 do sexo masculino e 792 do sexo feminino. A maioria dos xucurus são proprietários de pequenas terras para residir e se manter; a maior parte desta grande área onde se encontram os índios aldeiados, pertence aos brancos latifundiários de Pesqueira. Os diminutos terrenos que se acham em poder dos índios foram adquiridos por herança ou comprados aos brancos.

Conservam, quanto à tradição, somente a dança tradicional do Toré, nos dias úteis, festas etc. Falam mesmo a língua portuguêsa.

Atividades: em sua maioria são agricultores, sendo que alguns se dedicam às artes como pedreiros, carpinteiros; enquanto outros se dedicam ao fabrico de cestos. As terras são banhadas por diversos riachos, todos de água doce".

Portanto, p o u c o ou nada se d i f e r e m os remanescentes indígenas nordestinos dos agrupamentos sertanejos, e apenas são indígenas por se considerarem e serem tidos como tal. Os caboclos palmeirenses indígenas são um grupo integrado, inteiramente dependentes da sociedade nacional e em estado de profunda descaracterização linguística e cultural. Mestiçados, oriundos dos Kariris - Xukurus, de origem desconhecida, não se os distingue da população rural; percorreram todo o caminho da aculturação.

Os remanescentes indígenas, caboclos palmeirenses, tipos acaboclados, curibocas, são robustos, sizudos, contudo, alegres nas relações humanas sem muita espontaneidade. São tipos de cor bronzeada, às vezes de cor negróide, cabelos geralmente pretos e lisos, olhos castanhos ligeiramente mongóis e cabeça levemente triangular.

No passado participaram também da Guerra do Paraguai "quando também foram chamados pelo Imperador Pedro II para servir ao exército. Os índios convocados utilizaram do arco e da flecha e venceram... A guerra dizimou milhares de índios brasileiros, mas os índios venceram e ganharam prêmios".

Assim relatam com muito orgulho.

Capela-Escola dos indígenas remanescentes palmeirenses.

Famílias da Fazenda Canto no ambiente rural.

"O Imperador mandou demarcar as terras dos índios fundando as sesmarias indígenas dentro das sesmarias dos brancos. Onde houvesse 100 fógos, isto é, 100 famílias indígenas era fundado uma sesmaria. Os índios então adquiriram o direito de possuir duas léguas de terra.

Com a morte do Imperador tudo se acabou. O Govêrno Federal da República de 1889 considerou extintas todas as aldeias dos índios. E assim os indígenas da Palmeira ficaram sem suas terras e "andavam bolando serra abaixo que nem pedra de enxurrada".

Os xókós-cariris (corruptela xúkúrús) espraiavam-se por tôda a Região do Rio Opára (Rio São Francisco). Conforme Pompeu Sobrinho os chamados xukurús-cariris é uma tribo amálgama dos Wákõná, Wálêikôsô, Karnijós, Pankárus que moravam nas ribeiras do Rio São Francisco, entre Pôrto Real do Colégio, Ilha de São Francisco de Penedo, Cimbres de Pernambuco e outras paragens.

Os xucurus viviam próximos aos Wákõná, (Wákõnãn, Akõnãn), fugindo dos corsários brancos que através das "entradas" e "bandeiras" penetravam no hinterland em busca de índios para fazê-los escravos.

Os indios abandonaram suas "rodelas" (aldeias) que margeavam o Rio Opára penetrando cada vez mais no interior em busca de refúgios, se fixando nas grotas e furnas, principalmente na Serra das Palmeiras, para viver em paz e livres da escravidão, senhores de si mesmos e das suas próprias terras.

Procurando aldeiar-se, presumìvelmente pelos meiados de 1630 a 1660, preferiram muitos dos cariris (os chamados xucurús-kariris ou xócós-kariris) as plagas do Sertão de Cimbres, em Pesqueira, Pernambuco e outros se fixaram na Serra da Palmeira, na Cafurna e Serra da Capela, pertencente à sesmaria de Pernambuco, Santo Antônio de Garanhuns.

Na Serra da Cafurna ou Furnas, na Serra da Palmeira e da Capela, os xucurús felizes foram conviver com os wákõná formando a tribo almágama chamada Wákõná-Karírís-Xukúrús.

Embora seja muito provável que Frei Domingos de São José, frade capuchinho, pelos anos idos de 1770 tenha chegado a Palmeira dos Indios para o início da catequese dos indígenas, sómente em 1773 oficialmente recebia a doação de um terreno para edificar uma capela em honra do Senhor Bom Jesus da Boa Morte ao sopé da Serra da Palmeira hoje chamada Serra da Boa Vista.

Assim foi facilitada a catequese dos índios aldeiados que viviam do amanho da terra, do cultivo de ervas doces e medicinais, dedicando-se aos trabalhos da olaria no fabrico de potes,

jarras e igaçabas, fiando e tecendo redes de algodão. Assim também começou uma nova Cidade e uma nova Cultura e uma nova Civilização.

O dia 27 de julho do ano de 1773 realmente é a data magna oficial da fundação da Cidade de Palmeira dos Indios, quando Frei Domingos de São José assina e recebe em cartório a doação de um terreno para erigir uma capelinha, a Capela dos Índios Wákõná-Káríris.

DOCUMENTO DO
ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS

Tópico sobre o elemento indígena em Alagoas extraído do "Relatório lido perante a Assembléia Legislativa da Província das Alagoas, no ato de sua instalação, em 16 de março de 1870, pelo presidente da mesma, o Exmo. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior":

"INDIOS

Susceptíveis de cultura moral, intelectual e artística, dóceis, pacíficos, obedientes, aptos para o serviço da guerra, sadios, de boa compleição, os índios se mostram entretanto, mui propensos à ociosidade e ao uso das bebidas alcoólicas.

Vivendo êles em boas relações com os povoados circunvizinhos, só há que notar algumas desavenças provenientes de usurpações ou invasões.

Não existem índios a catequisar, e entre êles não se contam um só missionário.

Os que abandonam as aldeias confundem-se na massa geral da população, e será bem raro encontrar algum que conserve o tipo primitivo.

Parece que já se podiam dispensar os diretores, distribuindo-se aos índios lotes de terras, e vendendo-se os restantes.

Em tôda extensão das aldeias que compreende 1.200 léguas quadradas, segundo o cálculo do engenheiro Conrado de Niemeyer, ou 650 (de 3.000 braças) como supõe o engenheiro Krauss, não existe há muito tempo um só índio selvagem.

Os funcionários dessas aldeias são os diretores, tesoureiros e oficiais dos índios.

Os rendimentos delas consistem quase exclusivamente em arrendamento das terras.

Recomendei que se não recrutassem os índios sem acôrdo com os respectivos diretores, que deviam logo designar indivíduos aptos para o serviço do Exército.

As tribus de que descendem os atuais habitantes das aldeias são Cariris e Chucurus que vieram de S. Paulo com as forças requisitadas para a destruição dos Palmares: mas é possível que existam também descendentes dos Tabajaras e Caetés que se achavam no litoral e sertões da Província na época do descobrimento do Brasil.

São 8 os aldeiamentos situados pela mor parte às margens dos rios.

Aldeiamento da Atalaia — (Município dêste nome) — Fundada esta aldeia em virtude da Carta Régia de 12 de março de 1807 à margem esquerda do rio Paraíba, três léguas acima do Pilar, com o qual se acha em relação, tinha o nome de arraial de N. S. das Brotas, passando depois a ter a denominação de Missão de Atalaia (cartas régias de 1° de abril e 17 de junho de 1809).

É uma das aldeias mais antigas, e supõe-se povoada com os índios que de S. Paulo trouxe o mestre de campo Domingos Jorge Velho para conquistar os negros dos Palmares.

Tem 204 fogos, 636 almas, e nenhum rendimento, porque na falta de demarcação, muitos proprietários têm-se apossado das terras.

Aldeiamento do Urucu — (Município e freguesia da Imperatriz) — Fica à margem esquerda do rio Mundaú, a 8 léguas da capital, e próxima à povoação do Muricí, entretendo relações com ambas. É uma das aldeias mais importantes, não só pela fertilidade do seu solo, como por se acharem nela encravados muitos engenhos. Ainda não foi aprovada pelo Govêrno a demarcação das 4 léguas de terras, e conta 838 almas com 227 fogos, e um rendimento de cêrca de 400$000 rs. que poderá subir a 1.000$000 rs. quando os proprietários pagarem os arrendamentos.

Aldeiamento de Santo Amaro — (Município e freguesia do Pilar) — Está situado à margem esquerda do rio Paraíba, duas léguas abaixo da vila de Atalaia, e uma acima da vila do Pilar, mantendo relações com ambas. Conta 646 almas com 138 fogos, e não tem rendimento.

Aldeiamento do Limoeiro — (Município da Assembléia e freguesia de Quebrangulo) — É no têrmo da Assembléia, três léguas abaixo da povoação do Corrente em Pernambuco. Tem uma população de 111 almas com 51 fogos e o rendimento regula

de 60$000 a 100$000 rs. Esta aldeia, como as de Urucú e Santo Amaro, presume-se fundadas nos fins do século XVII, por ocasião de exterminar-se a célebre República dos Palmares, quando se distribuiram terras aos índios e soldados que ajudaram a destruição dos Quilombos; sendo essas concessões confirmadas pelo Alvará de 4 de agôsto de 1693 e cartas régias de 28 de janeiro de 1698 e 28 de setembro de 1699.

Aldeiamento do Cocal — (Município e freguesia do Passo) — À margem esquerda do rio Camaragibe, e distante 5 léguas da povoação Leopoldina, entretem esta aldeia relações com êsse e outros povoados. Presume-se formada por índios de Barreiros (Pernambuco) e de Jacuípe durante a rebelião de Panelas de Miranda ou vulgarmente dos *Cabanos* que principiou em fins de 1831 e terminou em 1835. É uma das aldeias mais modernas; tem 151 almas com 35 fogos e nenhum rendimento.

Aldeiamento de Jacuípe — (Município e freguesia de Pôrto Calvo) — Acha-se à margem direita do rio dêste nome e duas léguas ao sul de Una. Sua fundação, ordenada por Carta Régia de 12 de março de 1707, sob a denominação de Arraial de São Caetano de Jacuípe, só teve lugar dois anos depois, em consequência de outra Carta de 1709. O diretor assinala como época da fundação o ano de 1608, sendo o seu primeiro diretor Crustóvão de Mendonça Arraes. Tem essa aldeia 273 almas distribuídas em 82 fogos e 100$000 rs. de renda, que podia aumentar demarcando-se o terreno. Entretem relações com Barreiros, Pôrto Calvo, Água Preta, Jacuípe, Una e Leopoldina.

Aldeiamento do Pôrto Real do Colégio — (Freguesia dêste nome e município de Penedo) — Situada à margem esquerda do rio S. Francisco, e a sete léguas de Penedo, mantem relações com 11 povoados circunvizinhos. Tem 140 fogos, 298 almas e um rendimento não excedente de 100$000 rs.

Supõe-se que foi fundada nos meados do século XVII pelos jesuítas de Pernambuco.

Aldeiamento da Palmeira dos Indios — (Município e freguesia dêste nome) — Situado na vila, presume-se fundada pelos meados do século XVII e tem 201 fogos e 572 almas, rendendo cêrca de 200$000 rs. e não entretem relações com os povoados vizinhos. O govêrno provisório em 1822 mandou demarcar as terras que os índios possuiam há mais de 80 anos".

OUTRAS INFORMAÇÕES

SOBRE OS KARIRIS

No livro "Os Kariri, o crepúsculo de um Povo sem história" de Alfonso Trujillo Ferrari (São Paulo, 1957) o autor refere-se aos Kariri como segue: "Em Alagoas, os Kariris são encontrados como "remanescentes" em Porto Real do Colégio, outrora nação amplamente espalhada pelo Nordeste, desde a Bahia até o Ceará e talvez o Piauí. Em Colégio, como reminicência encontra-se o chamado "Bairro dos Kariris", que serve de núcleo residencial a numerosas famílias descendentes dos antigos kariris e de outras tribos aldeiadas pelos jesuítas no século XVII. Ainda hoje em dia, alguns elementos da cultura kariri se evidenciam em certos rituais.

Os atuais Kariris de Colégio (como também os atuais remanescentes palmeirenses) constituem um grupo tribal abrasileirado ou aculturados com padrões culturais imperantes, sem chegar a ajustar-se à sociedade e cultura nacional, colocando-se num plano de "marginais".

Os Kariris são pela primeira vez citados na história brasileira por Fernão Cardim na sua obra "Tratados da Terra e Gente do Brasil": "Outros no mesmo sertão da Bahia, que chamam Kariri, têm língua diferente... São amigos dos portugueses (Cardim, 1939)".

Os Kariris possuem uma língua própria. A língua própria dos kariris foi descrita pelo Padre Luiz Vicencio Mamiami S. J., que foi missionário nas aldeias da Nação Kariri, em "Arte de Gramatica da Lingua Brazilica da Nação Kariri. (Edição Rio de Janeiro, 1877).

Baptista Caetano defendeu com ênfase a posição da língua kariri, embora não logrou situá-la. "Não fica decidido que o

Kiriri seja efetivamente e no rigor da palavra dialecto da Lingua Geral, mas vê-se que tem muito dela, assim como do Kechuzcallu e principalmente dos dialectos pampeanos como o dos Chiquitos".

Ridolfo Schuller demonstrou pela linguística que os Kariris são tribos Arauak-Karibe. Lucien Adam baseado em material coligido por Frei Bernardo de Nantes, Padre Luiz Vicencio Mamiami e Von Martius classificou os Kariris como um estoque linguístico independente do Tupi e de outras famílias. Entretanto muitas tribos pertencentes a outros estoques linguísticos eram incluídos nos Kariris como por exemplo os Fulniô ou Carnijós, os Xukurus ou Xocós.

Os Fulniôs de Aguas Belas, Pernambuco têm uma língua independente graças às pesquisas de Curt Nimendajú e que o linguista tcheko Chestimit Loukotka chamou de Iatê.

Os Kariris de Pôrto Real do Colégio podem ser considerados como membros do grupo dialetal Dzubukua, ou Dzubukuá o que parece estar confirmado pelas pesquisas filológicas de Max Boudin (Boudin, 1949).

Foi mencionado o dialeto Dubukua como os dos Kariris do Rio São Francisco pelo Padre Bernardo de Nantes, que estudou a língua desse grupo durante 23 anos.

Em Porto Real de Colegio encontram-se remanescentes dos Pankarus de Tacaratú, Pernambuco "que chegaram em visita e se agradaram do lugar e ficaram" como informaram os descendentes diretos atuais dos Kariris; como também há várias famílias dos Carnijós e Chocós (Xukurus) e ainda um outro grupo dos prováveis Kariris chamados "caboclos de São Pedro".

Portanto, a contribuição dos kariris para a fundação de muitas cidades nordestinas é indiscutível. As missões, ora erigidas pelos jesuitas, capuchinhos e outras ordens religiosas tornaram-se cidade, como é o caso de Campina Grande e outras cidades nordestinas.

Pelas notícias da obra do Pe. Serafim Leite (1945-V volume), e assinaladas muito antes por Lourenço Hervas, o Pe. João de Barros, por volta de 1650, teria reunido os Kariris nas missões de Canabrava, Natuva, Geru (Juru, Jeru). Canabrava e Matuva são atualmente cidades da Bahia, e Gerú é uma pequena vila do Estado de Sergipe, onde era a menor das aldeias kariris e onde o Padre Luiz Vicencio Mamiami preparou o Catecismo e a Gramatica Kariri, segundo Edelweis (1952).

No vale do São Francisco os jesuitas estabeleceram muitos aldeiamentos com indígenas de diferentes grupos linguísticos: Kariri, Proca, Acará, Karuru, Xukuru e outros.

Outro acontecimento importante. "A Coroa, depois de examinar as queixas dos jesuitas, reforçou as prerrogativas das

missões pelo Alvará de 23 de novembro de 1700, no qual se indica que os aldeiamentos deveriam ter ao menos cem casais, dando aos índios a faculdade de escolha livre do lugar. Na lei de 4 de junho de 1703 se fixa uma légua quadrada de terra para cada aldeia, além de outros favores aos párocos" segundo Eldeweis (1953).

Desta forma os jesuitas "fugindo à sanha dos senhores da Casa da Torre" se localizaram com seus índios, 100 léguas acima de Paulo Afonso. (Eduardo Castro e Almeida: "Inventário dos Documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional. Volume I).

Coube também a fundação de muitas das missões indígenas aos Padres Capuchinhos no Baixo e Médio São Francisco, embora muitos desses índios pertencessem aos mais diferentes grupos linguísticos.

No primeiro quartel do século XVIII, ou seja, em 1715, a missão dos Kariri e outros gentios agrupados em Colégio se encontrava a cargo dos Padres Recoletos de Urubá, mais tarde chamada Cimbres, em Pesqueira, Pernambuco.

Carlos Estevão de Oliveira, do Museu Goeldi, relata em 1935 que "pelas investigações realizadas naquela cidade (Porto Real do Colégio) constatei que ali vivem descendentes da tribos NATU, Chocó, CARAPATÓ e possivelmente Parikó e Nakoã, que segundo me declarou a velha cabocla Natu, Maria Tomasia "foram também aldeiadas em Colégio".

Na atualidade, os índios conhecidos como os Kariri de Colégio constituem vários grupos tribais com línguas independentes como é o caso dos Kariri, Pankarus, Fulniô e Chucuru (Xucurú, Chocó).

Quanto aos costumes, as mulheres fiavam algodão e teciam redes de dormir bem grandes, de 12 a 14 pés de cumprimento, capazes de conter quatro pessoas. (Nieuhof, 1942) e (Marcgrave em 1646). O tecimento se fazia num tear simples. Igualmente fabricavam potes de barro (ruño), sendo que Rudolfo Garcia encontra certa semelhança entre a cerâmica dos primitivos Kariri e a de certas tribos amazônicas; embora não mencione quais são essas tribos. As aldeias dos Kariri eram formadas por casas (ara, era) que eram provavelmente do tipo de pau à pique, denominadas "casas de barro" (B. Nantes 1709) com tetos recobertos de palmeira ou de outras folhagens. (Lowie, 1946). Os Kariri não chegaram a praticar a antropofagia como as tribos consideradas Gê e Krenage, ou muitas tribos Tupi. Não é possível encontrar referência alguma nos escritos dos missionários Mamiami, B. Nantes e M. de Nantes. Dos implementos empregados

pelos antigos kariri há citações sobre a cavadeira (dehebá), machados de pedra (bodzó), arcos, que eram de tamanhos reduzidos, feitos geralmente de espinheiro e de pau-darco. Empregavam enfeites consistindo em brincos e botoques, colar de osso, que mais tarde foi substituido pelo de contas (myghy) ou também chamado colar dos Dzubukuá".

Em a "Terra dos Garanhuns" do Prof João de Deus de Oliveira Dias encontram-se as seguintes referências sôbre os Kariri:

"Na Serra dos Garanhuns no século XVI habitaram os selvícolas de raça kariri ou kiriri, da tribu dos Kariú (Cários) que por corruptela deu Guiranhú ou Unhanhú para Garanhuns de gruará-guará (ave vermelha, pernalta e aquática) e anhu ou anhum (pássaro preto, critófago).

Capistrano de Abreu em "Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil" (1930) diz que "no avanço para o sertão, os colonizadores defrontaram os selvícolas, entre os quais sobressaiam os cariris, antigos dominadores do litoral, então acuados entre o São Francisco e a Ibiapaba".

As aldeias cariris do Nordeste eram as seguintes, em 1892, segundo a carta de D. Matias da Cunha a El Rei de Portugal, descoberta por Ernesto Ennes: Anassus e Alongás, Aruás ou Oruás. Arraes ou Orises, Acumés, Aroatis ou Coroatises, Jaicós ou Jucás, Corsiás no Piauí; Icós, Ubatés, Meatans e Paiacús, no Ceará; Teremambés, Urius ou Arius, no Ceará; Janduís no Rio Grande do Norte; Chocós ou Vouvés na Paraíba; Umans, Chucuru ou Xukuru em Pernambuco, na serra do Ararobá; Pankarú, Unhanhú ou Garanhub, Karnijó ou Fulniô, ainda em Pernambuco; Akonans do Vale do São Francisco, em Penedo, no Estado de Alagoas.

Max Boudin discorda que os Karnijó ou Fulniô de Aguas Belas, Pernambuco sejam classificados como povo de raça kiriri ou kariri. Os Kariri, parentes próximos dos Karajá, procederam, talvez do planalto central do Brasil, habitat destes, dadas as crenças e costumes idênticos. Segundo Karl von den Steinen, os Karajá descendem dos Bacairís e estes dos Karijós ou Kara povos primitivos dos Andes que são de civilização marginal pré-incaica. Sob o nome genérico de Tapuias (significado tupi: bárbaro, inculto) andaram nos primeiros tempos confundidos com outros índios que infestavam a região de seu domínio. Por isso mesmo, ainda se torna dificil saber com absoluta certeza, entre tantas alcunhas tribais, quais eram os de origem kariri e quais eram os Caraíbas e os Gês.

Kiriri, alterado em Kariri, é qualificativo tupi que significa calado, soturno, bisonho, nostálgico, silencioso. Kiriri aplicar-se-ia às tribos da Bahia e Kariri às tribos do Norte, segundo Max Boudin, citando o "Catecismo da Língua Kiriri" do Padre Luiz Vicencio Mamiami.

"Apenas sabemos que os Kariri se aproximavam culturalmente dos Tupi: conheciam a agricultura, embora mais rudimentar que destes últimos, faziam redes de algodão e conheciam a cerâmica rudimentar" diz Arthur Ramos em Antropologia Brasileira (1940).

Os Kariri, entretanto, fabricavam não só as redes de dormir de fios de algodão mocó, como também, redes de pescar, de fibras de palmeira tocum à semelhança dos Tupis. Fabricavam ainda as cestas de taquaras, designadas "panacum". A sua civilização não era inferior à túpica. Apresentava no momento a mesma agricultura, a mesma indústria extrativa, o mesmo estágio cultural primitivista. A civilização diferia apenas no idioma, sendo o idioma túpico a língua geral (abanhaeenga ou nheengatú) mais falada e muito mais suave; enquanto a língua kariri ou kiriri, muito mais ríspida de sons aglutinados.

Os choques bélicos destes povos Kariri com os vicinais Tapuias e Túpicos aferiram-lhe o valor étnico e linguístico, pela sobrevivência do idioma e formação de novas etnias que caracterizaram os Gês-Kariri, quando dos recontos com os primeiros sequestros e raptos de suas mulheres, como houve exemplo com as tribos lindeiras no Baixo Rio São Francisco, como os Aconan de Penedo e Karnijó de Panema, segundo Mario Melo em "Os Karnijó de Águas Belas" (1929).

Em "Etnologia Brasileira" de Estevão Pinto (1956) há referências sobre caboclos palmeirenses.

"...Há ainda um grupo de Shucuru habitando na Serra da Cafurna, vizinhanças de Palmeira dos Índios em íntima relação com os Wacona, os quais se autodenominam de Shucuru-Cariri"...

"...Entre os chamados Tapuya figuravam os Tarairiú, e salvo engano, possivelmente os Schucuru eram parentes dos Janduí, fração daqueles"...

"...Ennes divulga um documento que diz: "Em os 5 de abril deste presente anno, chegaram a esta cidade da Bahia Joseph de Abreu Vidal, Tio de Canindé Rey dos Janduins, Maioral de 3 aldeias sujeitas ao mesmo Rei; e Miguel Pereira Guavejá Pequeno, Maioral de 3 aldeias sujeitas também ao mesmo Rei Canindé; e com eles o Capitão João Pais Floriano Português, em nome de seu sogro putativo, chamado Nhongugê, Maioral de sua Aldeia, Shucuru da mesma nação Janduim, e cunhado recíproco do dito Rei Canindé..."

"...Apontados ainda como Cariri são os Xucurús por alguns assim chamados, se bem que a tal filiação seja atualmente contestada por Kurt Nimendajú..."

Nas toantes do toré os remanescentes lembram o nome de Janduy e Canindé, recordando portanto seus ancestrais.

Ainda em Estevão Pinto seguindo Pompeu Sobrinho e Darcy Ribeiro:

Os "Uah'hôna" devem ser, talvez os Wakona (tribo de Palmeira dos Indios) e os "Waleikossô e "Techh'ili" são os remanescentes usando ainda esses nomes (Walêkôxô e Txili) que existe ou existiam em Cimbres. Grupo dos Fulniô; pelo menos essa tradição não existe, hoje em dia, na aldeia de Águas Belas, apesar das velhas relações entre os Fulniô e os povos nativos de Cimbres e de Palmeira dos Índios..."

Angione Costa em "Introdução à Arqueologia Brasileira" (1934) faz as seguintes referências sobre os Kariri.

"Os Kariris estendendo-se na zona compreendida pelo Rio Paraguassu, pelo São Francisco, pelo Itapicuru, e, possivelmente pelo Gurupi, os Kariris ou Cariris, povo de que falamos, eram os incontestáveis e absolutos senhores dessa extensa região no momento que os portugueses investiam à conquista do Norte e Nordeste do País.

Viajaram os Kariris pelo litoral, mas nem sempre seu caminhar lhes foi suave. Deixando a região do "lago encantado" de onde se diziam originários, logo os belicosos Tupininquins lhe embargam os passos, no que são seguidos pelos Tupinambás, uns e outros impelindo-os para leste, rumo à aspereza dos sertões, às terras de pouca água. Mas também nos sertões há pousos felizes, vales fartos e frescos, regiões de pequena elevação. Por isso, que são da planície, os Kariris procuram as ribeiras, mas não fogem das montanhas. Vão se abrigar à sombra das matas frescas das serras da Borborema, dos Cariris Velhos, onde estabelecem o seu quartel general, dos Cariris Novos, dos leitos do Acaracu, do Jaguaribe, do Assu, do Apodi, e outros, que senão conduzem grandes volumes de água, possuem regiões amenas e de perene frescura.

Mas não é só. Seus passos conduzem ao São Francisco, em cuja parte baixa se localizam, assim como em seus afluentes e lagunas próximas. Parece que são os primeiros a chegar por ali, porque as suas lutas, pelos tempos adiantes, ocorrerão mais facilmente com os portugueses que com os próprios índios rivais.

Calado, cabisbaixo, soturno, o Kariri fixa-se nas terras onde a tenacidade se instalou, tendo tido contato desde o começo do século XVII com os colonizadores portugueses, que por aqueles tempos entram em guerra com as esquadras e os exércitos

mandados para a defesa dos domínios que a Holanda pretendia instalar no País. Data essa época e origina-se dessa circunstância a calamidade de perseguições que irá cair sobre a raça: o povo Kiriri biparte-se na contenda entre os holandeses e os portugueses pela posse da terra, mas a sua grande maioria acompanha os soldados de Nassau.

Fácil é ver o destino que irá, certamente, aguardá-lo, quando o português ganha a partida: o Kiriri é exterminado, o Kiriri é perseguido, o Kiriri é arrasado.

Todo pretexto serve, mesmo porque as campanhas contra a tribo passam a ser feitas sem pretexto nenhum. Mas sempre aparecem motivos para caçá-los, do Maranhão a Pernambuco, do S. Francisco ao Ceará.

Os Kiriris da Bahia foram aldeiados pelo Padre João de Barros, mais ou menos em 1650, enquanto frades capuchinhos aldeavam outros no São Francisco e na Paraíba. Sua língua está cuidadosamente estudada, podendo dizer-se que é um dos povos brasílicos cujos segredos a Etnografia decifrou.

... Para os lados das Alagoas, o mesmo Martius refere-se à existência dos Aconans situados à oeste de Penedo...

Distinguiam-se os Kiriris dos numerosos povos vizinhos pela arte do tecido, pela agricultura adiantada, pela cerâmica rudimentar do seu fabrico. Dormiam em redes de algodão, usavam tipoia à tiracolo para conduzir os filhos, viviam de preferência nos ribeiros ou nas proximidades, só procurando as serras como refúgio de ocasião contra o ataque dos inimigos.

...Do ponto de vista histórico são eles uma das famílias que mais interessam à formação etnográfica do Brasil, pelo menos o no grande setor que se estende acompanhando o litoral, das margens do São Francisco ao Itapicuru, no Maranhão".

TESTEMUNHO DE UM CHUCURU

DE URORUBÁ - CIMBRES

Para comprovar as tradições dos remanescentes palmeirenses foi entrevistado em Recife, o funcionário índio do SPI (hoje FUNAI) de nome Jardelino de Araújo, chucuru de Cimbres, Pesqueira, Pernambuco em 1962. Eis o seu relato:

"Os chucurus da Serra de Urubá ou Urorubá de Pesqueira se comunicavam muito com os índios de Palmeira e o mesmo faziam os de Palmeira. É a mesma tribo com o mesmo toré, embora os palmeirenses tenham o seu "particular". Os caboclos de Pesqueira são da tribo dos Cariri. O idioma é cariri e a tribo é chucuru. Os chucurus brigavam muito com os carnijós que queriam subjulgar os chucurus. Palmeira é dos tempos antigos do descobrimento do Brasil e deu trabalho aos brancos se aproximarem de lá".

Referindo-se à dança do toré disse "que os "tamborim" eram os índios pequenos que iam à frente para festejar a padroeira, Nossa Senhora da Montanha.

"Na dança do toré — afirmou — há o mestre de gaita, o bacurau que vai na frente e serve para defender a banda dos músicos. Todos do toré levam um cacete na mão. As armas para dançar o toré são o cacete e o barretim (chapéu de palha). Possuiam um rabo de tatu para colocar na venta para apitar.

Os chucuru de Urubá têm um lageiro para fazer suas reuniões e um outro mais distante, chamado "Lage do Conselho", onde tocando as gaitas se dirigiam para rodear a fogueira em frente da igreja em honra de São João Batista e pagar as promessas".

Quanto aos "Encantados" deu a seguinte explicação:

"Alguns acreditam que eles gritam na mata e lhes deram o nome de "chorão" e se parece como um fantasma. Havendo algum perigo, os caboclos se agarram ao Tupã e Tamãinha (Mão do Céu) e os encantados vêm para avisar sobre os perigos. Os encantados são mestres guerreiros: alguns estão no bom caminho, outros não. Os bons só aparecem de ano em ano. Para isso deve-se acender uma luz e enfeitar os jarros de flores para os encantados".

UM RELATÓRIO

O relatório de Cícero Cavalcanti dos Arquivos do SPI Regional de Recife aborda a situação social dos chucurus pesqueirenses podendo-se fazer uma comparação com os costumes dos chucurus palmeirenses.

"PROCESSO Nº 712/50

Pesqueira, 12 de setembro de 1944.

Cícero Cavalcanti de Albuquerque,
Auxiliar do Sertão do SPI.

Relatório tratando da situação dos índios Xucurús e suas terras na Serra de Urubá. Fls. de 1 a 7.

1. *Discriminação dos Índios Xucurus e seus descendentes*:

Os Xucurús moram na Serra do Urubá ou Urorubá e estão localizados em nove malocas, sendo elas as seguintes: Cana-brava, Brejinho, Caldeirão, Jitó, Lagoa-Machado, Sítio do Meio, Riacho dos Afetos. A coletividade dos xucurús é constituída de 2.191 membros. Os curibocas ou mamelucos têm os traços característicos de raça indígena. Os índios puros têm as seguintes características: cor bronzeada, mãos e dedos

curtos, cabelos lisos, pretos e grossos conservando-se arrepiados. O índio é quase imberbe e não tem pelos no corpo.

2. *Outros fatos:*

Os caboclos mais velhos reuniam-se algumas vezes por ano para realizar seus ritos. Entretanto, os brancos denunciaram-lhes de catimbozeiros à polícia. Os chefes dos cultos, José Romão Jubêgo e Luiz Romão Nure foram intimados a comparecer à delegacia. Eles estão vedados de praticar o seu segredo ou seja, o seu Ouricuri pela polícia.
Romão e Luiz conhecem bastante de ervas medicinais. Eles têm feito inúmeras curas que têm causado admiração aos próprios médicos. Os "civilizados" deram também denúncias contra os dois caboclos, tendo a polícia os probido de curatórias. As sucessivas arbitrariedades praticadas pelos brancos aos xucurús já é tão grande chegando ao ponto de eles não tolerarem mais; muitos têm abandonado a maloca.

3. *Assuntos diversos e costumes dos Indios Xucurús:*

Alguns costumes xucurús ainda vivem em seu coração. O toré é dançado quando fazem festa de Nossa Senhora da Montanha. Eles reunem-se e apresentam-se com uns anéis de palha de milho amarrados aos outros, cintura, braços e joelhos e canelas. Na cabeça usam o "kréagugo" (canitara) feito de palha de coqueiro, que rodeiam com flores. No toré, um caboclo fica de parte tocando gaita, enquanto os outros dançam formando dois a dois, cada um com um "ximbó" (cacete) na mão a bater no chão acompanhado com o sapateado que fazem. Às vezes cantam e de vez em quando dão um assobio bastante forte, em sinal de alerta.
Na Festa de Nossa Senhora da Montanha, cada um tem por obrigação a trazer uma acha, que depois vão amontoando para fazer a fogueira em frente da igreja. Para no momento em que estiverem dançando o toré passarem um por um de pés nús em cima das brasas. Dizem eles, que o que escorregar no momento em que ligeiramente transpor as brasas, não chegará a ver outra festa do ano vindouro.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

O "segredo" ou "o ouricuri" ou melhor "os ritos" são praticados pelos caboclos mais idosos, muito ocultamente, por causa da polícia que diz ser "macumba". ...Os xucurús moram ainda nos mesmos lugares que lhes foram doados a duzentos anos, apesar da raça branca os ter usurpado a maior parte dos seus terrenos, os feitos moradores, pagando rendas anualmente... A aldeia dos índios xucurús na Serra do Urubá de Cimbres, cumpunha-se em 1861 de 789 índios que formavam 238 famílias e foi declarada extinta em 25.01.1879. A declaração da extinção do aldeiamento dos índios xucurús ocorreu quatro anos após aos Carnijós reunida aos Pankarús.

E por qual razão se diz que na Serra do Urubá não existem índios? Eles não eram errantes que por meio disso viessem justificar o abandono de suas terras. As terras onde habitavam e habitam são muito férteis, mais ainda que as de Águas Belas e Tacaratú.

E como poderiam desaparecer de uma região sadia 238 famílias que estavam em franca proliferação dentro de 65 anos? Não é possível... Pois eles existem tanto quanto os de Águas Belas e Tacaratú ou Brejo dos Padres que eram muito menos.

Fazem apenas 66 anos que Sua Magestade, Imperador Pedro II, no dia 25.04.1878 deu uma carta patente ao índio da tribo chucurús de Cimbres, Alberto de Brito Cavalcante Arcoverde, nomeando-o Comandante Geral das Aldeias do Império.

Os xucurús mais idosos não falam corretamente seu dialeto, todavia, conservam alguns vocábulos e frazes que com os quais se exprimem nos assuntos que lhes são peculiares com auxílio de palavras em português...

As lavouras que os índios e mamelucos usam mais nas terras arrendadas são milho e feijão. A mandioca não cultivam pelo motivo de os indivíduos que estão de posse dos seus terrenos não os permitirem. No ano de 1866 foram conduzidos 120 índios xucurús para a Guerra do Paraguai, que foram dar seu sangue em defesa da nossa querida Pátria. Diversos lá pereceram. Os que voltaram, alguns, vieram como

Alferes. Entre estes figurava o bravo Manuel Felis. Ele de regresso passou alguns anos em sua terra natal. E vendo as terras dos seus irmãos invadidas pelos senhores brancos, então solicitou providências das autoridades competentes. Foi-lhe prometido providências e estas ficaram nas trevas. Os brancos, por perseguição, conseguiram roubar sua carta patente de Alferes. Manuel Felis desgostoso por causa dos invasores e da carta, retirou-se para o Estado do Ceará, onde anos após veio a falecer de retirada, e doou seu fardamento ao índio Romão da Hora Tatarame. Este guardou-o cuidadosamente, porém, a calça e o paletó não resistiram aos tempos, ficando apenas partes da indumentária, constando dos seguintes: uma espada com bainha metálica, um quépe, uma banda de duas dragonas. Os quais lhe pedi para enviar a Diretoria do SPI no Rio para fazer parte do museu. Romão não fez questão e cedeu de bom gosto. Ele já havia encontrado bons negócios pelos objetos, mas por questão de valor estimativo recusara desfazer-se.

NOTA: A Carta Patente está arquivada com a assinatura do Imperador Dom Pedro II dada ao índio Alberto Arcoverde junto a este relatório nos Arquivos da Inspetoria Regional do SPI.
Também no mesmo Arquivo encontra-se uma cópia autêntica do documento protocolado e arquivado sob nº 30 pág. 164, Livro 9, de 27 de junho de 1950 com os seguintes dizeres:

"Solicito especial obséquio de vossa providência no sentido de conseguir do referido servidor um documento de baixa do ex-combatente da Guerra do Paraguai, Indio Nicácio Alves Feitosa".

HISTÓRIA DA PALMEIRA

No Arquivo Paroquial da Secretaria da Diocese foi encontrada a "História da Palmeira", relatada pelo Vigário José de Maia Mello, Presbítero secular da Igreja de São Pedro (Roma) e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas que foi pároco de Palmeira desde 1847 a 1899. Esteve presente às solenidades de instalação do Município, em 16 de setembro de 1889, como se lê no "Auto de posse da nova Cidade". Este relato sobre as origens da Vila é uma tradição oral.

"O passado é um imenso livro de preciozos tezouros, atendendo a esta verdade todos os povos sempre tiverão suas tradições em muita conta e puzerão grande empenho em salvá-las das trevas do esquecimento.

No ano de 1740, desseram índios da Aldeia de Simbres do alto Sertão de Pernambuco, e se aldeiaram na Serra da Palmeira, e vinherão outros (índios) d'Aldeia do Colégio do Rio S. Francisco desta Provincia (Alagoas). Estes da Tribu Chucurú, e aqueles da Tribu Cariry. Os Chucurus se aldeiaram à margem do pequeno ribeiro, Cafurna, entre terras da Fazenda Olhos d'Água do Accioly e Serra da Palmeira, fizerão o nome o seu aldeiamento; o da sua Tribu (Chucurús), que ainda hoje se conserva este nome, no logar do seu aldeiamento, e os Cariris, também, derão o nome do logar onde se aldeiarão, Serra do Cariry, onde fizerão uma pequena Igreja, de palha de palmeira.

Em 1773, aos 27 dias do mês de julho dêste mesmo ano, Dona Maria Pereira Gonsalves, seus Filhos e Genros, sendo senhores e possuidores de terras na serra da Palmeira, por Título de seismarias, doarão a Frei Domingos de S. José, meia legoa de terra (1.200 braças) Patrimônio de uma Capela ou Igreja que dentro da dita meia legoa de terras devia êle, Frei Domingos,

erigir, dedicada dita Capela ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte, que assim êles doadores o declarão, na Escritura. Esta imagem é a histórica, e ainda hoje existe nesta Matriz.

Fr. Domingos aceitou a doação, aldeiou os índios, e com êles eregio a Igreja (hoje Matriz), colocou o Senhor Bom Jesus da Boa Morte, e deu o nome ao aldeiamento, de Palmeira dos Índios, e a Serra da Palmeira porque aí existia, e ainda hoje existe um pequeno palmeiral; naquele tempo huma d'aquelas palmeiras elevava-se mais do que as outras, e por esta causa foi que os Índios Chucurús lhe derão o nome Serra da Palmeira. — Isto sei, por me haver dito a mameluca Izabel Maria da Conceição (mameluca que contava 85 anos) quando aqui cheguei em 7 de março do ano de 1847.

Esta mulher contava ter 85 anos de idade e era da Tribu Chucurú. Do ano de 1773 a 1780, foi feita a Capela ou Igreja do Senhor Bom Jesus da Boa Morte por Frei Domingos de São José, com a coadjuvação dos Índios, tendo êste Templo apenas a Capela Mor construída de tijolos, e o corpo de madeiras, e barro.

A ação do tempo tornou vetusto o Templo, e arruinou as madeiras de sua construção. Em 1862, resolvi fazer reparos e depois que dei princípio reconheci a indiclinável precizão de reedificá-lo, por que, seu estado ruinôzo, sua pequena comodação aos fiéis, que aqui concorrem ao Culto público numa freguezia como esta mais ou menos populosa, fazia resaltar a luz meridiana a urgência de um Templo de maiores proporções. Nesse interim, fiz vêr a meus paroquianos minha opinião, graças e mil vezes graças à Maria Santíssima, e ao Espirito Religiozo de que é dotada a população que me foi confiada a destribuição do Pasto Espiritual.

Fui acercado d'ela, e donativo recebi, para a construção da nova obra, animado desta maneira, meti mão a obra, e ajudou-me Deos que no primeiro de janeiro de 1869, tranquei suas portas ao Culto publico sendo dita obra ou Matriz construida por mim, de pedra e cal, tem 115 palmos de comprimento e 60 de largura inclusive os corredores, tem duas sacrestias, na sua nave tem 5 arcadas de cada lado, os corredores são assoalhados, tem galerias em ambos, tanto no pavimento superior como no terreo, nas janelas de frente tem grades de ferro, e nas demais janelas do corpo da Igreja tem cachilhos envidraçados, tem duas torres ou torriões e num deles dous Cinos.

No ano de 1798, reconheceu o poder competente a necessidade da creação de uma paroquia na antiga aldeia e hoje Vila e Comarca da Palmeira dos Índios, sendo elevado neste mesmo ano

a Categoria de Matriz o mencionado Templo ou Capella do Senhor Bom Jesus da Boa Morte, sob a envocação da Santissima Virgem do Amparo, e forão seus parochos encomendados, os segts Padres: (Obs: as datas segundo Mons. Francisco Xavier de Macedo).

1º O Revdº Julião Leite da Cunha — 1798-1802
2º O Revdº Manoel Barboza Lemos — 1802-1805
3º O Revdº Joaquim de José Oliveira Barros — 1805-1809
4º O Revdº José Miguel da Silva — 1809-1812
5º O Revdº Manoel Caetano de Moraes — 1812-1814
6º O Revdº Joaquim de Botêlho Guedes — 1814-1820
7º O Revdº Lourenço Pereira de Carvalho Gama 1820-1823
8º O Revdº Inácio Consalves de Porciuncula — 1823-1828
9º e 1º Colado — O Revdº José Caetano de Moraes, 1828-1844, confirmado pelo Principe regente D. João Sexto, tomou posse desta freguezia no dia 13 de outubro do ano de 1811 e foi assacinado juntamente com seu Sobrinho Te. Cel. Manuel Tavares Bastos (por entrigas politicas) no Sítio Taquary, da freguezia de Papacaça, da Provincia de Pernambuco, aos 2 dias do mês de novembro do ano de 1844, estão sepultados em uma pequena Capela daquele sítio (Taquary).
10º Vigrº Encomendado — O Revdº Francisco do Rego Baldaia — 1844 a 1845.
11º Frei Francisco de S. Bernardo Cavalcanti — 1845.
12º O Revdº Geronimo José Pacheco de Albuquerque — 1845-1847.
13º E o segundo Collado, é o atual Vigário José de Maia Mello — 1847-1899 — tomei posse desta Matriz, como vigário encomendado, aos 7 dias do mês de março do ano de 1847, fui apresentado por S. Magestade Imperador Pedro 2º, por Decreto de 14 de junho do ano de 1848 e colado aos 21 de novembro do ano de 1849.

Esta paroquia fez parte das duas freguezias, á de N. S. das Brotas da Vila da Atalaia, e a de N. S. do Ó da Vila do Traipú, outrora, porto da Barra do Traipú. Em 1822 os Índios requererão a Exma. Junta do Govêrno, desta Provincia, para lhes dar uma legoa de terras, de duas mil e quatrocentas braças em quadra, metendo dentro ou no centro dessa quadra o Patrimonio da Matriz doado por D. Maria Pereira Gonsalves e seus herdeiros, e o Govêrno lhes concedeu, em data de 3 de outubro do mesmo ano.

Desse requerimento se evidencia serem os fndios os primeiros habitantes do território desta freguezia, conforme declararão, êles na sua mencionada petição, daquele despacho de 1822, se-ve-que êles habitarão a mais de 80 anos.

Os meus antecessôres, e irmãos Sacerdotes, não procurarão legitimar o Patrimonio da Matriz, o que fiz logo que tomei posse da administração da mesma. Procurei saber onde está sua escritura, achei-a no Cartório Civil da Vila, e Comarca do Sertão de Pernambuco, de Sto. Antônio de Garanhuns, requeri e si me deu seu traslado, porém, apresentando ao juiz competente este me disse que essa doação havia caducado, por ter cahido em commisso, a vista do que parei, porem lhe fiz sentir que os bens das Igrejas nunca prescrevião em favor de particulares, ao que respondeu-me que esse previlégio, a lei da multização ou mão morta, havia acabado.

Esta freguezia tem de longetude de nascente ao poente 15 legoas e 8 da latitude do Sul á Norte. Seo progresso tem sido pouco, por que as sêcas, e epidemias que por ella tem passado tem devastado a sua população.

Na era de 1790 teve trez anos de sêca, na de 1820 teve dois: 24 e 25, á de 60. E esta horrivel sêca quatro anos 1876—1877-78 e 79, a farinha de mandioca de hum selamim - 5$000 rs o de milho — 3000 rs e o de feijão — 4$000 rs e 5$000 rs.

A população emigrou para mais de doiz terços, o gado vacum e cavalhar, ovelhum e cabrum quasi se acaba a semente.

A epedemia Colera Morbus graçou nesta parochia cinco meses, o de dezembro de 1855 e os de Janeiro, Ferv, Março e Abril, do ano de 1856. Ceifou este horrivel hospede — 3500 almas, e reaparecendo em outubro, novembro e dezembro de 1862, ceifou — 250 vidas e em 1877, apareceo, aqui nesta freguezia e Vila da Palmeira, uma febre emitando a amarella que fez o morticinio de 2000 — almas; nesse ano a população desta parochia lutou com a fome, e peste, ao mesmo tempo.

Obs: Mons. Francisco Xavier de Macedo refere-se aos padres, completando a lista dos vigários de Palmeira:

Frei Domingos de São José (Missionário Capuchinho — 1770 - 1783)

Revdº João Morato Rosa (1º Vigario Canônico — 1780-1798)

Frei Pedro de Alcantara Lins (Pró-Parocho — 1838 - ?). Visitador.

Mons. Francisco Xavier de Macedo — 1920 a 1962

O Vigário atual é o Con. Odilon Amador dos Santos — 1962 a 1973.

Escritura de 1773

AS ORIGENS DA CIDADE

O Páraco de Palmeira dos Índios Cônego João Machado de Mello requereu ao Tabelião e Escrivão do Civil uma cópia autêntica da escritura de doação de terras aos índios no ano de 1773 por Dona Maria Pereira Gonsalves. Esta escritura marca as origens de uma Villa que após um século tem fôros de Cidade.

Esta escritura autêntica foi encontrada nos Arquivos Paroquiais da Diocese de Palmeira dos Índios. Eis a transcrição:

"Ilmo. Snr. 1º Tabelião e Escrivão do Civil deste Município. Nº 34 Reis 300
Pagou trezentos reis de sello por falta de stampilha.
Recebedoria da Palmeira, 26 de Abril de 1900.

O ESCRIVÃO
João Carneiro.

"O Cônego João Machado de Mello, Vigário desta Frequezia abem do seu direito, requer a V. Sª se digne de, ao pé desta, lhe dar por certidão — verbo ad verbum — o theor da escriptura que se acha em pública forma no cartório de V. Sª, da qual consta a doação de terras feitas no anno de 1773 por D. Maria Pereira Gonçalves, seus filhos e genros a Frei Domingos de São José para patrimônio da Capella do Senhor Bom Jesus da Boa Morte, hoje matriz desta Cidade.

Nestes termos
P. V. Sª certifique na forma requerida.
E. R. Mcê.

ESCRITURA

"Certifico que do instrumento em pública forma a meu cargo, a folha cinco verço consta a escriptura de que trata a petição supra cujo theor — verbo ad verbum — é da forma seguinte:

"Saibam quantos este público instrumento da escriptura de doação ou como melhor para sua validade melhor nome, logar haja e dizer se possa virem, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos e setenta e tres, aos vinte sete dias do mez de Julho do dito anno, nesta Povoação de Santo Antonio de Garanhuns, Capitania de Pernambuco, no escriptorio de mim Tabellião ao deante nomeado, appareceram partes havidas e contratadas, a saber, de uma como doadora a Viuva Maria Pereira Gonsalves, e seus filhos o Alferes João Pereira Villela, como cabeça de sua mulher Helena Ferreira e o Tenente José Pereira Villela, moradores em São Gonçallo e Brejinho, Francisca Xavier da Cruz Vilela e seu marido, o Capitão Manoel Pinto Teixeira, moradores neste mesmo sítio, chamado Sambaiba e tudo neste termo e de outra como doado Frei Domingos de São José, pessôas de mim Tabellião reconhecidas pelos proprios de que se tratão e dou fé.

E pelos ditos doadores foi dito em minha prezença e das testemunhas ao deante nomeadas e abaixo assignadas que elles erão Senhores e possuidores de umas terras na serra da Palmeira com seus brejos, que lhes pertence por título de sismaria como de tudo se, declara e da mesma sismaria consta, que em seu poder se acha no logar onde os Índios povoarão e fizerão uma Capella e um brejo chamado Cafurna no mesmo lugar, disserão elles doadores que de suas livres vontades fazião doação de meia legua de terras a Frei Domingos de São José para dentro das ditas terras levantar uma Capella do Senhor Bom Jesus da Boa Morte, como completo administrador e por elles foi dito que por fallecimento ou auzencia delles doadores ou de seus herdeiros o senhorio e administração das ditas terras e Capella, só em sua vida e que elle doado só poderia autorizar do que fosse nas ditas terras, sendo a dita meia legua de terras doada para patrimonio da mesma Capella, que elle doado pretende erigir, fazendo pião no dito brejo chamado Cafurna, cuja doação fazião elles doadores por esmola e muito de suas livres vontades sem constrangimento e nem respeito de pessôa alguma mais só sim por ser para obra tão pia e cristã como se há de levantar um templo para nelle se louvar a Deus, Nosso Senhor, e assim poderá fazer a dita Capella dentro da dita meia legua de terras doada onde melhor lhe parecer, cuja doação a fazemos nesta forma por nos caber em nossos quinhões sem falta dos herdeiros dellas doa-

dores por lhe caber nas suas terças e assim se obrigão a fazer esta doação em todo tempo firme e valioza por suas pessoas e bens porque se desaforarão de toda lei que a seu favor allegar possa que de nada queiram uzar.

E logo pelo doado Frei Domingos de São José foi dito que elle aceitava esta, escriptura de doação como nella se contem e declara; e de como assim o disserão, outorgarão, pedirão e aceitarão, eu Tabellião como pessoa publica estipulei e aceitei em nome dos outorgantes em prezença das testemunhas abaixo assignadas.

Eu, Manoel Pereira da Rocha, Tabellião de orphãos a escrevi.

Como procurador bastante de minha mãi a senhora Maria Pereira Gonsalves, João Pereira Villela, José Pereira Villela, João Pereira Villela, Helena Ferreira, Manoel Pinto Teixeira, Francisco Xavier Villela.

E mais se não continha em dita escriptura em publica forma que eu Tabellião aqui fiz copiar do proprio original do Livro de Notas do meu Cartório ao qual me reporto e vai na verdade sem cauza que duvida faça por mim subscripta e assignada.

Conferida e concertada na forma do estylo nesta sobre dita Villa de Garanhuns e seu Termo, Comarca do mesmo nome, Provincia de Pernambuco aos vinte e nove dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos cinquenta e cinco trigessimo quarto da Independência do Império do Brasil.

(Estava o signal Público) Em testemunho de verdade O Tabellião Público Francisco José dos Santos, digo, Francisco José Cordeiro dos Santos.

Estava sellada com a verba do theor seguinte: Número quatro. Reis quatro centos e oitenta reis. Pagou quatro centos e oitenta reis de sello. Villa de Garanhuns, vinte e trez de março de mil oito centos cinquenta e cinco.

E nada mais se continha na dita escriptura que fielmente copiei dos proprios originais em publica forma ao qual me reporto e dou fé.

Palmeira, 27 de abril de 1900.

O Tam Po Manoel Gracindo Cavalcanti.

Ao sello folhas duas (2) Palmeira, 27 de abril de 1900.

O Tam Po Manoel Gracindo Cavalcanti

Nº 26 Reis 600

Pagou seis centos reis de sello por falta de estampilha.

V. da Palmeira, 19 de Julho de 1902.

O ESCRIVÃO
Cassimiro".

Documentos Antigos

ATAS DA CÂMARA

Entre os documentos mais antigos encontrados nos Arquivos da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, encontrei, no dia 10 de julho de 1969, no Livro de Atas da Câmara Municipal e Conselho de Intendência, atas da sessão da Câmara Municipal e Conselho de Intendência, atas da sessão da Câmara Municipal, onde se "fala do antigo e extinto aldeiamento indígena chamado Palmeira". Aproveito da ocasião para transcrevê-los:

"No dia 27 de abril de 1874, a Camara responde ao oficio circular de 8 do mesmo mes, do Governo Provincial, dizendo que até esta data a Camara não tinha patrimonio de terras por doação do governo ou sesmarias, ou ainda mesmo doações feitas particulares. Adiantou a Camara que havia meia legua de terras devolutas que pertencera a extincta aldeia de índios da Villa. Se o governo lhe doasse a referida meia legua de terras seria de grande vantagem para a prosperidade da localidade".

Outras referências:

"1874 — Julião Gomes Correia e outros através de requerimento solicitaram á Câmara providências contra Manuel Marques de Oliveira que sem permissão de ninguém estava apossado das melhores terras do extinto aldeiamento.

Já havia feito açude e estirava cada vez mais a barreira de estacas e arame farpado a delimitar indevidamente sua posse.

O denunciante e os outros botavam roça ali de há muito tempo, mas agora como alimentarem a família? Até um travessão

que servia de ponte foi botado abaixo pelo usurpador: Quem tinha roça ficou de longe sem poder acudir, a ver lavoura desaparecer. A Câmara não teve fôrças para resolver: Recomendou-lhes apelar para a autoridade judiciária e mandou cópia de requerimento ao Governo Provincial".

1879 — "Acta da sessão extraordinária de 17 de julho. Presidência do Snr. Capitão Misael Teixeira Leite.

Aos dezessete dias do mez de julho de mil e oitocentos e setenta e nove, nesta Villa da Palmeira dos Índios, Comarca do mesmo nome, Provincia das Alagoas; presentes no paço da Câmara Municipal pelas dez horas do dia os Snrs. Capitão Misael Teixeira Leite, Presidente; José Correia Paes, Felipe Tobias da Silva Pereira, José Francisco de Andrade Pinto, José Vieira de Brito, vereadores, estando em reunida, foi aberta a sessão.

Expediente: leo-se um officio do Exmo. Presidente da Provincia datado de 20 de dezembro do ano proximo passado pedindo a esta Camara a remessa de todos livros e papeis que por ventura existissem, no archivo dessa Camara referentes ao *extincto aldeiamento denominado Palmeira;* e todos esclarecimentos a cerca dos terrenos que constituirão o patrimonio do dito aldeiamento; dos edifícios nella construidos e de quaesquer objetos de valor que possão ser arrecadados e devolvidos á Fazenda Nacional.

Neste sentido officiou-se ao Exmo. Presidente Provª dando-se-lhe as informações exigidas. Respondeo-se outro officio do mesmo Exmo. Sr. Presidente datado de 8 de março que acompanhava o boletim o qual boletim devolveu-se e por nada mais haver lavrei a presente acta enq. todos assignão.

E eu Esperidião Corrêa Sampaio, Secretário da Camara a escreví".

OUTRO DOCUMENTO:

"Acta da Camara do dia 25 de outubro de 1889.

O Presidente declarou que o fim da Presente era apresentar ao Presidente da Provincia a necessidade de suprir essa execução, a lei 3348 de 20 de outubro de 1887 artigo 1º deu direito á Camara desta Cidade de aforar e arrendar os terrenos da *extincta Colonia de Indios* não recebidos para sua receita. A qual lei foi vetada por aviso do Ministério da Fazenda de 4 de abril de 1888. O aviso este que foi remetido a esta Camara por ofício da Presidência do ano passado. Fez a apresentação e remeteu o officio nesta data ao presidente da Província. Tte. Balbino Francisco Cavalcanti".

Na ata da Sessão extraordinária da Camara de Vereadores da Villa da Palmeira dos Indios em 23 de janeiro de 1890, lê-se no item das deliberações, item 2: "Pedir ao mesmo Governador que represente, ao Govêrno Federal acêrca dos aforamentos do extincto aldeiamento dos Índios desta Cidade que a Lei de 1887, artigo 8º § 3 concedeu a esta mesma Camara Municipal e que o aviso circular do Ministério da Fazenda de 4 de abril de 1888, mandou suspender a sua execução com o que ficou esta mesma Camara privada dos seus direitos neste sentido regeram-se digo, dirigido esta Camara dois oficios ao mesmo Governador, Balbino Francisco Cavalcante".

"Como foi criada uma postura, impedindo existir na cidade descorocedor de algodão, nesta reunião João Chaves Guimarães requereu que se lhe designassem um terreno aonde pudesse instalar o vapor. O vereador tenente Francisco de Souza sugeriu *no bairro do chicuru* como o local próprio para industrias, não só por ter agua abundante e terrenos também..."

É preciso notar, como subsídio à história de Palmeira dos Índios, que já neste tempo, quando se falava em 1879, do "extinto aldeiamento dos Índios, chamado "Palmeira", escravos havia muitos em Palmeira dos Índios, como se pode constatar pela leitura das atas da Câmara Municipal, datada de 18 de fevereiro de 1870, "regulamentando" como brancos e escravos deveriam se trajar públicamente nas ruas da cidade. "Não se deveria andar nas ruas de camisa e sirôla, mas sim de calção ou siroulão. Do contrário "o infrator receberia uma multa de mil reis e 24 horas na prisão e os escravo receberiam duas duzias de bollo na grade da cadêa." "Todas estas penalidades para ninguém andar "indecentes aos olhos do publico". "E esta lei apresentada pelo Presidente do Conselho, Tenente Sabino José de Oliveira, "foi aprovada por todos os vereadores presentes, por unanimidade".

Ainda em 24 de janeiro de 1870, Palmeira dos Índios era, ainda, Villa da Palmeira. As atas da Câmara dos Vereadores e Conselho de Intendência sempre iniciavam neste estilo: "Nesta Villa da Palmeira dos Índios, da Comarca de Anadia, Província de Alagoas, no paço municipal", cuja data é assinada por José Sabino de Oliveira...

Havia, também em Palmeira dos Índios, a Lei da Alforria dos escravos, aprovada pelo Conselho Municipal, chamada de Fundo de Emancipação dos Escravos pelo Decreto-Lei nª 5135, de 13 de dezembro de 1872. Portanto, Palmeira dos Índios estêve presente briosamente ao movimento nacional para abolir a escravatura no Brasil, que definitivamente foi abolida em 13 de maio de 1889.

Deve-se lembrar aqui, que Taquari, hoje Município de Princeza Isabel, Estado de Pernambuco, limite com o Município de Palmeira dos Índios, foi um antigo quilombo de negros foragidos.

A título de observação, encontrou-se documentos da Câmara falando em Rua Pernambuco Nôvo, hoje atual Xico Nunes, e um vereador padre que ainda não era conhecido nas listas dos "padres políticos palmeirenses", Padre João Felisdoro da Silva Dias, conforme as atas de 18 de janeiro de 1870 e 12 de junho de 1870; e até 1861, residia em Olhos d'Água do Acioly (hoje, Município de Igaci), conforme notas do livro de Tombo da Paróquia, assinadas pelo Cônego Francisco Xavier de Macedo em 1940.

A TERRA DOS ÍNDIOS

Os descendentes dos primitivos fundadores do aldeiamento que deu origem à cidade de Palmeira dos Índios, foram enxotados de suas terras, das terras ocupadas por êles desde que aí chegaram, ficando, depois, ao abandono, sem um palmo sequer, onde pudessem trabalhar, botar roça e, daí, extrairem o seu sustento. Muitos deles, conforme depoimentos de velhos caboclos, foram caçados e mortos como "caça do mato", enquanto outros fugiram para terras distantes.

Os que ficaram, porém, lutavam pelo direito à terra, na qual dominavam há mais de cem anos. E pediam às autoridades, insistiam, até que alguém se interessou por eles.

O governo Provincial pediu informações a respeito.

Em 9 de dezembro de 1821, o governo recebeu o seguinte documento:

> "O que podemos informar a vossas excelências é que os índios da povoação da Palmeira não possuem terras, em que morem, ainda que toda vida moraram sem títulos desta posse e é justo que se lhes mande dar terras neste lugar para suas persistências, porquanto viverão sempre em desordem com os portuguezes, e sobre as suas administração até hoje tem sido boas, só sim o velho costume que tem de obedecerem ao seu diretor com obediência e respeito, causa porque estão mal satisfeitos com o que preside. Vossas excelências mandaram o que forem sevido. Deus guarde por, muitos annos. Anadia, em vereação de 9 de dezembro de 1821. Ilms. exmos. srs. da Junta provincial: João Pereira de Almeida, Diogo José Pinto Cabral, Semeão dos Reis Silva, Joaquim José Correia, e Joaquim José Pereira da Costa".

A Câmara de Vereadores de Anadia achava justo que se dessem aos índios as terras para sua subsistência, pois assim poderia haver paz entre os caboclos e os portugueses que se apossaram delas. Houvera, realmente, algumas escaramuças entre os lados litigiosos. E os índios tinham em seu Diretor um ardoroso defensor. Por isso, obedeciam a ele cegamente. O presidente, porém, não era de seu agrado.

Em 22 de maio de 1822, o presidente da província enviou ao Diretor dos índios a seguinte correspondência:

> "Este Govêrno querendo dar uma decisiva providência sôbre a falta de terras para agricultura de que tanto se queixam os índios da Palmeira dos q'Vmce. é diretor, lhe remeto o requerimento dos mesmos e seus documentos juntos, e outro sim uma cópia de § 9. do Diretório, para Vme. dando a execução ao que se contem no dito § formalise uma relação exacta das terras adjacentes, e seus possuidores e títulos, com o mais que no caso convem, e faça subir com muita brevidade ao govêrno, para que este mande proceder exatamente na forma das ordens regias, fazendo Vme. entretanto constar aos ditos índios que este negócio se acha presentimente em movimento. Deus guarde a Vme. Alagoas, 22 de maio de 1822.
>
> José Antônio Ferreira Braklamy, Presidente,
> Manuel Duarte Coelho, Secretário.
> Antônio de Holanda Cavalcanti.
>
> Ao Senhor Director dos Índios da Palmeira, Diogo José de Souza Mello. Secretário.
> José Pinto Cabral".

Em 1 de outubro de 1822, o sargento-mor José Gomes da Rocha, juiz das sesmarias da Vila de Anadia, que compreendia também Palmeira dos Indios, assinou este mandado:

"O sargento-mor José Gomes da Rocha, juiz das sesmarias desta Vila de Anadia e seu termo, por S.M.F. que Deus guarde, etc.

> Mando a quaesquer oficiais de justiça, a quem este meu mandado fôr apresentado indo por mim assinado, citem aos heréus confinantes nesta povoação de Palmeira para virem tirar a porção de terras, que está a proceder para subsistência dos índios desta povoação e recebe-

rem outras tantas quantas lhes forem tomadas, em qualquer parte onde houver capazes e sesmarias, com pena de revelia. Assim cumpram. Anadia, 1 de outubro de 1822. Rocha."

Procedida a demarcação, o louvado José Francisco da Silva, o sargento-mor, veio até Palmeira para inteirar-se dela. Foi lavrado, então, o termo seguinte, em 7 de dezembro de 1822.

"Aos sete dias do mês de dezembro de mil oitocentos e vinte e dois, nesta Povoação da Palmeira dos Índios termo da Villa de Anadia, da Comarca e Capitânia de Alagoas pelo louvado José Francisco da Silva foi dito ao juiz das sesmarias, o sargento-mor José Gomes da Rocha, que do riacho Cabeça de Negro até o marco das cabeceiras das Panelas, compreendeo a presente medição de terras de vários senhores, os quais são os herdeiros do falecido alferes Vicente Ferreira Barbosa, o tenente Paulino de Holanda Cavalcanti, José Francisco Souto e Felix da Rocha Barbosa, do que para constar mandou o dito juiz lavrar este termo em que assinou como o piloto, digo assinou com o dito o louvado; e eu José Antônio de Faria Lobo, escrivão que o escrevi.

Rocha — sargento-mor
José Moreira Viana
José Francisco da Silva — Louvado
Benedito Antônio de Jesus
Bernardo José Moreira.

Dois dias depois, o escrivão mandou oficialmente êste Têrmo de Conclusão ao sargento-mor, em 9 de dezembro de 1822.

"Aos nove dias do mês de dezembro de mil oitocentos e vinte e dous, nesta povoação da Palmeira dos Índios, termo da Villa de Anadia, da Comarca e Capitania de Alagoas, e sendo ahi faço concluso estes autos de demarcação ao juiz das sesmarias o sargento mór José Gomes da Rocha para proferir a sua sentença, do que para constar fiz este termo: e eu José Antônio de Faria Lobo, escrivão que o escrevi."

Em 17 de abril de 1861, 38 anos após a demarcação das terras, foi proferida a sentença, como se vê:

"Vistos estes autos, etc. Julgo por sentença a presente demarcação entre partes a saber como autores os índios da Palmeira desta Comarca, representados pello seu Director; e os heréus da mesma aldeia e consenhores-das-terras confinantes como réus, e para que tenha effeitos validos interponho a minha autoridade e decreto judicial e paguem os demarcantes as custas em que os condemno; publicada esta na mão do escrivão que intimará as partes. Villa de Anadia, 17 abril de 1861."

Serapião Eusebio d'Assumpção."

Pois bem, os índios obtiveram vitória contra os heréus (herdeiros) da aldeia que pertencera aos índios e pretensos consenhores das terras demarcadas.

Em 16 de abril de 1877, a Câmara concedeu um prazo de noventa dias para que fôsse retirado todo o gado das terras que haviam pertencido ao extinto aldeiamento dos índios.

José Rodrigues Leite Pitanga, em ofício de junho de 1871, no qual não vem mencionado o dia, dirigido ao Presidente da Província das Alagoas, discorrendo acerca dos relevantes serviços prestados pelos índios de Alagoas, arrematou: "... Foram os índios quem mais concorreram para as desafrontas dos brios da Nação ultrajada pelos paraguaios, qual sendo naquele tempo a força deles de homens de armas de 1.300 pouco mais ou menos, marcharam como voluntários, designados e recrutados por mim e a polícia, mais de 450, número este superior ao da Guarda Nacional desta Província; portanto os índios devem merecer mais consideração do Governo do que a Guarda Nacional que foi criada para defender e obedecer ao Governo com prontidão". (DIRETOR GERAL DOS ÍNDIOS. 1864/75, maço 38, estante 11, do *Arquivo Público de Alagoas*).

OS MARCOS DA DEMARCAÇÃO

O ilustre romancista, poeta e historiador palmeirense, Luiz B. Tôrres fundador e organizador do Museu Xucurús de História Arte e Costumes de Palmeira dos Indios, durante suas pesquisas encontrou os marcos de demarcação do aldeiamento antigo dos indígenas, bem como o termo de afincamento do marco. Os marcos de demarcação foram encontrados na Fazenda do Sr. Leopoldino Tôrres. Tanto os marcos como o termo de afincamento acham-se no Museu Xucurús, uma jóia etnográfica do Município de Palmeira dos Indios. Segundo o Sr. Luiz B. Tôrres, após dois e meio anos de pesquisa de campo, encontrou em 5 de agosto de 1971 o primeiro marco (composto de 3 pedras) da delimitação do antigo aldeiamento dos Wakonás-Kariris-Xukurús que foi sentado em 16 de novembro de 1822. O marco foi encontrado numa distância de meia légua em direção sul, partindo da atual Catedral Nossa Senhora do Amparo. Apresentamos o texto do documento que se acha no "Museu Xukurús" palmeirense.

Termo de Afincamento do marco

"Aos dezesseis dias do mez de novembro de octo centos e vinte e dous annos neste lugar barro vermelho nas Catingas do Moreira, termo de Villa de Anadia, da Comarca de Alagoas, a onde se acabou a medição de meia legoa de terras como consta do termo supra, fora requerido ao dito Juiz pelos Indios o Capitão José Caetano, Joaquim José Fernandes, Felipe Dantas, José Camello, e outros que mandace afincar hum marco de Pedra para ficarem divididos e logo pelo dito Juiz fora mandado apregoar se havia se opuzece ao assentamento do dito Marco como não apareceo pessoa alguma o mandou assentar a revelia das partes

em prezença dos ditos Indios Louvados e das testemunhas o Capitão Manoel Teixeira Pereira e o Sargento Raimundo Ferreira da Silva, e logo a vista de todos fora medida huma pedra preta a qual se achou com três palmos de altura com palmo e meio de largura no pé e na ponta hum palmo a qual fora afincada de meio a meio em Linha Reta de Leste a Oeste demorando duas testemunhas de pedras da mesma qualidade em linha retro do Sul a Norte e ficou assentado seis palmos extensão a hum angico que está em meja partida de Oeste a Noroeste e ficou com huma Cruz feita a machado de que para constar o dito Ministro fazer este termo em com o Piloto, ajudante louvados e as testemunhas assignou e eu José Antonio de Farias Lobo escrivão que o escreví.

Assinam:

Rocha (Sargento Mor José Jonas da Rocha)
Manoel Teixeira Pereira
Raimundo Ferreira da Silva
Bento Moreira Viano (Piloto)
Bernardo José Moreira (Ajudante de Corda)
José Francisco da Silva (Louvado)
Benedito Antonio de Jesus (Louvado)"

Medição das Terras dos Indios da Palmeira

Em 1821, os kariris-xukurus buscavam com pertinência uma oportunidade para possuirem seus antigos domínios através de alguma lei.

Com o novo governo da Província viram eles chegar uma oportunidade de receber terras, só para eles, demarcadas e oficializadas pelo Poder Público. Enviaram à Junta Governativa da Província das Alagoas a seguinte petição não datada.

"Ilmos. Exmos. Snrs. do Governo

Dizem os capitães Joaquim José Fernandes, alferes José Caetano Moreira, Felipe Dantas, José Camello e Custodio Menezes, Pedro da Cunha, estes por si e seos subordinados Indios da Aldêa da Palmeira, que vivendo elles e seos antepassados aldeados naquella Aldêa entre terra da Matriz, e Olhos d'Agôa á mais de 80 anos mansa e pacificamente e tendo feito dita Matris, cujo orago hé Nossa Senhora do Amparo, acontece presente-

mente vêrem-se espoliados de todas as terras por possuidores, talves com titulos fictos e sem equivalencia à sua possessão, e redusidos ao fim de não poderem rossar, nem plantarem para sua sustentação, e de seos filhos, que elles todos vivem do trabalho pela necessidade de sua indigencia, propria de sua Nassão: Os supplicantes tão bem são Cidadãos e Subditos de S. Magestade e protigidos pela Nasção, e não dever ser espoliados daquella gleba que escolherão para se aldêarem, como declara a Lei do 1º de Abril de 1680, Lei de 10 de Novembro de 1647 em que se declarão livres suas fasendas, e moradias, protegendo estas os Governadores das Provincias nas palavras infra: "O governador com parecer dos ditos Religiosos assignará aos que descenderem do Sertão lugares convenientes para nelles lavorarem e cultivarem, e não poderão ser mudados dos ditos lugares contra sua vontade, nem serem obrigados a pagar foro, ou tributo algum das ditas terras, ainda que estejam dadas de Sesmarias a pessoas particulares"... Visto e por isso tendo por tantos annos escolhido aquelle lugar não devem ser jamais perturbardos, passando aquelles moradores a fazer-lhes ataques donde tem soffrido mortes por defenderem o lugar da questão e para cessar de hua vez por todas os continuos ataques e viverem em paz, os Supplicantes e demais Indios requerem a Vossas Excellencias se lhes dêem 2.400 braças em quadra fasendo pião na Igreja Matris dos mesmos Supplicantes, ficando entranhadas na dita quadra as 1.200 braças em quadra pertencente ao Patrimonio Eclesiastico da mesma Matris, que tudo fas a superficie de hua legoa em quadra, ainda entrando algumas braças de particulares, que sem sesmarias, ou justos titulos se tem apoderado das terras em que se aldearão os Supplicantes e seus antepassados, mandando Vossas Excellencias de-marcar a limitada terra que pedem para morarem sendo ainda muito desigual ao numero da população de 700 Almas: e senho hua vez feita a de-marcação das mesmas terras que pretendem os Supplicantes na conformidade da Lei infra: "Sustentando-se aos indios a cujo favor se fiserem as ditas demarcações no inteiro dominio, e passifica posse, que se lhes adjudicarem para gosarem dellas por si e todos seus herdeiros"; e gozarão os Supplicantes de pas e sosego, que hé por tantas Leis recomendado, sugeitando-se então aquellas que penas no caso de excederem a sua demarcação. Estes motivos, Excellentissimos senhores, tem sido a causa de chegarem a Respeitavel Presença de Vossas Excellencias as repetidas queixas dos Supplicantes arguidas por poderosos, impondo-lhes sublevascem, assuadas, e o grande casu hé o espolio, a força que lhes tem feito, e continuam sem deicharem hú o pequeno lugar para morarem e trabalharem, quando ali se acharão como primeiros

habitadores e como se persuadem ser defferido o seu requerimento deichão de mais arrasar o seu grave vexame entre aquelles moradores, e portanto

Pedem a Vossas Excellencias sejão servidos de defferir-lhes

Assinam : José Caetano Moreira
José Camello
José Custodio de Menezes
Fellipe Dantas
Pedro da Cunha
Inacio Manuel Dias
José Francisco.

Em 15 de novembro de 1822, pela manhã, logo cedinho, o sargento mor José Gomes da Rocha recebeu a visita do padre José Caetano de Moraes, vigário da paróquia.

Tudo pronto.

Depois, reunidos na matriz, o juíz de sesmarias ordenou ao tabelião que lavrasse uma ata do início dos trabalhos, que o funcionário assim registrou:

"Juizo das Sesmarias

Palmeira 1822

Authoamento de medição e de marcação das Serras da Palmeira dos Indios

Escrivão Farias

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito cento e vinte e dous annos, aos quinze do mes de novembro do ditto anno nesta povoação da Palmeira dos Indios, termo da villa de São João de Anadia, Capitania das Alagoas aonde foi vindo o Juiz das Sesmarias o sargento mor José Gomes da Rocha, comigo escrivão ao diante nomiado, e sendo ahi presentes os capitans José Caetano, Joaquim José Fernandes, Fellipe Dantas, José Camello, Custódio de Menezes, Pedro da Cunha, estes por si, e seos subordinados indios desta aldeia, com seos procuradores junto a uma petição, e apresentarão ao Dito Juis Expeculante dous homens capazes que bem entendece, e conhecesse as Serras por onde corria este ermo para declararem quem irá ser os donos, e se puder lavrar seos termos e nomearão a José Francisco e Benedito Antonio de Jesus, aos quaes mandou ditto

Juis os notificar para prestarem o seo juramento de que tudo para constar mandou o dito Juis fazer este authoamento em que juntei apelação com dispacho, e cinco documentos que tudo hé aqui adiante sesegue. Eu José Antonio de Farias Lobo escrivão da presente de marcação que escrevi".

No dia anterior, o Juíz já havia deferido o juramento do piloto Bento Moreira Viana, que pôs a mão direita sobre um exemplar dos Santos Evangelhos e prometeu demarcar fielmente o rumo que sua bússola indicasse, procedendo com verdade, inteireza e sem dolo algum.

Os louvados José Francisco da Silva e Benedito Antônio de Jesus igualmente juraram apontar, com a verdade, todas as propriedades situadas dentro da área a ser medida. Do mesmo modo, Bernardo José Moreira jurou medir com exatidão e se utilizar de u'a medida correta e honesta.

Estava finda a medição da légua em quadro. Os índios vibraram de euforia.

O Escrivão Farias Lôbo concluiu assim:

> "Aos nove dias do mes de dezembro de mil oitocentos e vinte e dous annos, nesta povoação da Palmeira dos Indios, termo da Villa de Anadia, comarca e capitania das Alagoas e sendo ahy, faço conclusos estes Autos de Demarcação ao Juiz das Sesmarias o sargento mor José Gomes da Rocha para proferir sentença. De que para constar fiz este termo, e eu José Antonio de Farias Lobo, escrivão que escreveu".

E o processo passou então a andar com muito mais lentidão ainda.

Só em 20 de agosto de 1860, agora com um novo escrivão, o sr. Manuel da Costa Brasil, foi que este fez os autos conclusos ao primeiro suplente de juiz municipal e órfãos, o cidadão José Cândido de Albuquerque Maranhão, de Palmeira dos Índios. Esperava-se agora a solução final que não era porém para beneficiar o índio. Havia algo por trás desse novo interesse. Algo havia a prejudicar mais ao branco que ao caboclo já espoliado.

Foi o seguinte: os netos do casal Manuel da Cruz Vilela e Maria Pereira Gonsalves brigavam entre si e os tios pelo grande espólio deixado pelo patriarca. O caso teve repercusão muito forte, chegando inclusive a ser levado a julgamento no Tribunal da Relação da Bahia. Na época, Joaquim Peixoto Vilela e seus irmãos entraram com um processo no juizado de Garanhuns concedendo apenas 24 horas para serem desalojados das terras do arraial da Palmeira todos os proprietários que eles alegavam

aí estarem por apropriação indébita. A carta precatória, quando chegou a Palmeira, explodiu de maneira assombrosa. Se obtivessem ganho de causa, seria algo de proporções alarmantes. A vila e terras circunsvizinhas torna-se-iam feudo dos Vilelas e os prejuízos da população mais rica e poderosa seriam totais. Poderia haver até uma revolução.

Tratou-se logo de um embargo e as terras dos índios seriam um bom escudo porque, sendo demarcadas pelo governo das Alagoas, a questão teria chance de êxito da parte dos palmeirenses. Seria o governo contra particulares, ainda mais estranhos ao Estado. Os palmeirenses seriam protegidos pelo governo das Alagoas, emancipada de Pernambuco, coisa que os pernambucanos não aceitaram de boa vontade.

E, por isso, no dia 16 de outubro, no auge da questão, a célebre Questão Papacaceira, juntou-se ao processo desarquivado esta petição:

Diz o Director parcial dos Índios da Villa da Palmeira, José Correia da Costa", que competindo-lhe o direito de defender a propriedade de terras de seus subordinados, cujas terras foram demarcadas em 1822, mas que essa demarcação ainda não fora julgada por sentença, e devendo para esse fim serem citados todos aqueles hereos confinantes na dita propriedade fas-se preciso fazer igualmente citar nesta villa onde hoje se achão Antonio Anselmo da Cruz Vilela, seu irmão capitão Luiz Carlos, e as mulheres destes no termo da villa de Garanhnus, por quanto os supplicados hoje se arrogão e dizem lhes pertencer todas as terras do termo desta villa, e para sanar qual grande duvida que apparecer possa neste julgamento, requer o Supplicante a Va. Sa. a citação dos Supplicados e a de suas mulheres por carta precatoria; e por que outros irmãos daqueles existem no mesmo termo da villa de Garanhuns cujos nomes são estranhos do Supplicante, requer que o escrivão Brazil em cujo cartorio pende huns autos de carta precatoria vindos daquelle termo, donde consta o nome de todos quantos se querem introduzir nas terras de que se trata, que por esses autos se copie o nome dos mesmos para serem inseridos na mesma precatoria, e ali citados a fim de verem julgarem a sobredita demarcação, pena de revelia.

Nestes termos, pede despacho. José Correia da Costa, o director".

No mesmo dia o juíz Albuquerque Maranhão concedeu despacho favorável. Foram intimados os dois descendentes do patriarca coronel Manuel da Cruz Vilela. Os demais irmãos o foram posteriormente.

"Carta Precatoria Citatoria de diligencia civel que vai deste Juizo Municipal e Orphãos desta villa da Palmeira dos Indios, comarca de Anadia, Provincia de Alagoas, para o Juiz Municipal e Orphãos da villa de Garanhuns, da Província de Pernambuco, a fim de serem citados no termo daquella villa a mulher de Luiz Carlos da Cruz Villela, a requerimento do Director parcial desta Missão de Indios José Correia da Costa como melhor abaixo se declarão.

Ao ilustrissimo Senhor Doutor Juiz Municipal e Orphãos da Villa de Garanhuns João Francisco Duarte Junior, ou quem no seo impedimento seo muito honroso e nobre cargo exercer.

O cidadão José Candido de Albuquerque Maranhão, primeiro supplente de Juiz Municipal e Orphãos da Villa da Palmeira dos Indios, comarca de Anadia, Provincia das Alagoas, na forma da Lei, etc.

Faço saber a Vossa Senhoria Illustrissimo Senhor Juiz Municipal e Orphãos da Villa de Garanhuns, que o Director parcial dos Indios da Missão desta Villa em nome de seos subordinados me fes o requerimento do theor e forma seguinte (requerimento acima publicado).

E mais não se continha em ditas certidons e petição do que aqui vai transcrito, em verdade do que mandei passar a prezente Carta Precatoria Requisitoria de Diligencia Civil que vai ser aprezentada a Vossa Senhoria, e nela lançará seo respeitavel CUMPRA-SE, mandando citar a mulher de Antonio Anselmo da Cruz Villela e a mulher de Luiz Carlos da Costa Villela, cujas citaçons e diligencias serão feitas e executadas por hum Official de Justiça desse Juizo, a fim de virem aquellas se falar no feito de que trata a petição nesta encerta, e julgar-se a demarcação, dos Indios por sentença; depois de recolhida a certidão ao respectivo Cartorio, e passar as vinte e quatro horas de estilo mandará Vossa Senhoria faser remessa da propria Precatoria para este Juizo, ficando o tranzato no cartorio dessa Villa, e sendo que ao cumprimento da prezente appareção nesse Juizo algua das partes, ou terceiros embargando o cumprimento da norma, com quaesquer embargos delles, Vossa Senhoria não tomará conhecimento por mais concludentes e relevantes que sejão a sua materia, antes mas fará remetter com as partes citadas para delles conhecer como Juiz que sou, da Causa sou Deprecante, e de Vossa Senhoria a fim de cumprir cobrar fará justiça que costuma servir a Sua Magestade Imperial e a mim mercê, e eu tão bem me offe-

reço para cumprir outras que taes precatorias quando por Vossa Senhoria expedidas em nome do Mesmo Augusto Senhor.

Dada e passada sob meo signal e sello ou valha sem sello Ex Causa.

Aos desaceis dias do mes de outubro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e secenta. Eu Manoel da Costa Brazil escrivão que escrevi. José Candido de Albuquerque Maranhão — Juiz.

O Juiz de Garanhuns, em 22 de outubro, deu seu Cumpra-se. Neste mesmo dia foi entregue a carta precatória, com o despacho, ao escrivão Francisco José Cordeiro dos Santos, para citar as pessoas requeridas. O oficial de justiça, Inácio Ermiro da Costa Graça, intimou Rita Galiano da Costa e Ana Benta Peixoto Vilela. Já no dia 27 o juíz ordenava fosse expedido o processo para Palmeira, depois de decorridas as vinte e quatro horas da lei.

No dia 9 de novembro, ainda o diretor dos índios solicitava do juiz mandasse passar mandado para serem citados todos os heréos das terras que há 38 anos haviam sido demarcadas.

Eram estes os heréos:

"Na serra da Boa Vista: José Luiz da Silva e sua mulher; Bernardino de Jesus Ferreira e sua mulher; José Pereira de Araújo Barros e sua mulher; João Batista e sua mulher e José do Egito e sua mulher.

No sítio Gravatá-assu: João de Holanda Cavalcante, Lourenço de Holanda Cavalcante e José Francisco Pinto.

No sítio Buenosaires: José Joaquim da Mota, Manuel João da Mota, Honorio Pinto da Mota, Antônio Leitão e sua mulher, Pedro Leitão e sua mulher, Manuel Gonçalo e sua mulher, Lourenço Leitão e sua mulher, Luiz de Oliveira Costa e sua mulher, Joaquim Pau-Ferro e sua mulher e Joaquim Mota e sua mulher.

Nos sítios Mandacaru e São José: Manuel Ferreira e sua mulher, Francisco Vaz e sua mulher, Estevão Vaz e sua mulher, Francisco Guedes e sua mulher, João Batista e sua mulher, Gabriel Rodrigues e sua mulher, Manuel Lourenço de Jesus e sua mulher.

No sítio Jibóia: Manuel Tavares de Jesus.

Em Canafístula, Quati e Palmeira de Fora: Manuel Souto e sua mulher, José Antônio dos Santos e sua mulher, Sebastião Ferreira e sua mulher, Manuel Gomes e sua mulher, José Lino e sua mulher e João Martins e sua mulher, José da Costa Duarte e sua mulher, Manuel Guilherme de Andrade e sua mulher, a viúva do falecido Amaro José Sampaio e Antônio Rodrigues Porto.

No engenho Feliz Deserto: Antônio Jorge Araujo Barros e sua mulher, dona Maria Pinto, Miguel Gomes Travassos, Sabino

José Oliveira e sua mulher, José Vieira Sampaio e sua mulher, Manuel Marques, João Pinto da Mota e sua mulher e Francisco Pinto e sua mulher.

No sítio Galinhas: Antônio Vieira Benemérito e sua mulher"

No dia 9, o procurador capitão Francisco Joaquim da Silva Jucá, advogado dos índios, em audiência pública, citou a todos para virem falar em sua defesa quanto à demarcação. Na audiência do dia 13 ninguém compareceu.

No dia seguinte, o escrivão fez conclusos os autos ao juíz, que o remeteu ao dr. juíz municipal da comarca, em Anadia, em 26 do mesmo mês. O dr. Serapião Eusébio De Assunção julgou por sentença no dia 17 de abril de 1861, cuja sentença foi a seguinte:

"Vistos estes autos etc. Julgo por sentença a presente demarcação entre partes a saber, como auctores os indios da aldeia da Palmeira dos Indios desta Comarca, representada pello seo Director, e os seos hereos da mesma aldeia e consenhores das terras confinantes como réus, e para que tenha effeitos vallidos interponho a minha authoridade e decreto judicial, e paguem os demarcantes as custas em que os condemno e publicada esta na mão do escrivão, que intimará as partes, Villa de Anadia, 17 de abril de 1861. Serapião Eusébio d'Assumpção".

ATA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE

"Auto de Posse da Cidade de Palmeira dos Indios".

"Aos deseceis dias do mes de Setembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e nove, setenta e douis da criação da Província, no Município da Palmeira dos Índios, no reinado do Senhor Dom Pedro Segundo, sendo Presidente da Província o Excelentíssimo Senhor Doutor Manoel Victor Fernandes de Barros, e Juiz de Direito da Comarca, o Ilustrissimo Senhor Doutor Frederico Ferreira França, no Paço da Municipalidade, às onze horas da manhã em sessão pública da Camara Municipal presidida pelo Illustrissimo Tenente Balbino Francisco Cavalcanti com os veriadores Major Asarias Antonio da Silva Simplicio, Tenente Francisco de Sousa Duarte, Bertholdo de Araujo Medeiros, Tenente Gracindo de Oliveira Mello, Capitão Candido Pereira de Omena e Silva, Leoncio de Hollanda Albuquerque Maranhão, presente o mesmo Juiz de Direito, o Juis Municipal Major Sabino José de Oliveira, promotor publico Doutor Saturnino Octaviano Santa Cruz Oliveira, o deputado Provincial do Districto José Correa Paes, o Reverendo Parocho da Freguesia Padre José da Maia Mello, o Delegado de Polícia do Termo Antonio Simplicio Damasceno, o subdelegado do distrito da Cidade Tenente Honorio Pinto da Motta, o Subdelegado de Polícia do districto de Santa Cruz Alferes Francisco Assis Costa, e o Juis de Pas do Districto da Cidade, Tenente Antonio Pinto de Araujo, foi pelo Presidente da Comarca, com toda solenidade, impossada a Nova Cidade da Palmeira dos Índios, que foi elevada a esta cathegoria pela Lei Provincial número mil e

noventa e dois de vinte de agosto do corrente anno, cujo theor é o seguinte. "Manoel Victor Fernandes Barros, Presidente da Província das Alagoas. — Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou eu sancionei a Lei seguinte:

Artigo primeiro. Ficão elevados a cathegorias de Cidades as Villas de Imperatriz e Palmeira dos Índios.

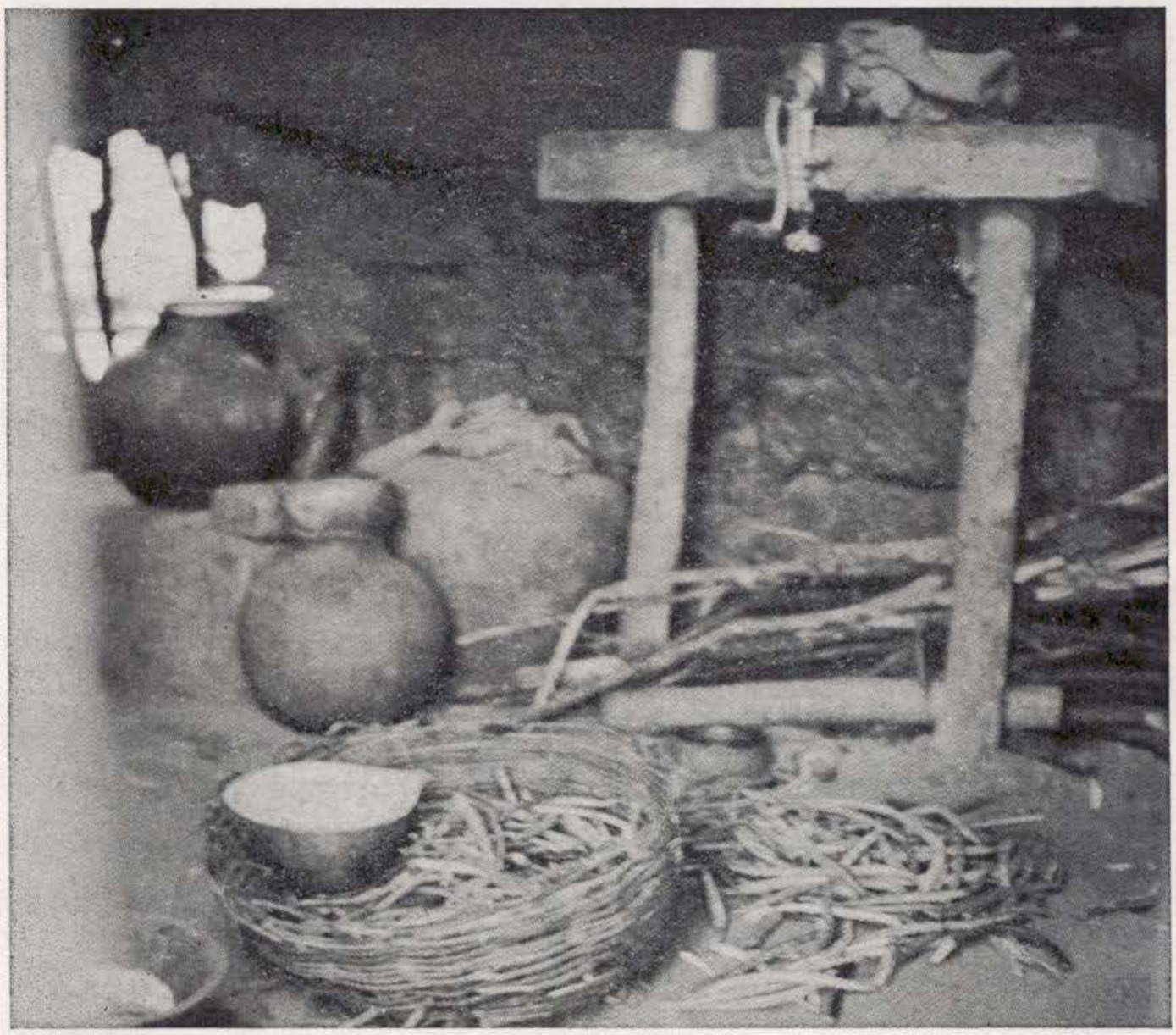
Artigo segundo. Revogam-se as disposições em contrário.

Mando portanto etctera. Manoel Victor Fernandes de Barros".

E para constar mandou o mesmo Presidente lavrar o presente auto que vai por elle assignado com os veriadores e mais circunstantes.

Eu Belchior Cavalcanti Malta Secretário da Comarca o escrevi e assignei.

Balbino Franco — Presidente
Azarias Antonio da Silva Simplicio
Francisco de Souza Duarte
Bertholdo Araujo Medeiros
Gracindo de Oliveira Mello
Candido Pereira de Omena e Silva
Leoncio de Albuquerque Maranhão
Saturnino Santa Cruz
José Correa Paes
Vigario José de Maia Mello
Antonio Simplicio Damasceno
Antonio Pinto da Motta (e demais assinaturas...)".



Interior de uma casa de taipa vendo-se alguns utensílios domésticos.

72 b

Nestes mocambo mora uma família com seis filhos

Cariris-Chucurus do Posto Indígena "Irineu dos Santos" da Fazenda Canto, atualmente chamado Posto Indígena de Palmeira dos Indios —— da Fundação Nacional do Indio — FUNAI ——

72c

O ALDEIAMENTO

Palmeira dos Índios, Município — Paróquia, Sede da Diocese, de clima semi-árido, localizado entre o agreste e o sertão alagoano, cuja morfogenia, está ligada ao complexo cristalino da era arqueozóica, foi primitivamente, uma aldeia de índios que se alojaram na Serra da Cafurna e Serra da Boa Vista. Ainda hoje em dia "há muitas famílias remanescentes que se dizem descendentes de índios, embora não estejam no aldeiamento". A Gruta Cafurna é considerado lugar histórico onde se iniciou a Cidade de Palmeira dos Índios e segundo um índio "é dos tempos antigos do Imperador".

Diz a tradição que na Serra da Boa Vista, antiga Serra da Palmeira, havia uma capelinha onde era venerada uma pequenina imagem de barro de Nossa Senhora do Amparo. Foi encontrada uma imagem muito pequena de barro cozido há mais de 50 anos no cemitério indígena da Serra dos Sertões Terra Preta por Antônio Cordeiro Leitão conhecida como Nossa Senhora Achada. Esta imagem faz parte da coleção de arte sacra do Museu Xucurus. Ainda há reminiscências desta antiga capela, por que os índios remanescentes afirmam que há na Serra da Boa Vista, o lugar chamado Igreja Velha ou Capela, onde estava construída a igrejinha de palha do antigo e extinto aldeiamento dos índios da Vila da Palmeira. A tradição diz que esta capelinha é a atual Igreja de Nossa Senhora do Amparo, a catedral da Diocese de Palmeira dos Índios, o que é muito improvável...

Os índios moravam, antigamente, na Serra da Cafurna, Boa Vista, Kandará e Capela. Da Serra da Cafurna observa-se, atualmente, um desfiladeiro, a formar uma garganta entre duas serras; do alto, divisa-se um panorama surpreendente da Cidade de Palmeira.

A Cafurna é lugar tão tradicional dos índios, que o toré dançado pelos Fulniô de Águas Belas é chamado de "cafurna", em homenagem aos índios palmeirenses, os Kariris-Wákonãn.

A Fazenda Canto do Posto Indígena de Palmeira dos Índios da FUNAI, com suas 56 casas onde residem os remanescentes Kariris-Chucurus, dista da cidade de Palmeira uns 6 kms., com 372 Ha, dividida entre as 82 famílias. Cada uma possui um palmo de terra para a lavoura. A população chega a 293 pessoas. Quem não possui um pedaço de terra por ser de família mais recente, trabalha no terreno dos parentes. Encontra-se na Fazenda Canto: um Posto da FUNAI; uma capela construída pelos próprios índios com o auxílio do povo e que serve como local de culto católico dos índios e aos católicos das redondezas; uma escola de alfabetização, com 71 crianças matriculadas, em 1970. Duas são as professoras brancas nomeadas pela Prefeitura para alfabetizarem as crianças. Há também, na Fazenda, uma casa de farinha manual, muito antiga, onde as famílias fazem farinha para o próprio consumo e para vender na feira da cidade, que se realiza nas quartas e sábados.

A Fazenda Canto é bastante acidentada, com altos e baixos, cortada por um riacho e servida por pequeno açude. Anualmente, realiza-se a tradicional "festa dos índios", cuja padroeira é Nossa Senhora Aparecida. Observa-se que os índios estão bastante aculturados, não possuindo tradições tipicamente regionais de trajes para as suas cerimônias cultuais ou festa e nem falam mais o seu próprio idioma. Não fazem mais redes, como testemunhou Carlos Estêvão de Oliveira, etnólogo do Museo Goeldi, de Belém do Pará na sua visita que fez a Palmeira dos Índios, em 1936.

Os Wákõná-Kariris-Chucurus, caboclos mestiços remanescentes, vivem como agricultores pobres, morando em casas de taipas ou de tijolo, cobertas de telhas ou palhas. Muitas famílias possuem até 12 ou 13 filhos, na maior indigência. Todos vivem "sob responsabilidade própria". Sua religião é a catolica. São batizados e cultivam suas crendices primitivas.

Atualmente, a Escola e a Capela, construídas e tão bem cuidadas antigamente pelos próprios índios, estão em abandono, a merecerem os devidos cuidados das autoridades religiosas e educacionais competentes. Tentou-se experimentar o sistema cooperativista, contudo, não pôde ir para frente, porque os índios são educados e orientados em um "sistema paternalista", que, dificilmente, pode promover a pessoa humana, e, também, por não possuírem os meios econômicos suficientes para sustentar uma cooperativa. A CEAL (Companhia de Eletricidade) atinge somente 10 famílias.

A aldeia é cortada pela estrada de ferro e servida por energia de Paulo Afonso. A FUNAI possui um prédio para administração, com um chefe do Posto (não indígena) encarregado do Posto e três funcionários (não indígenas). A aldeia não possui água boa para consumo. Toda água do Posto é saloba. A água que se bebe é colhida da chuva e guardada em potes ou jarras. Daí a incidência de doenças intestinais provocadas por germes devido à impureza da água. Só existe um riacho que poderia ser aproveitado para um açude.

Os atuais remanescentes curibocas palmeirenses não são índios puros; apesar da miscegenação com brancos e negros, conservam ainda alguns traços característicos da raça ameríndia e algumas pouquíssimas tradições formando um grupo étnico aculturado em completo declínio. Por tradição aceitam "o cacique e o pagé" como a querer reconstruir em eterno saudosismo, a antiga Tribo.

Em 6 de maio de 1952 em entendimento com o Dr. José Maria da Gama Marchet, do S.P.I., comprou-se uma propriedade para o aldeiamento dos remanescentes Wákõná-Kárírís--Xúcúrús, que viviam espalhados no Município e circunvizinhanças, habitando principalmente a Gruta Cafurna.

Este posto tomou o nome da antiga propriedade "Fazenda Canto" e tornou-se conhecido como Posto Indígena Irineu dos Santos — Fazenda Canto do SPI.

Certamente os indígenas que foram habitar a Fazenda Canto são os que não possuiam recursos financeiros suficientes para viver ou não possuiam terras para plantar porque há ainda muitos indígenas que ainda hoje moram fora do aldeiamento.

O caboclo Alfredo Celestino da Silva que se considera "o cacique" porque "sou o mais inteligente da tribo" e porque "fui o primeiro quem cuidou da tropa e sou conhecido bastante em Águas Belas" relatou à sua maneira, a história da fundação da aldeia.

"Antigamente os caboclos andavam pelo mundo que nem boiada solta. Moravam na Gruta Cafurna e Sítio Capela. A gruta Cafurna no serrote do Goití foi o primeiro lugar de habitação dos índios. Em 1936, o Dr. Carlos Estevão de Oliveira procurou-nos no Sítio Capela e Serrote do Goití e falou com o nosso chefe José Francelino, meu pai. Esta história está bem contada e descrita nos Arquivos do SPI por Cicero Cavalcanti, funcionário do SPI. O Dr. Carlos Estevão viu de perto a obra realizada pelos índios e tudo que pôde adquirir enviou para o museu. Se alguém deseja organizar-nos melhor, basta ir lá no museu e observar de perto as obras e os costumes dos kariris. As obras que temos são muitas: formas de barro, trabalhos de palha, te-

cidos de cipó com o qual fazemos quatro ou cinco artes. Há ainda gente por aqui que faz o "anó" ou "puca" que é um fio para fisgar peixe. Tem caboclo aqui que sabe tecer redes.

O SPI comprou a Fazenda Canto pertencente ao Sr. Juca Sampaio e construiu o Posto, em 1951.

Escreví uma carta ao Inspetor Geral do SPI nos seguintes termos:

Sr. José Maria da Gama Marchet.

Saúde e Paz e Felicidades

"Ora Doutor. Ouço a dizer que existe um Serviço de Proteção dos Índios. Quero lembrar a Sua Excia. que em Palmeira dos Índios existe uma tribo por nome de Xukurus-Kariris. (Nós somos Kariris, mas ficou o nome de Xukurus por causa da visita de uns índios da Serra de Orôbá de Pesqueira Pernambuco que lá se assina Tribo Chucurus). Entonces, quero saber de sua Excia. Mando dizer que somos cerca de 400 a 500 índios espalhados que andam bolando de rio abaixo que só pedra de enxurrada. Desejo de Sua Excia. a resposta urgente. Envia para o Senhor um índio de nome Alfredo Celestino da Silva, pagé dessa tribo dos índios Chucurus-Cariris.

Sítio Capela — Palmeira dos Índios".

Com 15 dias recebí a seguinte resposta:

"Índio Alfredo Celestino da Silva, pagé da Tribo Chucurus-Kariris

Seu pedido foi eleito e espere até a minha segunda ordem. Ass. Inspetor."

"Após um mês, o Dr. Iridiano, Inspetor chegou aqui em Palmeira com Pe. Alfredo Dâmaso de Bom Conselho — Papacaça, acompanhado de Alfredo Lucio de Aguas Belas, índio e Dona Lucila, mulher do Inspetor. Mandaram me chamar e continuar o serviço de fundar o Posto. E os índios que moravam em Palmeira e os que desejavam um pedaço de terra vieram fazer este aldeiamento em 1953."

Entrevistado Mons. Alfredo Dâmaso, Páraco de Bom Conselho, Pernambuco sôbre a história dos chucurus-kariris palmeirenses da Fazenda Canto, assim ele se expressou:

"Certo dia, esteve comigo o caboclo Alfredo Celestino da Silva e solicitou a minha colaboração para ser fundado em Palmeira um posto indígena do S.P.I. Aconselhei-o a não fundar um posto porque o SPI estava falhando nos seus objetivos. Visitou-me pela segunda vez.

Foi quando me interessei pelo assunto e juntos, Cônego-Deputado Medeiros Neto e eu, tivemos um entendimento com o Dr. Marchet. Chegamos à conclusão que "os chucurus-kariris possuem uma légua de terra na Cidade de Palmeira dos Índios". Esta afirmativa foi baseada no estudo que mandou fazer o Governador de Pernambuco, General Dantas Barreto. O consultor jurídico do Estado chegou à seguinte conclusão:

"O Serviço de Proteção dos Indios foi protegido pelo Imperador Dom Pedro II. Ele fundou as sesmarias indígenas. Onde houvesse 100 fogos, isto é, 100 famílias, os índios teriam direito à duas leguas de terra. E todos os indígenas possuiram esta regalia...". O Imperador mandou dividir as terras da Cidade de Águas Belas em lotes.

O Consultor Jurídico concluiu que "a suspensão oficial do SPI (com o início da República) não implicou necessariamente na perda dos direitos dos índios. Mesmo que o índio seja de maior não pode doar suas terras. A doação é nula "ipso jure" embora seja legítima a doação já feita." Portanto, foi criada a jurisprudência: "enquanto existir índios a sesmaria é dos índios".

E concluiu Mons. Alfredo Dâmaso, de saudosa memória:

> "Baseados nesta jurisprudência, podíamos fazer algo pelos caboclos de Palmeira. A terra de Palmeira é dos índios. Comprou-se, portanto, uma fazenda que pertenceu ao Sr. Juca Sampaio (Sr. José Sampaio Luz) em 1951. Arranjou-se o dinheiro com a Inspetoria do Paraná com a venda do gado do SPI, e os chucurus que não posuiam uma palmeira para se abrigar, tomaram posse do seu lote na Fazenda Canto."

Em 1952 foi registrada no Cartório de Palmeira dos Índios a escritura de compra e venda da Fazenda Canto, passando os remanescentes wákôná-káríris-xúkúrús a ser os seus dignos proprietários.

Eis a citação parcial da escritura:

"Cartório do 2º Oficio de Notas e Protestos. Pública Forma de um Documento (Registro Geral de Imóveis e Hipotecas) que me foi apresentado para ser reproduzida por cópia fiel e autêntica. Teor: 1952. Município e Comarca de Palmeira dos Indios. Estado de Alagoas. Primeiro Ofício. O Tabelião Publico: Valdemar de Souza Lima.

Escritura Publica de compra e venda de uma propriedade de terra de criação e cultura, no lugar Canto, deste Município.

A querente: Serviço de Proteção dos Indios. Outorgantes: Manoel Sampaio Luz e sua mulher. Cartório Rua Fernandes Lima nº 20. Palmeira dos Indios. Alagoas. Denominação do imóvel: Canto. Características e confrontação do imóvel: Uma propriedade de terra de criação e cultura, com um perímetro de 10.735,00 e uma área de 3.723.790,00 m2 ou seja 372 Ha. 37a. 90c. toda cercada de arame farpado; do ponto 9 ao 48 de mulugú, com quatro fios de arame farpado; e do ponto 48 ao ponto 1, inicial, com aveloz com três (3) fios de arame farpado; tendo uma casa grande de administrador e sete (7) casas menores para moradores, de taipa e telhas, em mau estado de conservação; cercado de palma forrageira, lavouras, um riacho perene, além de três (3) açudes.

O imóvel em apreço obedece os seguintes limites: Ao Norte com Mario Leite da Costa, Joaquim Lopes, Manuel Lopes, Maria Eugênia, Miguel Vouca e Manuel Jofre Correia; a leste com Bispo Vieira, Helena Jorge Tavares, Empresa Agro-Industria Leobino Mota S/A e Antonio Alves; ao sul com Emerentino Costa, Antonio Ramos da Silva e José Joaquim Costa; ao oeste com Manoel João Ferreira.

Nome, domicílio e próprio do adquirente: Serviço de Proteção dos Indios. Departamento Federal com sede no rio de Janeiro.

Nome, domicílio e profissão dos Transmitentes: Manoel Sampaio Luz e sua mulher, brasileiros, sendo ele industrial e ela de prendas domésticas, residentes nesta Cidade.

Transcrição anterior. Transcrita no Registro Imobiliário deste Município no livro 3—G folhas 10, sob o número de ordem 4.098.

Título de transmissão. Compra e venda. Forma do título, data e nome do serventuário: Escritura Publica lavrada pelo tabelião publico do 1º Oficio Valdemar Souza Lima, no seu livro de notas numero 42, a folhas 113v a 115v no dia 6 de maio de mil novecentos e cenquenta e dois (1952).

Valor do contrato: quinhentos mil cruzeiros (500.000$00) Condições do contrato. Nenhuma houve."

Sobre o patrimônio indígena dos kariris palmeirenses são importantes dois documentos-pareceres do Ministério da Agricultura.

1 — "Ministério da Agricultura. Of. nº 455. Em 4 de junho de 1962.

Do Diretor do Serviço do Patrimônio da União.

Assunto. Situação da Fazenda Canto.

Senhor Diretor.

Em resposta ao vosso ofício 415 de 27 de março último, em quem solicitais elementos comprobatórios da aquisição da Fazenda Canto, pelo Serviço de Proteção dos Índios, para fins de registro do S.P.U., esclareço-vos o seguinte:

a) A Fazenda Canto em Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, foi adquirida em maio de 1952 por este Serviço, para a tribo dos Xucurus com renda indígena, proveniente do fundo monetário do Patrimônio Indígena, do qual este Serviço é gestor, pelo exercício de tutela, ex-vi alínea J do Regimento aprovado pelo Decreto nº 10.652 de 16 de outubro de 1942.

b) Ocupa assim o Posto Indígena "Irineu dos Santos" (SPI) no Estado de Alagoas um imóvel não da União, mas sim de Propriedade do Patrimônio Indígena (Tribo dos Xucurus).

Se depois dos esclarecimentos agora prestados, permanecer ainda a presunção de pertencer à União, aquele imóvel, apresentará com satisfação o Serviço de

Proteção dos Indios ao SPU, de que sois digno Diretor, provas dos direitos dos aludidos índios sobre a propriedade onde vivem.

Aproveito a oportunidade para apresentar-vos os meus protestos de estima e consideração. Ass. Ren. Cel. Uracyr Ribeiro Coelho — Diretor".

2 — "Parecer no Processo nº 405964/62 do Sr. Chefe da SINDI do Serviço de Proteção dos Indios do Ministério da Agricultura — Referente à Fazenda Canto do Posto Irineu dos Santos situado em Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

"Antes de tudo, é preciso que se caracterize, de modo palpável a fonte de financiamento, para a realização do negócio da Fazenda Canto. Por determinação oficial do Diretor deste Serviço, na época (1952) foi vendida uma quantidade de gado bovino, pertencente ao Patrimônio Indígena, obedecendo a formalidades regulares, na espécie.

Tal operação teve como objetivo fundamental, a compra da Fazenda Canto, para aldeiamento efetivo dos Índios Xucurus.

Estão patentes, agora, os fatores essenciais da transação, os elementos que possibilitam a aquisição, sob o propósito de assegurar àqueles índios, subsistência mais decente e tranquila. Dinheiro de índios, em benefício do próprio índio.

A ausência absoluta de dotação orçamentária, naquele exercício, para aquisição de imóveis, não admite margem a qualquer hipótese, onde possa configurar jogo na aplicação da verba. Não cabe, por outro lado, a invocação do Decreto Lei nº 9760 de 05/09/46, em seu artigo 1º, letra "h", pois não houve extinção do aldeiamento de índios. A Fazenda Canto foi adquirida, precisamente, para atender às necessidades vitais dos Índios Xucurus.

O que ocorreu, lamentavelmente, foi equívoco ou inadvertência, por parte de nosso representante, no ato de identificação do Comprador. É imperioso que se esclareça. O índio brasileiro dos mais autênticos é tutelado oficial do Governo Federal, por força de sua incapacidade jurídica ou física do Patrimônio Indígena. Mesmo porque, não se pode. Patrimônio é o conjunto de bens, o que não comporta, absolutamente ter personalidade. Os bens, sim, de qualquer natureza, formando patrimônio, é que podem e devem pertencer a uma personalidade, jurídica ou física. Assim, expondo, cumpre-nos tomar medidas corretivas, o

que não é difícil. O lapso foi nosso. O Seviço do Patrimônio da União (S.P.U.) vem tendo conduta irrepreensível portando-se com dignidade, no que lhe permitem as peças do processo.

Esclarecendo-se os pontos em discussão, encontraremos a melhor receptividade de todos, no sentido de oferecer ao problema, solução justa, requerida por gastos irrefutáveis.

Não pode haver desfalque do Patrimônio Indígena, pertencente a um tutelado, em favor do Patrimônio Nacional, beneficiando, como se vê, o respectivo tutor. Ninguém, de sã consciência, concorrerá, de qualquer forma, para semelhante aberração. À consideração superior.

SPI, em 19 de janeiro de 1965. Luiz de França Pereira de Araújo — Chefe da SINDI".

Atualmente na aldeia da Fazenda Canto há remanescentes indígenas Wákõná-Kariris-Xukurus, como também Fulniô-Carnijós e Pankarus de Tacaratu.

Casam-se entre si legitimando estas uniões. Contudo, todos se consideram "uma única família índia" porque "dão-se bem em qualquer aldeiamento".

Há uma certa rivalidade de grupos de liderança para escolher o chamado "pagé" e o "cacique", os tuxás da tribo, mas não se observa desunião "porque todos aqui somos parentes".

À indagação, "de que tribo são os índios da aldeia?", respondeu um dêles: "— Chucurus-Cariris. Antigamente moravam em Alagoas os Cariris que formaram a tribo dos Carnijós -Pankarus-Chucurus. Há aqui descendentes dos Chucurus da Serra do Ôrubá de Cimbres, de Pesqueira, do Sertão de Pernambuco e de índios Pankarús ou Pankararús e Gerinpankós do Brejo dos Padres de Tacaratú, de Pernambuco".

DADOS DO IBGE

Segundo os dados do recenseamento de 1970 apresentados pelo IBGE de Palmeira dos Índios é a seguinte a situação dos remanescentes da Fazenda Canto do Posto Indígena de Palmeira dos Índios:

Questionário: Amostra CD 101 — 13%
Amostra CD 102 — 43%

Prédios — 57

Residências (domicílios) - 53 sendo vagas 2 e fechada 1
Prédio do Posto — 1
Grupo Escolar - 1 (com dois turnos) Escola Municipal.
Igreja Católica — 1 capela.
Habitantes — 293 pessoas recenseadas

Homens — 149
Mulheres — 144

Agricultores — 26
Lavoura e criação — 1

Prédios — com coberta de telhas — 56
com coberta de palha — 1
com parede de tijolos — 15
com parede de taipa — 42
com piso de cimento — 5
com piso de tijolo — 4
com piso de barro — 48

Iluminação — não tem
Agua encanada — não tem
Instalação sanitária — não tem
1 casa com fossa séptica
1 casa com escoadouro".

DADOS DA FACEPI

Segundo os dados fornecidos pela FACEPI de Palmeira dos Índios a Escola dos Índios "Nossa Senhora Aparecida" é mantida pelo Município, cujos alunos matriculados em 1970 estão assim discriminados:

"Total de matrículas — 71
Professoras — 2
Turnos — 2 (manhã e tarde)
Turno da manhã — 1º ano Masc — 16
Turno da manhã — 1º ano Fem. — 19
total: 35 alunos

Turno da tarde 1º ano Masc — 14
Fem — 7

2º ano Masc — 3
Fem — 4

3º ano Masc — 4
Fem — 0

4º ano Masc — 4
Fem — 0

total: 36 alunos

Saúde e Higiene

Doenças graves cognominadas de s o c i a i s (lepra, varíola etc. . .) não foram observadas entre os chucurus. As doenças mais comuns são do tipo carencial. Avitaminoses e verminoses são consequências da subnutrição e por andarem descalços. As crianças apresentam-se sadias. Não há assistência médica de modo regular. São atendidos no Posto de Saúde de Palmeira dos Índios.

Esporadicamente são assistidos pelas campanhas também esporádicas do Ministério da Saúde.

Integrados que são à população branca na zona rural seguem os seus hábitos de higiene, alimentação e vestuário.

Não andam sujos. Trajam-se bem simples e sem algum atavio peculiar indígena. As mães ao dar à luz são assistidas por parteiras leigas e raramente internam-se nas casas de saúde ou hospital da Cidade.

Quanto à alimentação não foi observada uma cozinha própria indígena. Os alimentos básicos são feijão, farinha e milho.

As habitações apresentam-se varridas, e às vezes promiscuidade dos seus moradores com animais domésticos.

Raríssimas são as casas que possuem "quartinhos" para lançamento dos dejetos.

De modo geral os caboclos gozam de boa saúde. . .

Crianças nas solenidades da 1a. Comunhão da Igreja Católica

Uma família wakona-kariri-xukuru com alguns traços indígenas característicos.

84 b

FAMÍLIAS DA FAZENDA CANTO

Segundo o regulamento do FUNAI só pode morar no Posto, a família que possuir origem totalmente indígena ou que tenha parentesco com a tribo, seja do lado paterno, seja do lado materno.

Chamamos a atenção para as palavras: b r a n c o, caboclo, índio.

Branco é toda pessoa que é descendente da raça branca.
Caboclo é toda pessoa que é descendente de branco e índio.
Curiboca é toda pessoa que é descendente de negro e índio.
Índio é toda pessoa que é descendente de índios.

Alfredo Celestino disse que havia dezessete famílias oriundas de um mesmo tronco, todos, primos entre si.

Êi-las:
1º Família Celestino (antiga família Gomes)
2º Família Ricardo
3º Família Santana (a mais velha do tronco)
4º Família Honório Firmino
5º Família Cosme
6º Família Félix
7º Família Sartílio
8º Família Paulino
9º Família Ferreira
10º Família Pedro-Urbano-Herculano (três famílias pankarús de Tacaratú de Pernambuco)
11º Família Messias
12º Família Desidério
13º Família Mirinda
14º Família Aleixo
15º Família Elpídio (descendente de branco do lado paterno)
16º Família Leonardo Gomes
17º Família Rosa (descendente de índios e negros).

LENDAS DOS WÁKÕNÁ

1. O advinho Pissorê

Foi narrada por Miguel Celestino (tem 45 anos), considerado o "cacique, mestre e cantador do toré" e " que tira as toadas com seu maracá na mão", a seguinte lenda, contada por Anastácio, tio da avó de sua mãe, que tinha nesse tempo 60 anos.

"Antigamente - dizia minha mãe que morreu com 70 anos - todos os índios eram reunidos em um só corpo. Todos os kariris reunidos limpavam o "malambá" (roça comum dos índios) semana após semana. Havia sempre um que se encarregava da família. Chamava-se Pissôrê. Era uma pessoa entendida e que advinhava. Era chamado "advinho". Quando os índios precisavam caçar ou pescar, reuniam-se todos e recebiam ordens do pissôrê. A caça melhor era enviada para o pissôrê. Na casa dele havia terno de pife (instrumentos musicais), zabumba e todos os instrumentos de música e dança. Sua casa era bem limpa. Havia um grande terreiro para evitar doenças. Os índios, quando saíam para as águas, isto é, para a pesca, iam felizes, enquanto outros iam para a mata ou para a caça.

Quando voltavam, ofereciam do melhor à Pissôrê e seus familiares. Reuniam-se, depois, para fazer o "xóxó" e comer com muqueca. Havia prêmios para oferecer aos melhores pescadores e caçadores. Era um dia de festa para todos.

Um dia, uma índia preparou muqueca com peixe assado na folha para Pissôrê. Não preparou bem. Guardou a muqueca no flechal e a mosca veio, posou, e pos ovos em cima da muqueca. No outro dia, havia bicho de mosca. Quando Pissôrê chegou, a índia mais bela da tribo lhe ofereceu a comida. Ele disse: "— Não presta, Pôfô, íánê di Pissôrê", isto é, vire logo em mulher ruim.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Sacudiu fora a muqueca e a índia virou cururu, isto é, sapo cururu, muito feio. É Maria Cururu, mulher prostituta, a mulher solteira do mundo que não presta porque foi gerada da muqueca bichada.

Chegou o tempo de Pissôrê ir-se embora. Viajaram muito, ele e os índios. Viajaram para o alto sertão. Quando os índios tinham as crianças que choravam e reclamavam que não podiam carregá-las porque eram pesadas, Pissôrê se aproximava e dizia: "— Pôfô, vai ser coroa de frade".

E as crianças se viravam em coroa de frade e mandacaru do sertão. Pissôrê continuou seu caminho. Um dia, entrou ele com toda sua família na Cachoeira de Paulo Afonso e encantou-se. Hoje em dia, temos contato com esta gente. Depois que desapareceu Pissôrê, ficou a Estrela Dalva, que é uma parenta de Pissôrê, uma moça dos kariris. Ficou com ela também sua mãe. Ficaram no acampamento. Estrela Dalva perguntou pelo Pissôrê. Todos respondiam "que tinha ido embora com os índios". Ela replicou: "— Também vou-me embora.

Estrela Dalva começou a andar. No caminho ela disse: — Vamos tirar genipapo?... Ela subiu no genipapeiro e sacudiu o genipapo no chão. Quando a mãe curvou-se para apanhar o genipapo, ela disse: "Pôfô, vire em uma caça do mato".

E surgiu, então, uma grande anta do mato. Estrela Dalva tinha um filho. Ela fez o filho virar-se em fokó (preiá do mato). Ela achou muito feio. Então, ela mudou seu filho de fokó para gambá (timbú). Esta é a origem do gambá.

Estrela Dalva tinha uma rede. Em um dado momento, ela disse: — "Pôfô, se vire em samambaia" e, de repente, apareceram as samambaias (as palmeiras) no mato.

Pissôrê salvou, assim, a sua gente do dilúvio universal e é dessa geração do Pissôrê que vem a origem dos índios kariris de Palmeira. A Estrela Dalva foi para bem longe, naquelas alturas, que nós, todos os dias, vemos a Estrela Dalva a brilhar no céu como uma grande estrela para os kariris".

Temos que observar que tal narrativa discorda frontalmente do ponto de vista do Sr. Luiz Tôrres, quando relata a origem da cidade, de Palmeira dos Índios ao narrar a "lenda da Índia". Para fundamentar a disparidade das duas lendas, vale ressaltar que, para o índio Miguel Celestino da Silva, "a lenda Tixílíá", narrada pelo Sr. Luiz B. Tôrres, "é uma história que meu povo não conhece".

2. A India Tixiliá

Transcrevemos esta lenda (versão de L. B. Torres) como subsídio para estudos de aculturação.

"A tribo dos Chucurús, que sempre emigrava em busca de caça e vegetais para sua alimentação, armara palhoças no alto da Boa-Vista, de onde podia alcançar com a visão léguas e léguas do imenso vale que se extendia do pé da serra até o horizonte distante. Era bem vasto o império chucurús, cheio de animais selvagens de boa carne e pássaros de belíssima plumagem.

Exímios caçadores e ótimos guerreiros, eram temidos e respeitados por outras tribos já conhecedoras do peso colossal de seus tacapes e cujos corpos provaram as pontas aguçadas de suas flechas.

O cacique Êtafé, imponente de altura, possuindo braços musculosos e corpo atlético, conduzia seus subordinados como um verdadeiro chefe e zelava pelo bem-estar da tribo. Ao sentar-se no lugar reservado à sua posição, em noites de grande festa, era capaz de notar a ausência do mais humilde dos seus irmãos chucurús, inquirindo prontamente de seus conselheiros a razão da falta. Solteiro ainda, retardara propositalmente a união com uma das muitas donzelas, na ansiosa expectativa de que Tixíliá atingisse a puberdade. Nesta época então, marcaria a data do casamento, para gerar índios robustos e o legítimo sucessor.

Tixíliá era a única filha de Tací, velho guerreiro que ficara cego pela flecha envenenada de um inimigo. Sua mãe falecera poucos anos depois que a morena índia viera dos braços de Tupã. Sem a presença da mãe desde tenra idade, encontrava porém no pai cego, o carinho suficiente para preencher toda sua vida.

Tixíliá tinha aquela formosura das mulheres que a natureza se esmera para mostrar a sua capacidade de artista. Seu corpo coleante, moreno e de carne rígida, atraía olhares disfarçados dos chucurús machos, receiosos do ciúme vingativo de Êtafé. Os seios pareciam duas bandas do maracá sagrado. Seus cabelos sedosos e longos, caíam em castanha caudal por sobre os ombros, e as pontas mais atrevidas de sua vasta cabeleira vinham beijar maliciosamente o começo torneado de suas nádegas, onde uma tanga de penas multicores velava o recanto feminimo.

Tixília, mesmo jovem, já sabia preparar os mais gostosos manjares para o pai cego, transformando a caça que Tilixí, seu primo, trazia para o sustento da família. Todos gostavam dela, até os animais queriam comer de suas mãos. Seu canto era sonoro e divinal. Sua voz dava expressão e graça às canções que

falavam das glórias e da história do seu povo. Muitas vezes, as decrépitas mulheres de sua tribo choravam copiosamente ao ouví-la rememorar velhas baladas. Até um sabiá, preso numa gaiola de fibra porfiava por vencê-la quando a ouvia cantar.

Tixílíá sabia que estava destinada a ser esposa do cacique, pois seu pai já lhe havia notificado. Preferiria, porém, cuidar de Tací até que este repousasse na igaçaba funerária. Distando um ano talvez para o casamento, pedia fervorosamente aos céus que retardassem sua puberdade, a fim de permanecer mais tempo ao lado do pai.

Tilixí, caso fosse dado escolher, seria o eleito. Conhecera-o desde menina, e com ele, gostava de percorrer a caatinga ajudando-o na caça, ou ficar bevecida escutando o primo dar nome aos pássaros, animais e plantas. Tilixí era ágil como o preiá pressentindo o caçador. Sabia manejar o arco e a flecha como um privilegiado e, mesmo em tempos maus, sempre trazia algo para alimento dos seus, debaixo da inveja de todos. O jovem índio nutria pela prima mais do que um simples afeto de família. Muitas vezes percorria os dois, longe dos olhos curiosos, os lugares bonitos das terras da Cafurna, onde se miravam de rostos colados nas águas límpidas de um regato.

Um dia, um observador postado distante do aldeiamento, veio correndo para avisar ao chefe que um homem branco, de veste talar e barba longa como o Sumé da lenda, aproximava-se. Alvoroçou-se a tribo. O velho feiteceiro, guardião da história de seu povo, agitava nervosamente maracás sagrados, repetindo para relembrar trechos esparsos de uma antiga profecia que falava de um cara-pálida que tornaria os Chucurús um grande povo, e faria do aldeiamento a concretização da grandeza sonhada pelos antepassados.

Era frei Domingos de São José, capuchinho, que no afã de dilatar as fronteiras do cristianismo, percorrera muitas léguas em busca dos selvagens dos quais tivera notícia pela informação de outros índios civilizados.

— A Paz esteja convosco!

A saudação era estranha para os Chucurús. Era estranha também sua linguagem, mas se lia na face do desconhecido uma expressão de paz e amor.

Poucos meses depois, a tribo já havia erigido uma grande cruz no alto da serra da Capela.

Tixílíá já cantava hinos religiosos nas reuniões de catecismo.

Êtafé, entusiasmado com as novidades que aprendera, fizera ver até ao bom frade seu desejo de também unir-se em casamento sob olhares e bençãos do Deus Branco.

Os dias se passavam, e um ciúme doentio apoderava-se do grande cacique, receioso de que um mais jovem conseguisse sobrepujar-lhe e conquistar a escolhida. Tilixí era vigiado constantemente. Todos presentiam uma verdadeira desgraça... que veio quando se festejava o dia da colheita.

A tribo, em tôrno de enorme fogueira cantava e dançava toré em homenagem ao Senhor da Terra. As mulheres, de vez em quando, chegavam à boca dos suados guerreiros o pote com a bebida fermentada. Tilixí trajava tanga belíssima confeccionada pela prima. O rosto glabro e pintado de branco e vermelho sobressaía-se majestoso de um cocar de penas multicores. O índio destacava-se dos demais pela coreografia sutil de sua dança e pela compleição máscula de seu corpo.

Tixílíá, sentada entre o pai e o cacique, acompanhava o primo com o olhar de fêmea verdadeiramente apaixonada. Algum tempo depois, levantando-se, pegou um caneco e foi até Tilixí para dar-lhe de beber. O índio, ao sentir a bebida nos lábios, segurou as duas mãos da morena virgem e beija-lhe a testa. *Sacrilégio!* O castigo pela profanação da eleita do cacique veio inflexível e tremendo. Tilixí foi sentenciado a morrer de fome e sede, amarrado de pés e mãos, deitado no solo, distante do aldeiamento. Quem socorresse também receberia igual castigo. De nada valeram os apelos de frei Domingos. A lei e o ciúme do chefe estavam irredutíveis.

Durou quase três dias o sofrimento do jovem guerreiro. Seus gemidos suplicantes e desesperados, ecoavam terrivelmente pela serrania. Tixílíá ouvia-os distantes, com o coração despedaçado, vigiada na sua palhoça.

Um dia ainda suportou a morena virgem. Seu nome insistentemente clamado pelo primo, despedaçava-lhe a alma. Safou-se sorrateiramente. Foi ao encontro de Tilixí e, lá, carinhosamente, limpou com seus cabelos o suor que escorria do corpo do infeliz castigado, já picado de formigas e queimado pelo sol inclemente. Debruçou-se sobre ele para desviar com seu corpo os raios ardejantes que tostavam seu bem-amado.

Desesperada, a virgem índia lembrou-se da cruz que pendia do peito de frei Domingos. O Deus Branco, segundo aprendera, dissera que a fé tinha o poder de remover montanhas. Foi buscá-la. Queria plantá-la ao lado do primo condenado, para que dela brotasse uma palmeira, debaixo da qual pudesse ele sofrer menos, à sombra de suas palmas acolhedoras e refrescantes.

E fez uma prece e fincou a pequenina cruz ao lado do moribundo, cujos olhos já não viam de tanto fitarem a luz, e os lábios sangravam no desespero de roçá-los na língua ressecada e áspera como lixa.

Uma flecha no seio de Tixílíá, e um filête de sangue quente escorreu sobre o corpo de Tilixí. A morena virgem tombou, e os dois exalaram o último suspiro unidos na morte.

Êtafé punira sua eleita, aquele alguém que mais amava na vida, para cumprir a lei. De suas mãos trêmulas partira a flecha da justiça assassina. "Ninguém - estava escrito - poderia cubiçar a donzela escolhida pelo cacique". O amor, mais forte e mais poderoso que as leis, porém, juntou na morte aquilo que a vida se recusou a dar.

No outro dia, frei Domingos encontrou uma palmeira frondosa ao lado dos dois amantes, cujos corpos marcados pelo castigo, não poderiam repousar nas igaçabas funerárias, mas serem devorados pelas aves de rapina para que a terra não acolhesse no seu ventre as carnes dos que infringiram a lei. A fé de Tixílíá pareceu ao piedoso frade a confirmação da vontade de Deus para que permanecesse entre os Chucurús e pela antevisão do que seria a grandeza desse povo e do aldeiamento batizados pelo heroísmo do amor.

Em 1773, conseguiu da viúva dona Maria Pereira Gonsalves e seus herdeiros, na cidade de Garanhuns, uma doação de meia légua de terra para iniciar a cidade de Palmeira dos Índios à sombra da palmeira de Tilixí e Tixílíá.

Tixílíá	significa	Beija-Flor
Tilixí	"	Bonito
Êtafé	"	Musculoso
Tací	"	Escuridão

3. Sete Estrela

"Sete Estrela era um menino índio inteligente. Tinha três irmãs, chamadas Três Marias e tinha três irmãos chamados Três Reis Magos. A mãe os criava com pesca e caça. O avô de Sete Estrela morava na beira da praia. As três irmãs brincavam com os três irmãos atrás da casa do velho. A mãe de Sete Estrela, um belo dia, foi pescar e jamais voltou. Encantou-se em mãe dágua. As Três Marias foram procurar a mãe e viram que ela virou-se em mãe dágua. Voltaram e não disseram nada ao velho avô. Então Sete Estrela fez uma canoa e botou os três irmãos e as três irmãs no barco, entrou mar à dentro. Aconteceu que os Três Reis Magos morreram naquele lugar do mar porque botaram as pernas fora dágua e o peixe grande os devorou. Apenas ficou no barco, salvo, Sete Estrêla com as Três Marias.

E Sete Estrela e as Três Marias viajaram, viajaram tanto, que foram parar no firmamento do céu. Todos os dias se vê estas sete estrêlas no céu que são as Três Marias, os Três Reis Magos e Sete Estrela.

O velho na praia ficou triste dizendo "meus netos foram pescar e não voltaram mais. E eu aqui fiquei sòzinho... Eu irei andar pelo mundo afóra sem parar...". Pegou o tição (o paú de fogo) e sacudiu por cima da casa e disse:

— "Pôfô, vou andar..."

O tição foi desaparecendo e o velho encantou-se. Apareceu o cometa que parou no firmamento do céu. E o velho e o tição do velho viraram em cometa do céu. Os índios zelam este nome de Sete Estrela e dizem que é da estrela, especialmente da Estrela D'Alva que sai o saber dos caboclos. Isto prova que existe o Criador".

4. Origem da Terra e do Mar

O velho (tuxá) Santana narrou uma história primitiva que ouviu dos antigos.

"Antigamente só havia o mar. E o mar fabricou o limo. O limo é a espuma das águas do mar. E o limo formou a terra. Os peixes foram criados no mar. Depois procuraram locas. Foram se adaptando e crescendo até virarem animais como camelo, burro... As árvores surgiram da própria terra, devido à força da própria terra; e devido também à claridade foram dar frutos e sementes. Antigamente só havia o mar. Não havia a luz porque não havia habitantes no mundo. Havia uma claridade sem luz. O sol e a lua foram criados pelo Divino. A luz vem do sol e da lua. Não existia a escuridão. Mas um pescador foi ao mar e jogando a tarrafa pescou uma semente. Partiu a semente e e quando partiu a semente, a terra escureceu imediatamente. Então passaram eles três dias sem comer e sem beber, prostados ao redor do mar. Foi quando veio então São Jorge à mandado de Cristo e fez aparecer novamente a lua. E daí em diante houve dias e noites.

Quanto ao aparecimento das aves, elas surgiram das sementes escondidas na terra. A largata não surge da planta?... A largata fica escondida na terra e dela sai depois uma borboleta, um inseto.

São Francisco como ministro de Deus manda pássaros para a terra vindos de outros mundos, vindo da lua. São os pássaros que a gente não conhece. Quando à criação do sol e da luz não sabemos sua história. Sabemos que o sol e a lua são do Alto. E que são criados pelo Tupã. O Tupã tremia a terra e todos reconheciam o poder de Tupã. Naquele tempo não havia casamento como hoje em dia, mas a gente se regulava pelo Tupã".

E comentou os costumes antigos da tribo:

"A gente se reúne na árvore (jurema ou ouricuri) para adorar a lua e o sol, porque nos dão claridade durante o dia e durante a noite. Agora, é claro, só adoramos, Deus o único Criador. Mas antigamente tínhamos veneração ao sol e a lua na reunião da árvore, quando se canta a toada ao som do maracá e com o cachimbo (quaki) porque o sol e a lua são manifestações do poder de Tupãn.

Lenda da índia encantada:
"A Tripa que virou índia"

946

5. A tripa que virou India

Ouví, certa vez, uma lenda que contou-me um caboclo chucurus.

"Tempos atrás houve na Serra da Boa Vista uma briga entre os chucurus e os ciganos. Na briga morreram um caboclo chucurus palmeirense e um cigano e muitos outros saíram feridos. Mas os chucurus venceram... A tripa do caboclo virou índia e todo mundo viu em Palmeira..."

Mostrou-me uma fotografia na qual via-se claramente uma figura de mulher dentro de uma garrafa com os seguintes dizeres: "A tripa que virou índia. Em 21.1.45. Esta é a nossa rainha antepassada". Perguntei ao Dr. Remy Maia que como médico daquele tempo tratara do caboclo e presenciara o fato pessoalmente, como interpretava o fenômeno:

"Gostava de colecionar peças anatômicas — disse — e por isso guardei em um frasco as vísceras do caboclo. No outro dia, talvez devido a coagulação do sangue, o coágulo formou uma figura bem nítida de mulher. Os caboclos sabendo disso consideraram isto como uma grande vitória, porque diziam que a tripa do índio tinha virado índia. Espalharam-se fotografias pela cidade e no outro dia os caboclos chucurus dançaram o toré com muita animação na frente da Casa de Saúde".

Esta história também foi-me testemunhada pelo fotógrafo palmeirense José Pequeno, que espalhou as sensacionais fotografias pela região sertaneja.

6. Lenda do Fogo

"Assim me contaram esta história quando era pequeno — disse Miguel Celestino.

— Primo, você não sabe quem era a minha tia Luzia. Minha tia Luzia era uma velha que me chamou um dia para eu ir a uma diligência.

Perguntou a ele:

— Você vai comigo, Mariano, de noite para prender um cabra acolá?

— Vou, minha tia.

Mas, ele inocente não sabia de nada.

Foi. Chegou a hora marcada e ele foi. Neste tempo Palmeira dos Indios era coberta de mato, mato grosso. Eles viajaram de Palmeira para a terra de Igaci que naquele tempo se chamava Olhos D'Agua do Acioli. Pode ser que fosse um homem que era o dono do terreno.

Quando ele chegou na casa dela, ela disse:

— Pegue essas cordas que nós vamos prender esse cabra.

Ele pegou as cordas, botou à tiracolo e se foi.

— De noite, ouviu?

Quando chegaram lá, à meia noite, viram uma grande pedra. Chegaram na grande pedra, muito grande.

— Mariano — disse ela — eu me esquecí de trazer fogo. O que é que se faz agora para nós fumar?

O índio gosta de fumar.

Ele disse:

— Minha tia, eu também me esquecí do fogo.

Então ela disse:

— Não tem nada não. Vou falar aqui.

Chegou numa pedra e disse:

— Ô de casa!

— Respondeu dentro da pedra.

— Ô de fora!

— Abra a pedra.

Abriu-se uma porta na pedra e saiu uma moça.

Ela disse:

— Tem fogo aí?...

— Tem.

Parece história de sonho. Veio a moça com tição de braúna, faiscando. Entregou. Ela então acendeu um cachimbo grande de barro. Fumou um bocado e entregou a ele. Ele fumou também. Nisso, apareceu um negócio que anda de noite nos ares em certas noites. Até acho que os "portugueses" conhecem. É um assobiador que de noite faz: "Uí! Uí!"

Ele disse:

— Parece que o camarada vem acolá.
— Tenha cuidado, Mariano.
— Então, ele entregou o cachimbo a ela. E ele disse:
— Vamo ficar aqui.

Quando ele deu fé, viu aquele embrulho. Era ela mas aquele negócio. Mas ele não viu nada, só viu ela gritar.

— Mariano, traga as corda.

Ele disse:

— Tá aqui.

Entregou a ela. Ela disse que amarrou lá e ninguém sabe o que foi. Amarrou e quando acabou disse:

— Pronto, cabra, você nunca mais anda me aperriando. Vamos embora, Mariano.

Quando chegaram em casa, amanheceu o dia.

O TORÉ

O toré é uma dança indígena. Cada tribo indígena possui sua maneira própria de expressar suas alegrias e tristezas através do toré.

O toré é uma dança bastante primitiva e é um dos liames mais tradicionais de unidade da família índia. Os remanescentes, kariris palmeirenses, em suas toadas de toré, não utilizam instrumentos musicais, exceto o maracá. Não usam vestimentas características. Só utilizam vestes sofisticadas feitas de palmeira ou de ouricuri, quando alguém recomenda para alguma demonstração, onde o civilizado turista ou alguma autoridade política ou religiosa deseja apreciar. Neste caso, utilizam capacete (barrete) e tanga (saiote) de palha de coqueiro ou de palmeira. Comumente, dançam o toré com a roupa com que estão vestidos. Utilizam sempre o xíxíá (maracá) com desenho de cruz e estrela Dalva. O toré é iniciado ao sinal do xíxíá na mão do cantador do Mestre do toré que também é solista durante a dança. As vezes, é acompanhado no mesmo estilo por um neófito. O solista vai puxando as toadas e o coro responde dançando todos em círculo, dois a dois, aos pares, batendo o rítmo da dança com os pés. Uma vez ou outra, voltam-se com todo o corpo em meio círculo para trás dando um aspecto bem original à dança mantendo ao som do sapateado pequenos saltos, ora sobre a perna direita, ora sobre a perna esquerda. As toadas são recheadas de improviso do mester cantador seguindo a inspiração forte que recebe do além, ao som do maracá (xíxíá ou káxákôa), e às vezes do búzio (flauta) ou ganzá.

A dança do toré é conhecida como "dança da cafurna" pelos Fulniôs de Águas Belas, "que também dançam a cafurna em honra dos setsô palmeirenses". Os fulniôs deram nome a este tipo de dança na sua tribo de cafurna, porque aprenderam com os ka-

riris palmeirenses. Como os kariris moravam na Cafurna, na vila da Palmeira, o toré dançado pelos índios de Águas Belas ficou mais conhecido como "Toré da Cafurna". Constata-se, assim, a influência cultural única dos índios kariris-chucurus-wakonan de Palmeira nos Fulniôs de Águas Belas, através da dança do toré. A cafurna se caracteriza por ser uma dança em roda, dois a dois, aos pares, de mãos dadas, homem e mulher, de braços entrelaçados.

O toré é dançado nas festas, ou à pedido, ou quando combinam entre si. Pode-se dançar no terreiro da casa em homenagem aos antepassados. É uma tradição saudosística, quando desejam cultuar a memória dos seus antepassados. Quando o toré tem caráter "cultual", utilizam o "gulijó" ou "a garapa", que é oferecido aos Índios Encantados após algumas toadas da dança em círculo. Todos os presentes participam do "gulijó" ou do "aluá" com grande respeito e alegria. "O índio tem sua "religião", seu "particular" e só é conhecido do índio. Cantamos muitas vêzes o toré em homenagem aos mortos; para recebermos deles alguma inspiração. Já cantamos para Ernesto o nosso toré". Ernesto era um índio muito conhecido, zelador da capela da Fazenda Canto, que falecera recentemente. Esta reunião de culto é como se fosse o sétimo ou trigésimo dia dos cristãos.

Dançam também o toré nos terreiros após combinarem entre si e com o cacique e o pagé ou mestre do toré. "Nesta ocasião oferecemos também um manjar a Deus e aos Espíritos dos Índios Encantados em caco de arrobê. Após o oferecimento, oferecemos o gulijó ou aluá. Só os índios tomam parte nesta cerimônia."

O toré pode ser dançado de vários modos.

O toré cruzado é dançado dois a dois, aos pares ou 4 a 4 em forma de cruz. O toré em roda ou em círculos (toré da Cafurna, conforme os Fulniôs de Águas Belas) é dançado 2 a 2, aos pares, homem e mulher, menino e menina circularmente, com mãos dadas e braços entrelaçados. O toré de cordão ou de fila é dançado em duas ou mais fileiras, dependendo do número de participantes. Serve para prestar homenagem (reverência) a alguém que está assistindo ao toré.

Quem não dança o toré, fica apreciando, comentando como os outros dançam, com saudades de dançar ou esperando uma oportunidade para entrar na roda. Há um congrassamento fraternal entre todos os participantes, velhos e moços, crianças e adultos, todos a dançar o toré ao som das toadas e do maracá.

O maracá traz desenhos de uma cruz com estrela dalva que "serve para iluminar e dar ciência ao índio". O maracá, às vêzes, é enfeitado com penas de ave. Quase todas as cantigas dos

Cantores solistas da Dança do Toré: Pedro Urbano (com xixiá na mão), Antônio Urbano e Miguel Celestino.

100 b

toré são aportuguesadas, e não são cantadas em língua indígena. O toré sempre é iniciado ao som do xixiá e termina sempre com exclamações kariris " renhrêh-rhá-rhá" e ao som do ká-xá-kôa, Dançam o toré encurvados dois a dois, seguindo o rítmo do bater dos pés. Durante o ritual do toré os antepassados ficam em volta do terreiro para participarem das preces dos vivos. Os bons espíritos voltam-se para os que dançam ou os invocam.

"Há diversas modalidades de toré, segundo Alfredo Celestino da Silva (considerado o "pagé") e Miguel Celestino da Silva (considerado o cacique). O álhêlhá, toré, que é dançado por tôdas as tribos indígenas brasileiras. O toré popular, que é o toré da brincadeira, para o civilizado apreciar. Êste é dançado em roda, em cordão ou cruzado, sem trajes especiais. O práiá ou ouricurí ou ouricurí-lhá, que é o toré da mata, da floresta, onde se usa o gulijó (o vinho de mandioca, próprio dos índios) e o manjar "aluá" (vinho de milho) no prato de arrôbê. Somente os índios podem participar. O práiá refere-se tanto aos moços vestidos para dançar o toré do ouricuri, como ao próprio ritual. O kêxátiká-lhá, que é o toré do cerimonial, serve para falar na oração com os espíritos dos mortos e receber inspiração.

O toré dos indígenas palmeirenses é dançado e conhecido pelos Fulniôs de Águas Belas como "toré Cafurna", que é dançado em roda, em cordão ou cruzado".

Uma vez ou outra, quando desejam dançar o toré do ritual, utilizam máscaras e vestes de palha de ouricuri, de coqueiro, saia e camisa de algodão, mesmo quando desejam fazer demonstração para os brancos.

"O toré legítimo é formado por 13 pessoas: 12 cantadores com duas gaitas atrás e dois búzios na frente, em pares de 6 pessoas, e à frente o mestre do toré".

As toantes do toré reproduzem a paisagem da natureza especialmente os sons dos cantos das aves.

Eis algumas toadas do toré bastante aculturadas.

TOADAS DO TORÉ

1º. Canto da Madrugada.

Solos Lá vem o sol, lá vem a luz.
Lá vem a estrela chamando.
Lá vem a estrela chamando.
Lá vem o sol, lá vem a lua.
Orá-lê-rê-lhí-iá-rá.

Solo: ôa-ôa-lhê-lhê-á
Côro: Êa-ôá-lhê-lhê.

2º. Aliveia Coração.

Solo: Alivêia-alivêia-alivêia.
Alivêia-alivêia-alivêia.
Alivêia-alivêia-coração
Alivêia-alivêia-alivêia.
Alivêia-alivêia-alivêia.
Côro: Rhá-rhá-rhá:
Solo: Alivêia coração.

3º. Papagaio Amarelo.

Solo: Iôi-lê-lê
Lê-rê-lê-rá.
Côro: Iô-lê-lê.
Lê-rhá-rhá
Solo: Papagaio amarelo.
Que comeu na chã da serra.
Batam palmas, digam viva.
Que os caboclos estão na terra.

4º. Toré do Passarinho.

Solo: Passarinho está cantando.
Ôi passarinho está cantando:
ô-lê-rhãn-lá.
Côro: Ôlê-rhãn-lá
Ôlê-lê.
Solo: Ôlê-rhãn-lá
Ôlê-lê
Côro: Ôlê-lê.
Solo: Passarinho que está cantando.
Côro: Ôlê-lê.
Solo: No ôio do pé do milho.
Côro: ôlê-lê.
Solo: Um canta de papo cheio.
Côro: Ôle-lê.
Solo: Outro de papo vazio.
Côro: Ôlê-lê
Solo: Eita passarinho.
Côro: Ôlê-lê.
Solo: Passarinho veio falado.
Côro: Ôlê-lê.
Solo: Vai voar lá prá teu ninho.
Côro: Ôlê-lê.
Solo: Vai dizer o meu recado.
Côro: Ôlê-lê.
Solo: Tou cantando passarinho.
Côro: Ôlê-lê.

Solo: Canto de qualquer reinado.
Ôlê-lê.
Côro: Rhãn-rhãn-rhá.
A-rhãn-rhêi-a-rhãn-rhá.
Côro: Ôlê-lê
Ôlê-rá.

5º. Santa Terezinha.
Solo: Minha Santa Terezinha.
Menina de doze anos.
Doze apóstolos divinos.
Pessoal é que se engana.
Rê-á-rê-á.
Pois saia a baleia.
Das ondas do mar.
Rê-a-rê-á.
Côro: Foi prá brincar na areia.
Solo: Pois saia a baleia.
Das ondas do mar.
Côro: Foi prá brincar na areia.

6. Cruzeiro Jurema
Solo: Lá no pé do Cruzeiro Jurema
Eu brinco com meu maracá na mão
Pedindo a Jesus Cristo
Contrito no meu coração
Côro: Pedindo a Jesus Cristo
Contrito no meu coração.

7. Jesus, Meu Deus
Solo: Venho cantando, venho rezando
Venho cantando, venho rezando
Jesus, Meu Deus
Côro: Ai, ai, Jesus, Meu Deus
Solo: Venho cantando, venho rezando
Côro: Ai, ai, Jesus, Meu Deus
Solo: Vamos brincar, vamos cantar
Côro: Ai, ai, Jesus, Meu Deus
Solo: Toré, vamos dançar
Côro: Ai, ai, Jesus, Meu Deus.

8. Homenagem
Os caboclos estão dizendo
Que (o padre, prefeito...) está na terra
ôlhê-rá-rá
ôlhê-ôlhê
ôlhê-ôlhê-rá
(O padre, prefeito...) está na terra
Relampeia, trovozôa

ôlê-lí ôlê-rá-lá
ôlê-ôlê
Bate, bate coração
Indá-rêi-á
Lá na tôrre de Belém
êiá-rêiô-á rindá
rêiô-rá
Lá na tôrre de Belém
indá-rêiá
Lá na tôrre de Belém
Côro: Hô-á-lê-lê
Hô-á-lê-lê

9. Serra Negra

Solo: ôlhê-rá-rá
ôlhê-ô-rá-rá
bis (Urubú de Serra Negra
(De véio caiu as pena
(De comê mangaba verde
(Lá na baixa da Jurema
(ôlê-lê-kaãm
Caboclo véio, vamo vadiá
ôlê-rá-rá
ôlê-ô-rá-rá
Venho cantando
venho rezando
Ai, ai, Jesus, Meu Deus
ôlê-rá-rá
ôlê-ô-rá-rá
A estrela quando nasceu
Lá na torre de Belém
Indá-rêiá-á
Lá na torre de Belém
êiá-rêiô-á-rindá
Lá na torre de Belém
indá-rêiô-rá

10. Casa Santa

Solo: Deus te salve, Casa Santa
Onde Deus fêz morada
Onde mora o Calis bento
e a Hóstia Consagrada
Solo: Onde mora o calis bento
Côro: E a Hóstia Consagrada

O solista da Dança do Toré participa com seu filho das alegrias da festa do batizado, ao rítmo —— do maracá. ——

Crianças com indumentária da Dança do Toré. Os adultos nas "grandes festas" dançam com estes trajes típicos de palha de coqueiro

104 b

11. Mestre Canindé

Solo: ôlê-ôlê Canindé
ôlê-ôlê Canindé
ôlê ô Mestre Canindé

Solo: O prefeito é Canindé
Côro: ôlê-ôlê Canindé

Solo: O padre é Canindé
Côro: ôlê-ôlê Canindé

Solo: Mestre Janduhy é Canindé
Côro: ôlê-ôlê Canindé.

12. Caboclinha da Aldeia

Solo: Estava bebendo Jurema
Mandaram me chamar
Estava bebendo Jurema
Mandaram me chamar
Caboclinha de aldeia
Côro: êiá-á-rêiá

Solo: Caboclinha de aldeia
Côro: Caboclinha de aldeia
êi-á-á-rei-á

Geralmente dançam o Toré bem tarde, madrugada à dentro até o romper da aurora, quando aperece a Estrela D'Alva "para que os brancos não possam ver o toré do alhêlhá".

Dançam ao redor de um pote quando há festa de batizado ou de.cazamento. "O pote com a garapa — assim contou um dêles — significa a moça, o batizado, homenageado ou aniversariante, que distribui presentes com os que dançam, com os familiares e convidados. A garapa ou o gulijó é benzida antes pelo Mestre com três cruzes em honra dos índios Encantados. Nunca se perde o segrêdo do gulijó e do aluá porque a família fica com a herança. O segredo do quaquí também faz parte do particular dos caboclos e a família recebe este segredo por herança. Tudo isto é do "religioso dos índios"...

OS INDIOS ENCANTADOS

O caboclo Eduardo sabendo do meu interesse pelos costumes chucurus tornou-se um confidente inseguro em fazer "revelações" comprometedoras... E contou uma história entre muitas...

— "Os índios são desconfiados. Só se sentem à vontade entre eles. É grande a ciência dos índios. O negócio dos índios é possuir uma ciência que não transmitem a ninguém. O caboclo só trabalha no seu "particular" nas montanhas.

O índio tem ciência como a abelha. Certa vez um doutor quis saber o segredo da abelha. Colocou-a num vidro bem bonito para investigar como era que ela fabricava o mel. Não encontrou jeito de descobrir. Horas e horas a fio ficou espiando. E dormiu um sono profundo... Só no outro dia acordou-se. Enquanto o doutor dormia, a abelha com a sua experiência antiga tapou todo o vidro com cera e fabricou o mel. A abelha tem ciência e o índio também...".

E contou outra história:

— "São Pedro foi certa vez enviado por Cristo para passar três dias na terra. Achou a terra tão boa que passou três anos. Assim também acontece com o índio que é bastante esperto com a sua ciência".

E concluiu a conversa:

— "Camões, na hora da morte, não tinha uma vela na mão. Avisaram a Camões. Camões não se vexou e nem ficou aflito. Chamou o criado e mandou buscar uma brasa na cozinha e colocou-a na mão para morrer com a luz. Assim também acontece com o índio. No aperreio ele tem o seu Índio Encantado".

Estas fábulas têm um significado especial na mentalidade do caboclo. A alegoria visa esclarecer que é em vão que os brancos procuram conhecer os segredos dos caboclos indígenas. Con-

ceitos novos relacionados com os seus costumes sociais aguçavam a curiosidade de um pesquisador. Quando declararam que os índios têm a fumada e a dança do toré, e que na fumada os Índios Encantados se manifestam, perguntei:

— "Quem são os Índios Encantados?"

— "São os índios bons que já faleceram e que antigamente foram massacrados e perderam as suas terras. Estão sempre ajudando os índios para que façam o bem e afastem-se do mal. Quando algum índio faz algum mal ou algo que não presta, os Encantados lhes dão uma surra se o caboclo cruzar a floresta. O indivíduo sente a surra e ninguém sabe quem lhe deu. Nós temos um pecado de nascimento, e o Encantado nos encaminha para o bem. Quando estamos reunidos na fumada, o Encantado desce e ninguém o vê".

Eduardo é caboclo pankarus de Tacaratu, alegre, fiel, perspicaz e serviçal. É pobre, contudo, vive feliz com a sua pobreza. Aprendeu com a vida "que o índio só vale alguma coisa quando é casado".

— "Uma pessoa que não é casada na igreja não anda direito. Eu vou procurar uma caboclinha e me casarei com ela".

Certo dia, Eduardo contara-me "que recebera em sonho um aviso do Índio Encantado". Eduardo é manhoso e sabe contar muitas estórias...

— "Quando a gente quer falar com ele — disse — toma um banho de flor. A gente mistura flor na água para ficar bem perfumosa. A gente usa flor de alfavaca, de mamoeiro e de páu-darco. Os Índios Encantados que habitavam antigamente a Serra da Palmeira apareceram certo dia. Eles são os nossos 'primos". Para se falar com os Índios Encantados a gente se banha antes, de um a cinco dias contínuos, e fica de "resguardo". Depois de alcançar o que solicitou, o caboclo pode ter relações no "pecado" do homem com a mulher. Se o caboclo permanece cinco dias com o coração em Deus, então, os Encantados se aproximam. Aparecem em pessoa e dizem o que é bom e mandam sempre o seguimento do bem. Se a pessoa fôr ruim os Encantados dão conselho para o bem. É preciso ter coragem e força e muita virtude para falar com os Índios Encantados".

E continuou:

— "Daqui a quinze dias vai haver uma fumada. Pega-se semente de imbuiana e coloca-se dentro do cachimbo para sair o "incenso".

— "O que vocês usam na fumada?" — perguntei ao caboclo Ernesto.

— "Quando a gente vai se reunir na fumada a gente usa incenso, fumo e garapa. Na fumada, o Encantado fica presente

se a pessoa tem fé e não anda no pecado. Canta-se alguma toante para ele e ele fala com alguma inspiração que poderá vir na hora mesmo do alhêlhá ou em sonho. Quando se sonha com pinha, com caroço, caroço de jaca, isto quer dizer que vai haver uma epidemia de bexiga, ou de sarampo e catapora.

Na igreja tem santos; eu me apego a um santo, outro caboclo se apega a outro. É o que acontece também na fumada onde o Encantado fala com os "primos" e outros ficam à escuta, concordando com a mensagem que é, às vêzes, difícil de interpretar.

Os Encantados são vivos, contudo ninguém os vê. Nós não falamos com morto; morto é para sessão (referia-se a sessão espírita). Nós caboclos não gostamos de sessão. Na sessão, o camarada só sé lembra na hora e não depois. Na fumada não é assim, porque o caboclo tem consciência do que viu e ouviu. O Encantado tem corpo como nós, dado por Nosso Senhor".

Consultado o Alfredo sobre os Encantados, perguntei se ele sabia dizer em língua chucuru a palavra demônio, anjo bom, espírito...

— "Estas palavras são do nosso "particular" e o senhor não pode saber..."

E o caboclo deu uma risadinha sarcástica.

Continuou a explicar-se:

— "Se o índio não tiver feiticeiro como podem ir bem as nossas coisas?... Em Águas Belas, os Encantados enviam chuvas, indicam o remédio para o caboclo doente. Os índios possuem o "práiá" que é o folguedo dos caboclos com trajes especiais; o tôlhêlhá, toré que é uma dança que pode ser apresentada aos civilizados. Nas minhas brincadeiras quando há toré não permito cachaça... Para celebrar-se o rinculhilhá todos se reunem na cerimônia do ouricuri. Nosso aldeiamento está ficando ruim porque até xangô tem aparecido, e o índio não precisa do xangô do kôbê (negro).

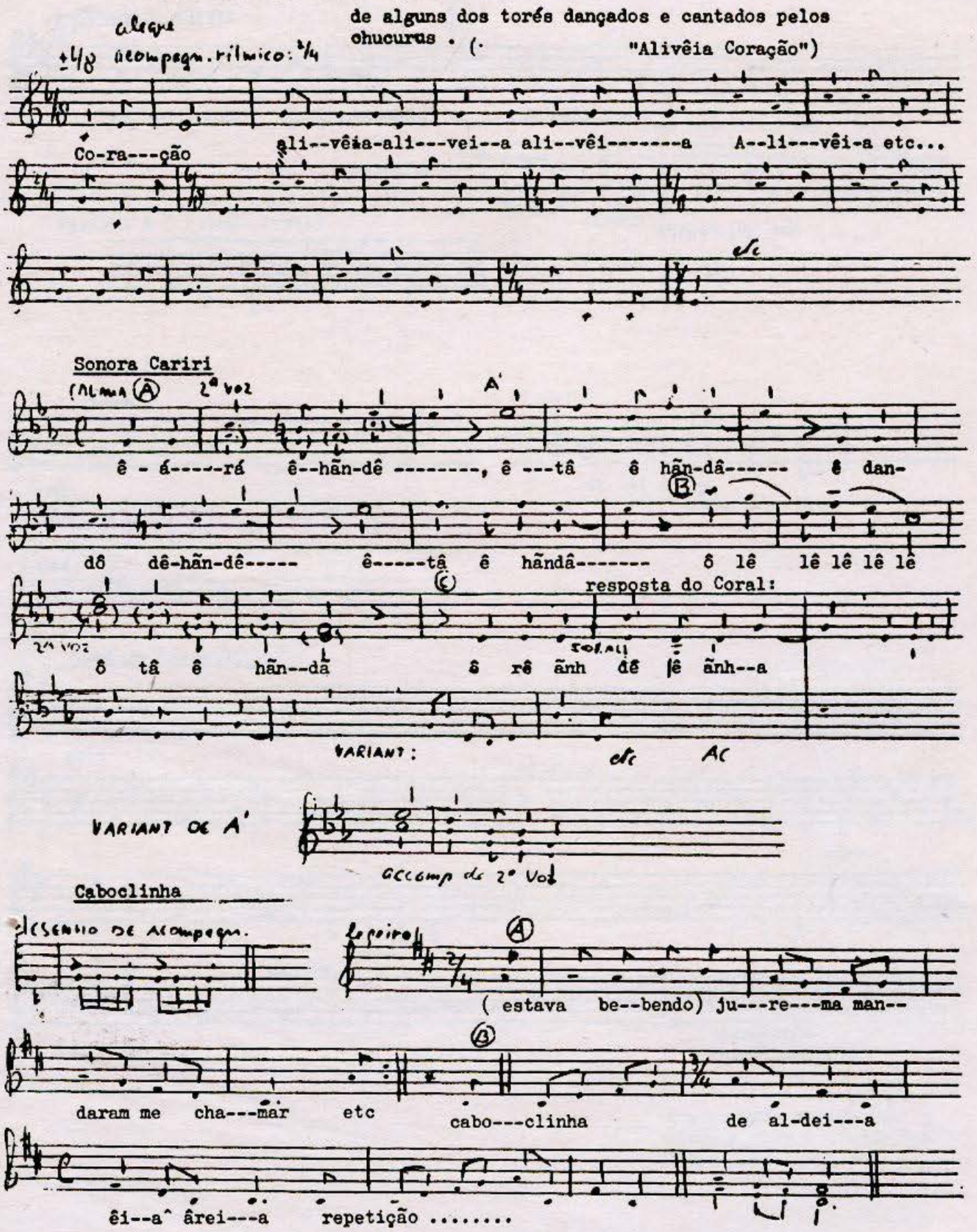
O índio não pode dar aos "portugueses" todas as palavras indígenas; as mais reservadas são próprias dos caboclos porque, senão, poderá o civilizado conhecer o culto da floresta.

Os remédios dos brancos da farmácia são muito bons, mas nós preferimos remédios de raízes, de casca de pau, de planta, de casca de aruêra e quina-quina.

Já ouviu as histórias do Saci Pererê?... São muito interessantes as suas prezepadas. O Saci nos ajuda sempre".

M o t i v o s o u t e m a s

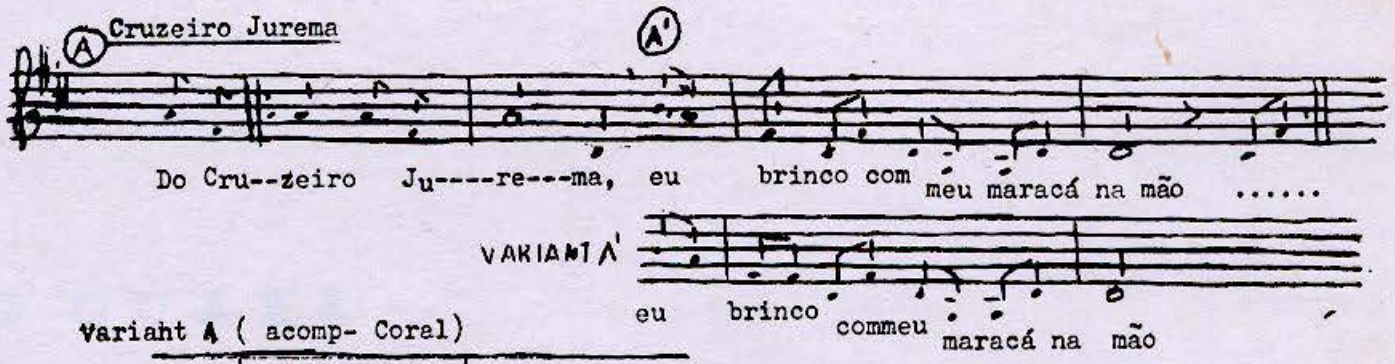
de alguns dos torés dançados e cantados pelos chucurus . (· "Alivêia Coração")



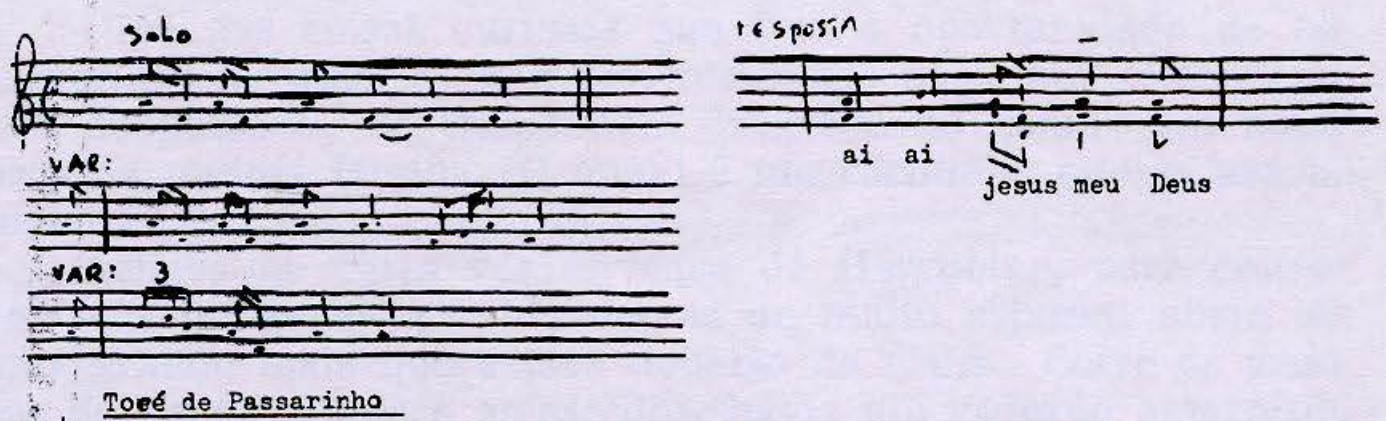
Música com as toadas da Dança do Toré

108 b

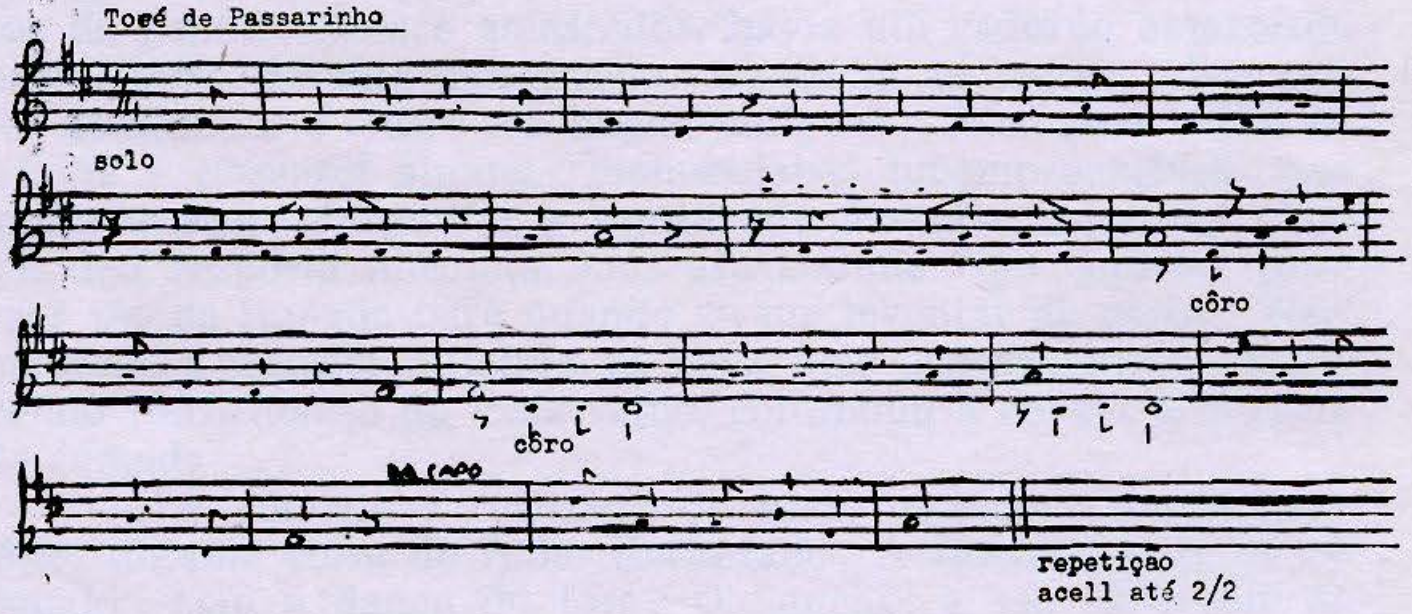
Cruzeiro Jurema



Serra Negra



Toré de Passarinho



transcrição musical de
Nicolau Vale (escola das
Belas Artes Recife)

108 c

O QUAKI

Uma das coisas curiosas que tive a oportunidade de observar foi o "quaki". É o elo misterioso da tribo; reminiscências do passado. Só transmitem "segrêdo do quaki" aos membros da mesma família. O quaki é um cachimbo que se usa na fumada.

Achava-me certa vez na casa de Herculano, para coletar palavras indígenas, quando depois de muito esperar, abriu ele uma grande mala que estava debaixo da cama. Entre os pedaços de papéis soltos e amassados, havia um caderno amarelado pelo tempo bastante manuseado. Continha anotações sobre gastos domésticos e frases em língua indígena. Olhei para o fim da página e observei alguns monossílabos incompreensíveis sem muita ordem. Perguntei o significado daquelas palavras. Não me deu resposta imediata, mas afirmou-me "que aquelas palavras são da fumada para quando eu me levantar de noite." Permaneceu pensativo, fitando os seus dois companheiros. Recebendo confirmação do mais velho, continuou a contar a história da fumada.

— "A fumada é realizada de noite quando a gente quer obter alguma coisa do Índio Encantado. A fumada se fuma no "quaki" com a dança do toré. O "quaki" é um cachimbo de barro feito pelos próprios índios. A fumada se fuma quando se deseja sair de alguma encrenca ou doença. Há dias em que se tem obrigação de fumar o "quaki" para haver mais união na tribo. Durante a dança do toré na fumada, o caboclo coloca folha de catingueira; defuma o "quaki", que de boca em boca vai ser fumado pelos voluntários presentes no ritual "CRUZA-PÉ ou fumar cruzado" persignando-se com o cachimbo ao passar uns para os outros. O fumo do cachimbo é um fumo especial com-

prado na feira misturado com imburana de cheiro ou alecrim de caboclo; é sinal de paz, de purificação do corpo para o encontro com os "encantados".

Nas igrejas há imagens dos santos; a imagem dos índios são os Encantados. Quando se vai fazer a cerimônia da fumada, os participantes se reunem de noite, estendem um guardanapo de belota e colocam o cachimbo aceso no chão. Todos começam a cantar o alhêlhá e pedir o encantamento. Temos obrigação de ficar limpos para falar com os Encantados, e defumar para possuir a bondade. Qualquer aldeia possui esta tradição que vem dos antepassados".

E contou uma história:

— "Havia três índios que andavam caçando no mato. O índio gosta muito de fumar. Cataram fumo nos bolsos e oh! surpresa! não encontraram. Ficaram perturbados. E um disse para o outro: "Nós nos vamos encantar". Sairam marchando e chegaram depois de uma longa caminhada ao Rio São Francisco onde só existe pedra e cachoeira. Observaram a areia chiar. Eram os Encantados se bulindo. Então os três caboclos se colocaram em posição de atirar nas águas do rio. De repente se encantaram água a dentro".

Fez um intervalo e continuou: — "Na fumada ora-se o Pai Nosso, Ave Maria e recomenda-se aos anjos de Deus. Cantam-se as toadas e dança-se toré.

Cada família possui um Mestre Encantado. Se o caboclo recebeu o cachimbo dos seus avós, já possui seu Mestre; passará o "quaki" para os seus filhos e netos. Quem não possui seu mestre, precisa fazer muita penitência. O Mestre Encantado é um guerreiro de uma tribo indígena. Os caboclos chamam os mestres por um nome: Mestre Tutum de Tacaratu de Fonte Grande, Mestre Cinta-Vermelha, Mestre Manuel Brabo, Mestre Pucarezinho, Mestre Beija-Flor, Mestre Andorinha, Mestre Jaburu. Este último vem de ano em ano dar duas voltas na dança do terreiro.

Quem manda o Mestre Encantado é Deus. Deixou o Encantado para ser auxílio dos caboclos e rebater os demônios. Meu Mestre Encantado é o Capitão Fernandes. O padre quando vai dizer Missa, se veste, se benze e toma banho. Eu também ganho o meu trabalho na fumada...".

Alfredo transmitiu-me informações que foram mais tarde confirmadas por mim pessoalmente.

— "Na Serra do Goiti — disse — encontrou-se um cachimbo muito antigo, pente de ôsso e ossos de caça. Estas coisas antigas dos índios foram para o museu do Rio. Os Encantados são seres vivos porque são os mensageiros que estão aos pés de Deus. Os índios não querem saber dos "arranjados" (os demônios).

Os caboclos, às vêzes, tiram as suas férias de noventa dias para participar do "práiá", rincaxicalhá ou riculhílhá e kêxátikalhá para falar com os Encantados.

Antigamente havia na Cafurna, na Lagoa do Macaco e na Lagoa dos Caboclos um lugar para a fumada onde os caboclos se reuniam com o Mestre. Em Águas Belas há ainda o "culto", mas faz pena que por aqui está ficando por conta do tempo".

Ao mostrar-me o caboclo o cachimbo de barro, perguntei-lhe: — "Para que estas estrelas e esta cruz no "quaki"?

— "A cruz simboliza a oração. Encontra-se no "quaki" porque a gente ora. A estrela simboliza a claridade porque clareia o entendimento do caboclo durante a vida".

Admirei por longo tempo o cachimbo de barro. Desenhei o seu formato e as linhas simples de sua ornamentação. O "quaki" é um cachimbo original com uma abertura circular maior onde se coloca o fumo e outra abertura circular menor servindo de piteira para tragar a fumaça. Há muitas outras modalidades de "quaki", me disseram.

Após ouvir tôda aquela explicação minuciosa em um quarto escuro e abafado, quando o relógio marcava meio dia do verão, fomos fumar a fumada no "cachimbo da paz"...

VISITA DE UM ETNÓLOGO

A PALMEIRA DOS INDIOS

O caboclo Alfredo Celestino contára que em 1936, esteve em Palmeira o Dr. Carlos Estêvão de Oliveira, Diretor do Museu Paraense "Emílio Goeldi".

Investigando os arquivos do Museu do Estado de Pernambuco, em Recife, encontrei o relato da visita do ilustre cientista, a mim entregue pela própria filha, bibliotecária do Museu.

As memórias do etnólogo confirmam as declarações do caboclo "que tinha Dr. Carlos descoberto coisas antigas dos chucurus na Serra do Goiti, na Cafurna".

Transcrevo o relatório breve e conciso da viagem do etnólogo, Dr. Carlos Estêvão de Oliveira que foi publicado como Separata do Boletim do Museu Nacional — Vol. XIV-XVII — 1938-1941 — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1943, com o seguinte título: "Ossuário da Gruta-do-Padre em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste".

"No dia 11 (abril de 1937), deixei aquela cidade (Cólégio) em direção a Palmeira dos Índios, onde, em virtude de ter feito a viagem por "Penedo" e "Maceió", cheguei à noite do dia 13.

À 14, pela manhã, iniciei minhas pesquisas. Do que observei, posso concluir que em Palmeira, a futura Campina-Grande de Alagoas, vivem alguns remanescentes dos Chucurus.

À semelhança do que acontece com a gente de Colégio, é precaríssima a situação daqueles caboclos. De acordo com as declarações que me fizeram, até as fontes que abasteciam dágua, "os brancos" lhes tiraram.

E muitos maiores seriam seus sofrimentos se lhes faltasse a valiosa proteção do Padre Francisco Macedo, Vigário de Palmeira.

De todos os remanescentes indígenas que tenho visitado no Nordeste, são aqueles caboclos os que se apresentam em melhor estado de pureza física.

Naqueles Chucurus-Caririzeiros, como eles se proclamam, os traços característicos da raça estão ainda muito bem conservados. Achei-os também bastante inteligentes. De raciocínio mais pronto, não tenho idéia de haver encontrado nenhum outro povo nos grupos que visitei!

Inteligentes e trabalhadores, a sua cultura material devia ter sido bem interessante. Eram peritos na fabricação da cerâmica e rede de algodão. Agricultores, ainda hoje, aquele que se mantém na posse de algum pedaço de terra, faz agricultura.

Em um pequeno sítio pertencente ao chucuru José Celestino, ví, em cultivação: mandioca, fumo, macacheira, algodão, abóbora, feijão etc., afora as seguintes fruteiras por ele plantadas: manga, jaca, pinha, banana, caju, mamão, goiaba, araçá, coité e catolé.

Para remédios, José Celestino cultiva, também, pinhão, erva-cidreira, alfavaca, capim-santo, mangericão, mastruço, mangirioba.

Tendo ciência de que a mulher de Celestino trabalhava em rede, pedí-lhe que me fizesse uma. A cabocla acedeu ao meu pedido. Mas, como não havia algodão, nem tempo para confecção de uma grande, ela fêz-me uma rede pequena.

O tear em que os Chucurus fazem rede é o mais rudimentar possível: dois paus enfiados ao chão verticalmente, guardando-se entre ambos uma distância correspondente ao tamanho que a rede deve ter. Nada mais. A confecção é feita circulando a tecedeira, com um fio, os dois paus que formam o tear, em sentido horizontal e de baixo para cima. O fio sobe pelo tear, sem entrelaçamento, mas de modo a que cada volta se una à antecedente. Alcançada, por esta forma, a largura realizada para a rede, é dada a última volta. Feito isso, começa a tecedeira a prender as voltas, nelas entrelaçando fios, de cima para baixo da esquerda para a direita, guardando de um para outro, uma certa distância. Terminado por essa maneira o tecimento da rede, são as voltas, pelo lado de fora dos paus que formam o tear, unidas e amarradas. Depois disto, nada mais resta a fazer que tirar a rede do tear.

Como é fácil de se deduzir da descrição feita, a rede dos Chucurus não tem punhos postiços.

Em Palmeira dos Índios verifiquei um fato de interesse para a nossa Etnografia. Como é sabido, Elias Herckman diz que os Cariris comiam seus mortos. Entretanto, quando das minhas pesquisas àquela cidade vim a saber por intermédio do velho chucu-

rus José Francelino de Melo, que antigamente "quando os chucurus eram bravios e moravam no mato", botavam os seus mortos dentro de grande potes e enterravam estes nas grutas das serras.

Interessando-me a informação, perguntei-lhe se sabia de alguma gruta que tivesse sido aproveitada para cemitério. Recebendo resposta afirmativa, combinamos ir à aludida gruta.

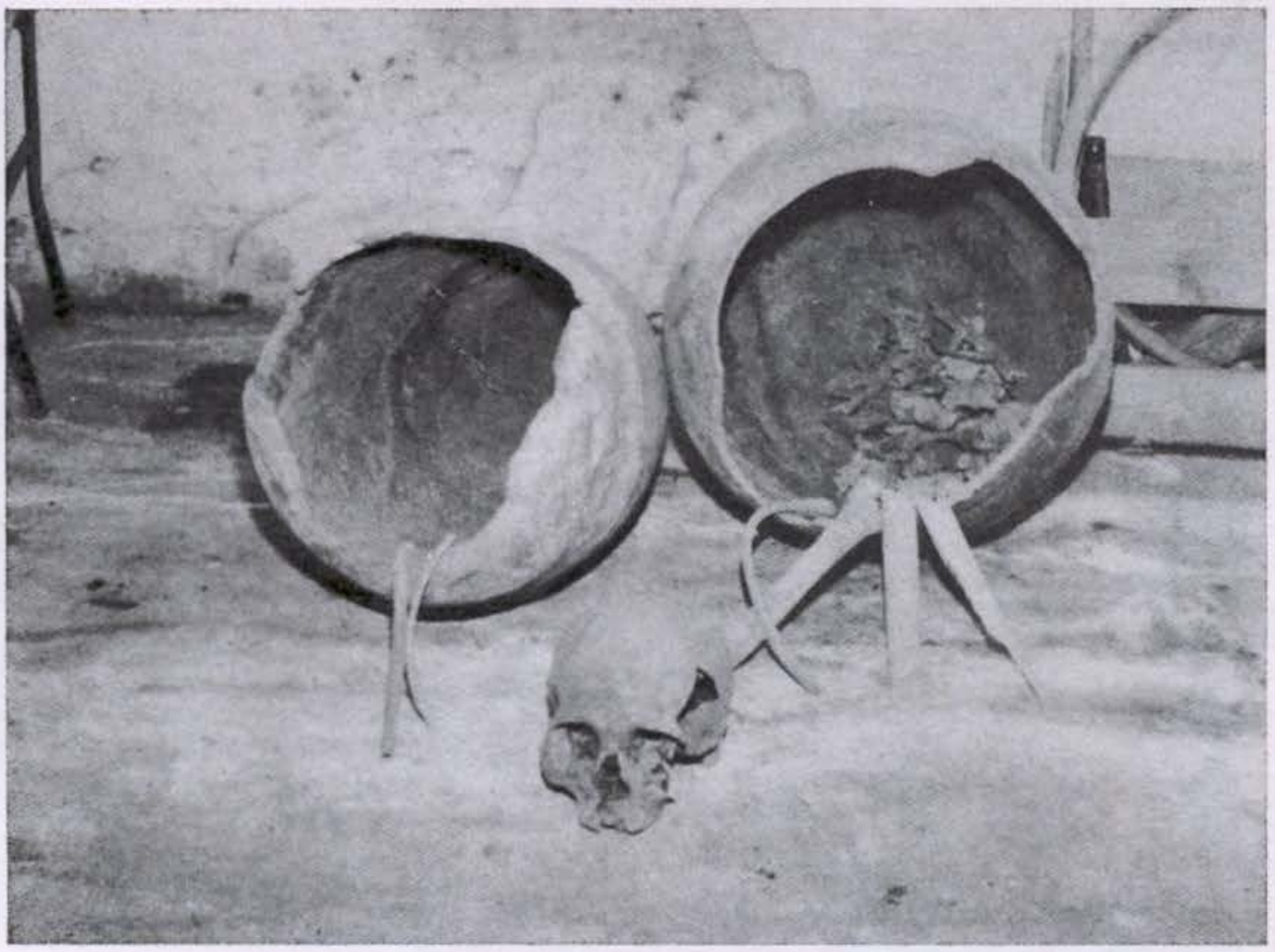
No dia marcado, pela manhã, partimos para a Serra do Goiti, distante da cidade uns três quilômetros.

É naquela Serra que se encontra a gruta. Chegando nesta, depois de ligeiro exame, determinei que um dos quatro chucurus que me acompanhava, cavasse o solo da gruta em um ponto que me pareceu não estar muito sólido. Como houvéssemos levado somente uma foice, o trabalho foi feito com certa morosidade. Mas o fato é que, com pequena profundidade, descobrimos a parte superior de um pote. Continuando a excavação, retirâmo-lo do local em que estava enterrado, embora, partido.

Dentro do pote, encontravam-se fragmentos de ossos humanos. Do expôsto só podemos concluir pelo seguinte: os índios a que se refere Herckman não eram Cariris, ou nem todas as tribos dêste grupo comiam os mortos.

Os chucurus, pelo menos, conforme ficou demonstrado, tinham o hábito de fazer enterramento dentro de potes, como os Tupis. Salvo se os Chucurus, ao contrário do que se consideram, não são Cariris. Devo, aliás, declarar que entre os povos por mim estudados, não encontrei nenhum caracterizadamente Cariri. Antigamente, segundo me informou José Francelino, os Chucurus, usavam, em suas festas, vestimentas de "Crauá" e "Uricuri". Hoje, pelo esfalecimento da tribo, em virtude da perda das terras, já não lhes é possível exteriorizar as crenças.

Panorama da Serra da Cafurna (Serrote do Goiti). No alto se vê as pedras que formam a Gruta da Cafurna. O terreno atualmente é utilizado para a agricultura. Não pertence aos remanescentes —— indígenas palmeirenses. 1969 ——



Urnas funerárias, crânios e ossos humanos descobertos na —— Gruta da Cafurna, em 1962 ——

116 b

Igaçabas vistas ao fundo da Gruta da Cafurna como foram encontradas, em 1969.

AS TRÊS URNAS FUNERÁRIAS MAIORES. 1969

116 c

AS IGAÇABAS DA CAFURNA

As igaçabas são potes ou urnas funerárias de barro cozido, lisas, sem pinturas ou algum relevo que mereça destaque, de váriados tamanhos com os pertences dos mortos: machados de silex, fumadores, quebradores de coco, colar de osso ou de caramujo, cachimbos de várias formas com desenhos de alto relevo, onde os índios kariris palmeirenses colocavam seus mortos. Em 1936, o Etnólogo Carlos Estevão de Oliveira, do Museu Goeldi, de Belém do Pará em suas anotações sobre a visita rápida que fêz à Palmeira dos Índios relata a descoberta de uma igaçaba na Serra da Cafurna. Em 1962 e 1963, o Professor Clovis Antunes encontrou também igaçabas com ossos humanos, cujo relato pode-se encontrar em "Comportamento Bio-social de um Grupo étnico de Alagoas: os Chucurus de Palmeira dos Índios" — Estudo pesquisa etno-biológica. 1965", como também em vários artigos publicados na "Gazeta de Alagoas", em 1962.

Como era necessário encontrar maiores e melhores subsídios para estudos sócio-antropológicos dos kariris palmeirenses, no dia 10 de julho de 1969, subimos mais uma vez a Serra da Cafurna no Serrote do Goiti para desenterrar igaçabas. Chama-se este local de Serrote do Goiti porque aí, antigamente, se encontravam muitos goitizeiros, uma espécie de palmeira. Acompanhavam-nos os índios Alfredo Celestino da Silva, Miguel Celestino da Silva, os filhos Benedito Celestino da Silva, Manuel Celestino da Silva e o fotógrafo profissional Antônio Neves, residente em Palmeira, para fotografar o documentário científico. Começamos as escavações às 10,30 e após meia hora, descobrimos logo, quasi à flor da terra, a primeira igaçaba em terreno arenoso fácil de ser escavado. Em seguida, mais 5 outras. Fizemos "in situ", com todo cuidado e atenção, o relatório completo da descoberta.

A primeira igaçaba continha ossos humanos; a segunda não continha ossos, mas 3 continhas de colar bem simétricas e pequeninas, semelhantes a roelas de abraçar parafusos, duas continhas circulares e uma alongada, todas perfuradas; a terceira igaçaba continha ossos humanos e contas de colar bem pequeninas, que deu para encher uma caixa de fósforo. Coletamos com muito cuidado porque fabricadas de ossos já estavam se esfarelando, devido às intempéries. O quarto pote continha ossos de pessoa e de animal roedor; o quinto pote continha ossos humanos e uma conta de colar idêntica ao da igaçaba segunda; a sexta igaçaba continha exclusivamente ossos humanos.

As contas de colar possuiam a mesma forma, bem circulares e arredondadas e bem simétricas, parecendo-se com roelas de abraçar parafuso. Certamente os índios possuiam algum instrumento de precisão para fabricar tais colares. Demos de presente aos índios que nos acompanharam, as quatro continhas do colar feito de osso para homenagear os seus antepassados. Eles as guardaram com muita alegria e carinho. Outra surpresa nossa foi encontrar ossos humanos em uma igaçaba maior, misturados com ossos de animais (uma mandíbula e dois fêmur de um roedor).

Muitos antropólogos afirmam, enquanto outros negam, que os kariris enterravam os seus mortos. Alguns até exageradamente afirmaram, que os kariris eram antropófagos e até necrófagos. Pelos achados pode-se provar o contrário.

Só podemos tirar as medidas de três potes, porque os outros não estavam inteiros. Os três potes que encontramos para medida eram de tamanho médio, pequeno e grande. Possuiam as seguintes dimensões relativas: A igaçaba maior: Altura — 63 cm; Diâmetro de boca — 20 cm; Circunferência de bojo — 1,60 cm.

A igaçaba média :Altura — 57 cm; Diâmetro de boca — 30 cm. Circunferência de bojo — 1,51 cm.

A igaçaba menor: Altura — 50 cm; Diâmetro de boca — 30 cm. Circunferência de bojo — 1,50 cm.

As igaçabas de argila cozida são de dois tipos: forma ovóide e de formato cônico. Sem alguma pintura, talvez façam parte da cerâmica kariri-xukuru, embora a ausência de cerâmica decorada caracteriza os grupos de tradição Tupi-Guarani. São tipicamente primitivas. São potes afunilados e arredondados nas extremidades do fuso, ou arredondados na boca. São típicamente lisos. Foram sempre encontrados abertos, sem alguma tampa, que talvez tenham sido quebradas, devido à pressão das camadas superiores do solo. São potes idênticos aos chamados, "porrões", muito encontrados na zonas rurais sertanejas, utilizados para

aparar água da chuva e servindo também como utensílio doméstico. Na igaçaba maior foram encontrados ossos humanos de duas ou mais pessoas, como também ossos de animais (uma mandíbula e dois fêmur de roedor). Possivelmente quanto a esta última igaçaba trata-se de sepultamento secundário.

Como enterravam os Kariris palmeirenses os seus mortos?...

A hipótese de que sepultavam diretamente nas igaçabas não é valida porque:

1. Nas igaçabas não caberia uma pessoa em pé e menos ainda se as pernas e os braços fossem dobrados.

Aliás, os ossos não foram encontrados quebrados e, sim, desgastados e esfarelados pelo tempo e em contacto com a terra.

2. Em uma das igaçabas (a maior, de 63 cm.) foram encontrados, ossos de duas ou mais pessoas, ossos de crianças, colares e ossos de animais.

3. Portanto, a hipótese mais provável é que os kariris palmeirenses enterravam os mortos em algum cemitério local (tibícoára) sepultamento primário, e depois de algum tempo, transportavam os ossos com grande veneração, depositando-os em urnas funerárias de barro, conhecidas como igaçabas, sepultamento secundário. Enterravam os seus antepassados com objetos de estimação do falecido, como sejam colares de osso, animais de caça, etc.

Ao comentar o assunto, ouvimos dos atuais índios palmeirenses que os "seus antepassados enterravam os mortos com flechas, arcos e contas de colar, instrumentos de caça e pesca." Notamos que estavam bastante ansiosos na escavação e comentavam entre si: "queremos encontrar objetos valiosos para nós, bem como o ouro que os "portuguêses" levaram..."

Diante dos fatos, conclui-se que os kariris-chukurus palmeirenses, não eram antropófagos e muito menos necrófagos. Cultuavam os mortos e lhes prestavam culto religioso. Hoje em dia os veneram com o mito dos Indios Encantados na fumada (tradição recebida talvez dos Pankarús de Petrolândia-Pernambuco) com a dança do praiá, do ouricuri ou no terreiro da casa e pedem-lhes inspirações para as suas necessidades. Em sua honra dançam ainda o toré, cantam-lhes toadas e lhes oferecem a "garapa", (o aluá ou gulijó), do qual todos participam quando estão em "reunião sagrada". Acreditam em "índios encantados" como a dizer que os seus antepassados ainda vivem e podem lhes falar em sonho ou lhes dar alguma inspiração.

Às 15 horas descemos a Serra da Cafurna e levamos todas as igaçabas para o Colégio Pio XII. Classificamos ligeiramente os ossos da igaçaba maior que para nós havia interesse, porque achavam-se misturados com ossos de animais. Em Recife, com

a colaboração do Dr. Gerardo Sampaio, da Faculdade de Odontologia de Pernambuco, classificamos os ossos da igaçaba maior na seguinte sequência:

Dentes: 3 molares superiores, 1 pré-molar, 1 incisivo central superior, 2 caninos superiores direito e esquerdo, 1 incisivo inferior, 1 canino inferior esquerdo, 1 canino superior esquerdo, 1 incisivo lateral inferior esquerdo, 2 pré-molares inferior direito.

Mandíbula: completa de adulto com 3º molar inferior direito, 1º pré-molar inferior esquerdo, 1º molar inferior esquerdo, 1º pré-molar inferior direito.

Parte de mandíbula de jovem com 1º pré-molar inferior esquerdo, 2º pré-molar inferior esquerdo, 1º pré-molar superior esquerdo, fragmentos de mandíbula de criança com coroa de 1º molar inferior permanente inclusa, 2º molar de leite inferiores direito e esquerdo.

Crâneo: osso temporal esquerdo com conduto auditivo, ossos parietais incompletos.

Vértebras: 3 vértebras cervicais, 4 vértebras torácicas, 3 lombares, vestígios de fragmentos não identificáveis.

Bacia: 2 ossos ilíacos incompletos.

Costelas: fragmentos de costelas.

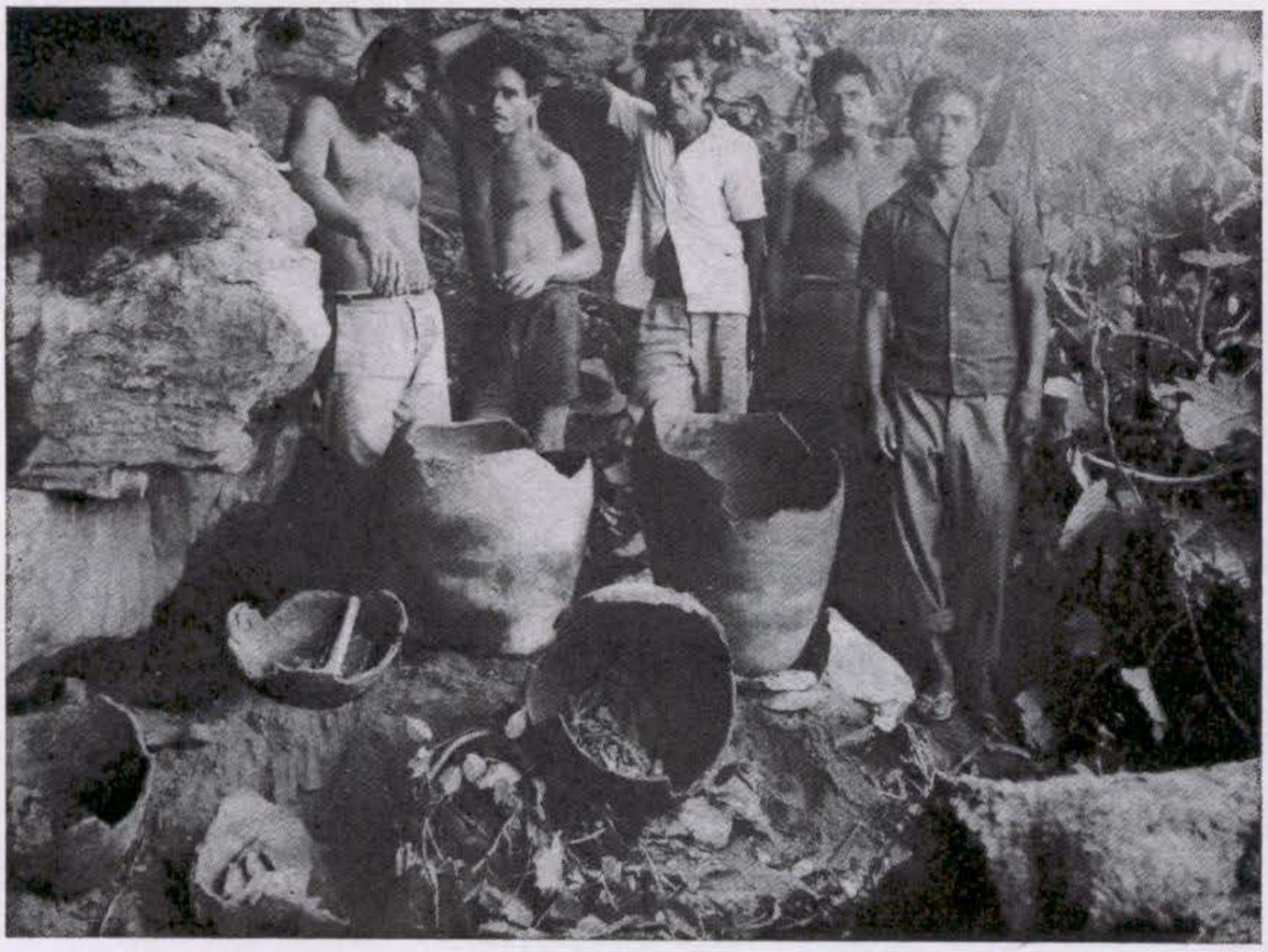
Perna: 1 rótula, 1 fêmur com cabeça separada, 1 tíbia, 1 perônio incompleto.

Pé: 1 calcânio, 2 astrágalos, 3 escafóides, 3 cubóides, 2 1º cuneiformes, 1 2º cuneiforme, 1 3º cuneiforme, 3 metatarsianos, inúmeros ossos metatarsianos porosos não identificáveis no total de 15.

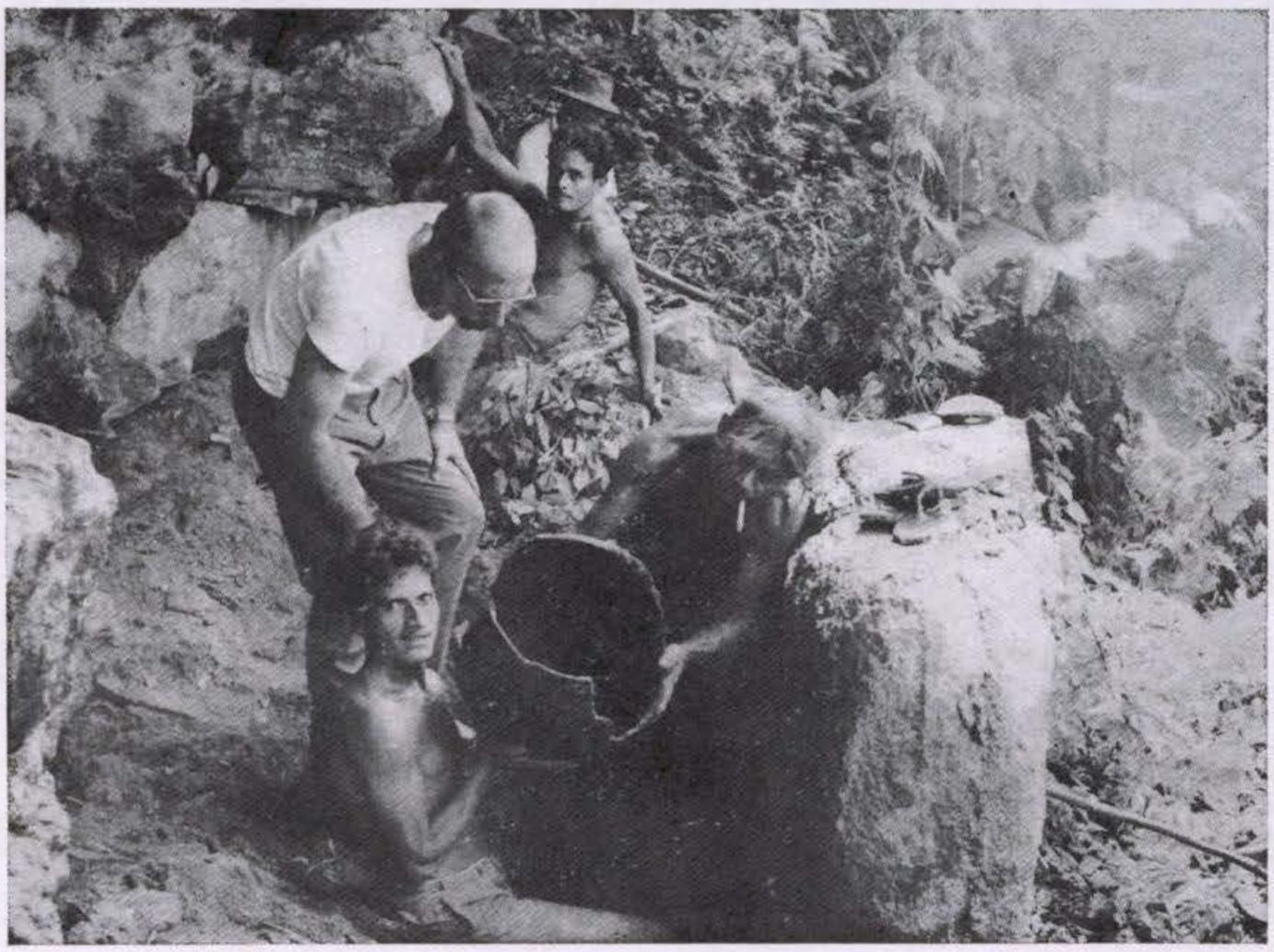
Ante-braço: 3 rádios, 2 cúbitos incompletos, fragmentos de úmero.

Mão: 2 escafoides, 1 trapézio, 1 semi-lunar, 1 grande osso, inúmeros ossos metacarpianos e algumas falanges.

Doamos as igaçabas indígenas dos kariris palmeirenses à Prefeitura Municipal para o Museu Histórico de Palmeira dos Índios, fundado por ocasião dos 80 anos da fundação do Muni-

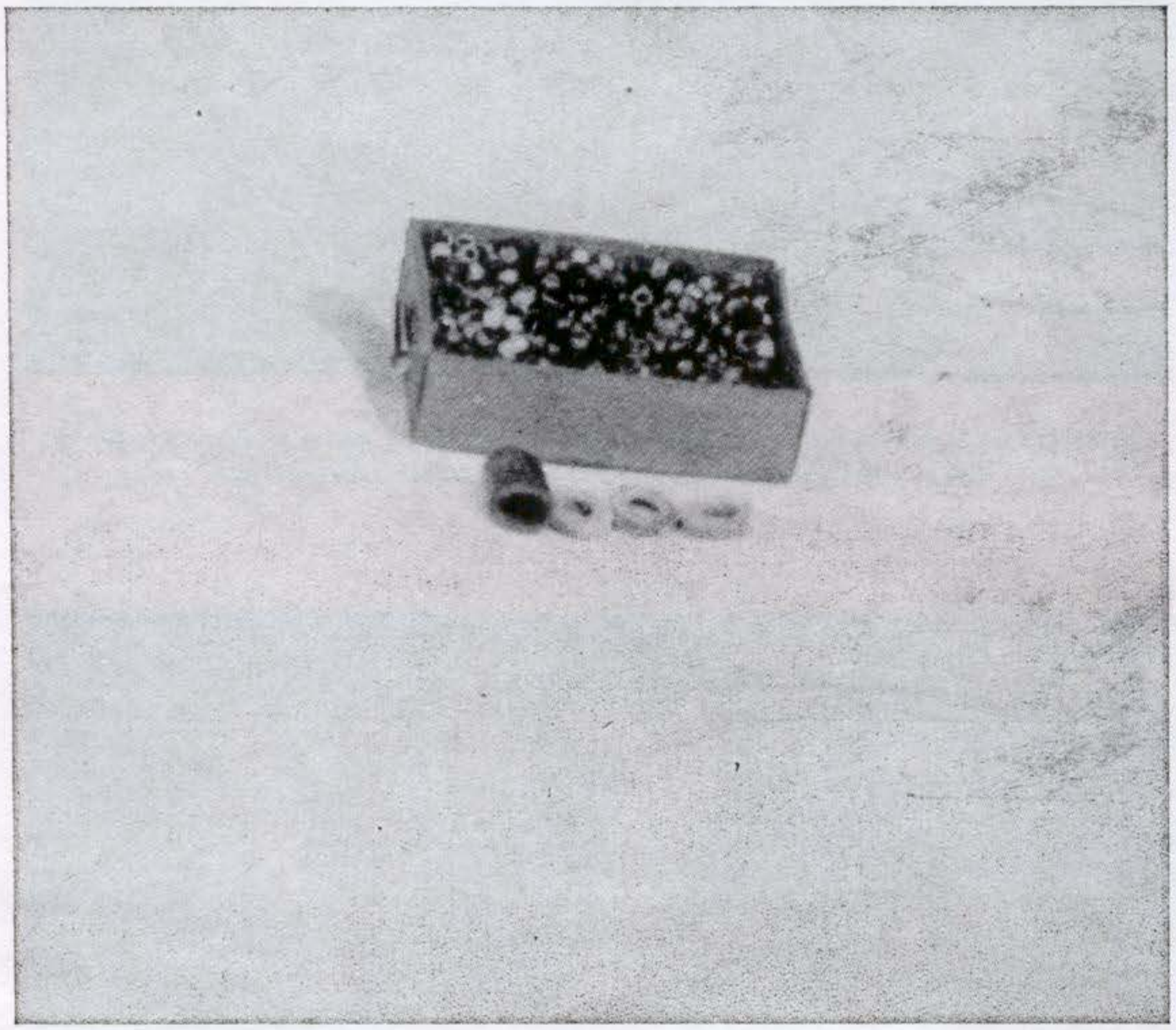


Igaçabas com ossos humanos encontradas no tíbí-cóára (cemitério) da Pedra do Goiti, na Serra da Cafurna. — Pagé Alfredo Celestino da Silva (centro) com seus filhos e irmão Cacique Miguel Celestino da Silva (extrema esquerda)



O Autor observa a retirada de uma igaçaba na Gruta da Cafurna. 1969

120 b



Continhas de colar feito de osso encontradas em uma das igaçabas — na Pedra do Goiti, na Gruta da Cafurna. 1969 —

120 c

cípio, comemorada no dia 20 de agôsto de 1969. Lamentavelmente soubemos que a Cidade ficou sem estas relíquias de preciosidade histórica, havendo mãos invisíveis que levaram as igaçabas para um destino oficialmente ignorado. Parece que estão no FUNAI (não temos provas), sem ao menos sequer ficar uma de resto no Museu de Palmeira, para ser contado às futuras gerações alagoanas de Palmeira como os kariris-wákonãn enterravam e veneravam os seus mortos e fazer jus aos méritos dos seus descobridores.

OBSERVAÇÃO

Antes de nossa excursão à Cafurna à procura de igaçabas, Alfredo Celestino da Silva, o chamado "pagé" da tribu, em 2 de julho de 1969, um mês antes de minha visita a Palmeira, encontrou uma igaçaba, com um crânio em perfeito estado e alguns ossos. Ainda chegamos a ver a igaçaba com os ossos. Os ossos foram catalogados por mim na seguinte sequência: 1 úmero, 1 fêmur, 10 vértebras, várias costelas, 1 cabeça de fêmur e 1 crânio. As medidas craniométricas que encontramos foram:

Diâmetro ântero-posterior	:	18
Diâmetro transverso	:	15
Altura nariz	:	0,5
Largura nariz	:	0,4
Bizigomático	:	10
Biorbital interno	:	0,4
Biorbital externo	:	0,5

Soubemos depois que esta igaçaba estava no hotel, e foi enviada para a 3ª Delegacia Regional do FUNAI, no Recife.

Em 1970, também foi encontrado no Bairro Paraíso, perto do DNOCS, na avenida em direção ao Colégio Estadual outra igaçaba com 55 cm. de altura, 30 cm. de diâmetro de boca, contendo 1 crânio, 1 úmero, contas de colar ovoide e arredondado, artefatos de caça e 1 cachimbo.

A igaçaba achava-se na residência do Jornalista Ivan Barros, em Palmeira. Em uma localidade denominada G a v i ã o (1962) e também no Sítio chamado Coité (1963) foram encontradas igaçabas. Seriam estes lugares os chamados (cemitérios) indígenas?... os tíbí-cóára?...

Segundo o Zoólogo do Museu Nacional Dr. José Cândido de Melo Carvalho em seu livro "Notas de viagem de um Zoólogo à Região Caatinga e áreas limítrofes", "em 1969, foram encontra-

dos em Alagoas 18 urnas funerárias indígenas conhecidas como igaçabas, achado ocorrido quando da construção da Br-11-Sul, trecho entre Rio Coruripe e a Cidade Porto Real do Colégio". "Algumas urnas continham ossos, artefatos de pedra e estavam enterradas a uma profundidade de 20 cms., abaixo da superfície do solo. Foram coletados pedaços de cacos de cerâmica e enviados ao Museu Nacional."

Em 1962 (outubro) no antigo povoado Riachão do Cipó, Município de Cajueiro, levou-me o Prefeito Nabel Toledo a ver um grande pote que ainda se achava enterrado à superfície da terra. A igaçaba tinha as seguintes medidas: Altura: 63 cm. Diâmetro de bojo: 56cm. Diâmetro de boca: 32cm. Espessura: 5mm. Foram encontrados outros potes e um cachimbo antigo de índio que o guardou na Casa grande e fez doação ao Colégio Marista de Maceió. Seria este local uma antiga povoação de índios ou de quilombos?... Que índios habitavam estas plagas?...

Encontram-se ainda no "Museu Xucurus de História Arte e Costumes" de Palmeira dos Indios, sete urnas funerárias (igaçabas), cerâmios-testemunhas dos Wakona-Kariris-Xukurus palmeirenses coletados por Luiz B. Torres.

Das sete urnas, duas estão inteiras e uma terceira acha-se com os bordos quebrados. Foram achadas e doadas ao Museu em 1971 e 1972.

Eis as suas mensurações:

1. A menor tem as seguintes medidas:
   Altura dentro 47 cm Altura fóra: 50 cm Largura bôjo: 39 cm Diâmetro boca: 28 cm Expessura: 1 cm. Circunferencia de bojo: 1,35 cm.
   Bordos: pouco salientes com dobras para fora para pegar. Tipo: oval Origem: Provavelmente kariri.
   Local: Serrote do Goití, na Gruta da Cafurna. Continha ossos humanos com areia. Ossos humanos: tibia e pé.
2. Outra igaçaba média:
   Altura dentro: 62 cm Altura fora: 67 cm Largura bôjo: 57 cm Diâmetro boca: 30 cm. Expessura: 1 cm. Bordos: pouco salientes com dobras para fora para pegar. Tipo: cônica. Local: Serra Verde, município de Igaci. Não continha ossos humanos, somente areia.
3. A igaçaba maior:
   Altura dentro: 70 cm Altura fora: 72 cm Largura bôjo: 70 cm Diâmetro boca: 35 cm Expessura: 2 cm. Circunferencia de bojo: 2,10 cm. Bordos: pouco salientes com dobras para fora para pegar. Tipo: cônica. Provavelmente xukurus. Local: Serra do Coité, município de Arapiraca. Continha machados de pedra.

4. Outra igaçaba maior quebrada.
Altura dentro: 64 Altura fora: 67 Largura bôjo: 57 Diâmetro bôca: 34 Expessura: 1 cm Bordos: pouco salientes com dobras para fora para pegar. Tipo: cônica. Local: Coité das Pinhas, município de Arapiraca, com ossos e crânio esfarelados misturados com areia, com 10 machados de pedra, 1 quebrador de côco, 2 fumadores (cachimbos), 2 raladores, 1 colar de caramujo com 10 peças. Neste terreno foram encontrados tipos diversos de machados de pedra e cachimbos.

5. A igaçaba menor com tampa (provavelmente de criança): Altura dentro: 13,5 cm Altura fora: 14 cm Largura bojo: 23 cm Diâmetro bôca: 13,5 cm Expressura: 0,5 cm Bordos: pouco salientes com dobras para fora para pegar. Tipo: abaulada achatada. Local: Coité das Pinhas, município de Arapiraca.

6. Outra igaçaba:
Altura dentro: 72 cm Altura fóra: 73 cm Largura bôjo 61 cm Diâmetro bôca: 33 cm. Expessura: 1 cm Bordos: salientes com dobras para fora para pegar, Tipo: oval. Local: Limoeiro de Anadia. Não se sabe se continha ossos ou artefatos.

7. Uma panela.
Altura dentro: 10 cm Altura fora: 12 cm Diâmetro boca: 15 cm Bordos: pouco salientes, com 4 alças para pegar. Tipo: abaulada, em meia circunferência. Local: Serra do Cariri, antigo cemitério dos Kariris, perto da Serra da Boa Vista, município de Palmeira dos Indios. Neste local foram encontrados dois cachimbos um diferente do outro.

No Museu Xukurús encontram-se em exposição 1 pote para coletar água que pertenceu a Alfredo Celestino da Silva, dos tempos do seu bisavô que morreu com cem anos. Há também outros objetos de cerâmica popular recente, criação do caboclo palmeirense, "pagé" Miguel Celestino da Silva. Chama muito atenção vários tipos de "quaquí" (defumadores) que simbolizam os "gênios" espirituais dos indios falecidos.

Pelos estudos de José Vicente Cesar, do Instituto Anthropos do Brasil, em "Enterros em urnas dos Tupi-Guarani" (Separata da Revista de Antropologia Volume 14 - 1966 - S. Paulo) conclui-se que os indígenas palmeirenses, também como os tupi, tinham o costume de enterrar os mortos em urnas em sepultamentos primários e secundários.

"Apesar das classificações até agora apresentadas serem meras tentativos sem nenhum caráter definitivo ou exhaustivo, Luiz M. Torres em 1911 experimentou uma tipologia de urnas funerárias da Bacia do Paraná classificando-as em três tipos: Tipo X, Y e Z.

Tipo X — Formas globosa, semi-globosa, cilíndrica y derivadas com boca y base amplias... tamaño considerable... factura grossera... sin grabados in pintura... ligera cocion al aire libre".

As urnas do Tipo X são as que possuem as características das encontradas em Palmeira. Tomando simplesmente por base o tamanho das urnas, as igaçabas encontradas poderiam ser para sepultamento primário de adultos como se vê no "tipo de igaçabas dos Tupi-Guarani: Altura 41 cm até pouco mais de 100 cm, largura 44 cm. até 100 cm. aproximadamente, abertura 37 cm. até 59 cm."

O tamanho das igaçabas dos remanescentes palmeirenses enquadram-se bem nestas medidas, certamente devido às inumeráveis influências que receberam e assimilaram de outros povos.

A diferença de tamanho das urnas encontradas se explica naturalmente pelo fato mesmo de as igaçabas serem utilizadas para sepultamento primário ou secundário, ora de o defunto ser metido na urna amarrado de cócoras como saiu do ventre materno para facilitar o seu ressurgimento ou reincarnação em "um último sono de repouso e de espera".

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

O Autor quando da descoberta de igaçabas na Gruta da Cafurna,
—— segurando uma das seis urnas maiores. 1969 ——

As seis urnas funerárias como foram encontradas pelo Autor após
—— serem desenterradas da Gruta da Cafurna, em 1969 ——

124b

INDIOS, BRANCOS

E ESCRAVOS NEGROS

Palmeira dos Índios constituiu-se também como um dos grandes centros de miscegenção do sertão alagoano, cada grupo racial com os seus privilégios.

De um lado, os brancos dominadores e possuidores "jurídicos" das terras, tutelados pelo poder político e econômico; do outro lado os indígenas, proprietários sem terras vivendo nas "suas glebas" com suas tradições aborígenes; finalmente os escravos negros com o "único privilégio" de serem propriedade dos seus senhores feudais, os coronéis do sertão. Muito destes escravos lutavam, se às vêzes violentamente fugindo, perseguidos, para os quilombos de Taquary; pelo menos, outras vezes, pacificamente lutando para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Palmeira dos Índios. Os escravos, quando livres, se não puderam viver nas plagas palmeirenses junto a seus antigos senhores, optavam para se unir aos seus parentes no seu quilombo de Taquary em Papacaça, nos limites de Pernambuco, onde atualmente se localiza a Cidade de Rainha Izabel.

Essa discriminação de grupos e classes sociais, constata-se, pelos documentos históricos da época, encontrados nos Arquivos da Prefeitura Municipal e da Paróquia de Palmeira dos Índios.

A Villa da Palmeira no século passado, nos tempos da escravidão, possuia uma Junta para deliberar oficial e juridicamente quais os escravos que poderiam ser libertados à dinheiro pelo Fundo de Participação do Município.

Havia em Palmeira: um grande livro de registro dos escravos, um livro de registro dos filhos dos escravos libertos pela "Lei do Ventre Livre" e outro livro de atas onde se registrava os escravos resgatados pelo Fundo de Emancipação dos escravos, instituído por Lei em 1872.

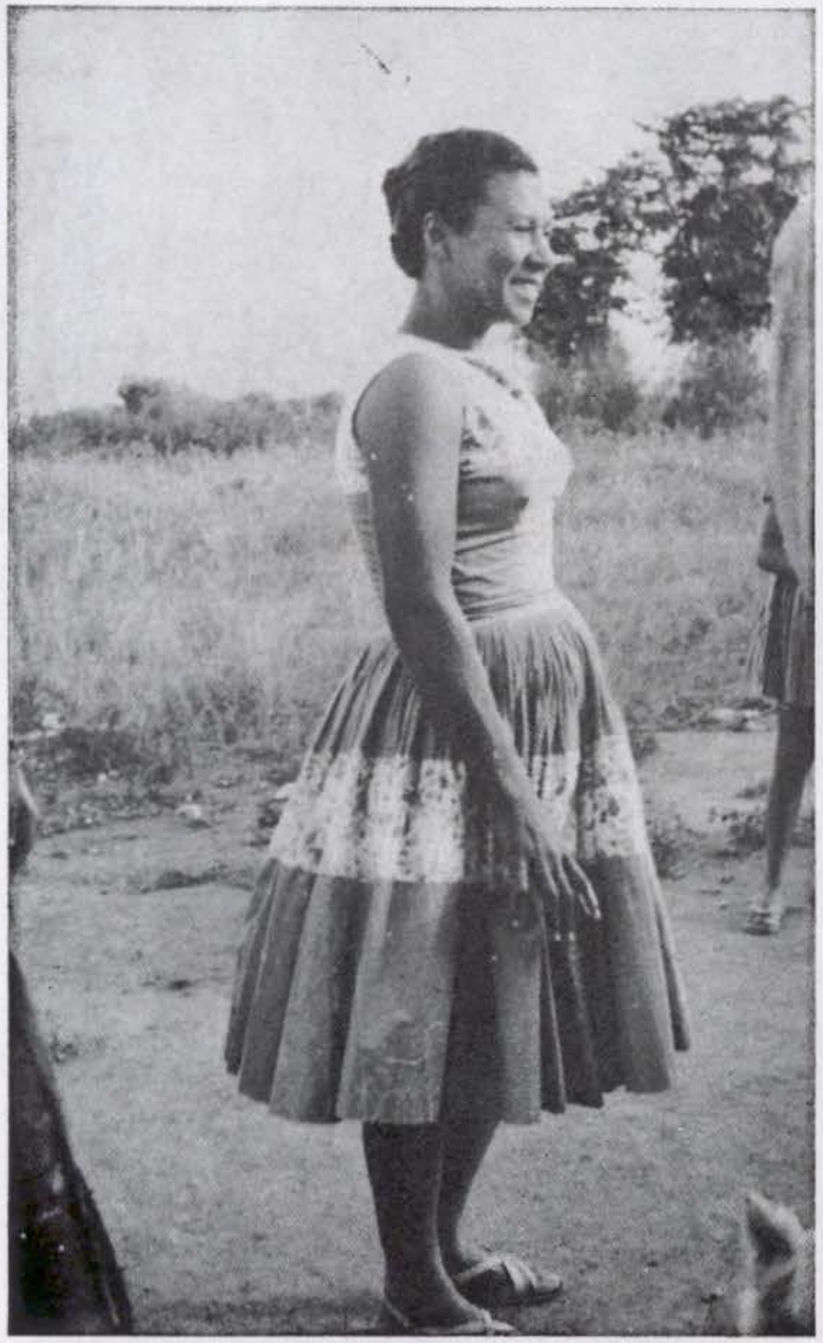
Lí em uma das atas da Junta de Emancipação dos Escravos, livro que vai de 6 de abril de 1873 a 13 de junho de 1886 que em um só dia foram livres 30 escravos; e os editais, como era costume na época, eram afixados publicamente na porta da Igreja Matriz, um outro foi remetido ao Juiz, e a ata dos trabalhos com o nome dos escravos enviada ao Presidente da Província.

Eis algumas entre as muitas atas da Junta de Classificação dos Escravos encontradas no Arquivo da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, em julho de 1969.

"Acta da Reunião da Junta Classificadora de Escravos.

Aos dois do mêz de julho do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e seis, nesta Villa da Palmeira dos Índios, Comarca do mesmo nome Provincia das Alagoas, na salla da Camara Municipal, prezidente da Junta Capitão Francisco Joaquim da Silva Jucá, o Doutor Promotor Publico Arthur Henrique Figuerêdo Mello, e o Collector José Luiz Vieira e Silva, comigo Escrivão de Paz, abaixo assignado, ahi foi aberta a reunião e ensetado os trabalhos de Classificação dos Escravos que teem de serem libertados, pelo Fundo de Emancipação, que foi dezignado para este Municipio; e foi prezente a mesma Junta, uma petição do Capitão João Mendes Gennaro, alegando que a sua escrava Paulina, idade de trinta e quatro anos, matriculada sob numero 855, casada com homem livre, teem dois filhos nascidos depois da Lei de 28 de setembro de 1871 e que tem umas rezes que monta em duzentos mil réis, por cuja importancia se responsabiliza seu dito Senhor, com peculio. Aprezentou Francisco Suares Quintão um requerimento, requerendo que a escrava Pastôra, matriculada por Francisco Ignacio Alves Lino, como Senhor da referida escrava, já avaliada a muito, por quinhentos mil reis, tem uma parte liberta no valor de vinte e cinco mil reis pertencendo as outras a diverços como Senhores, na importância de 2.748$700. E que tem a escrava Pastora um filho livre, nas condições da Lei de 28 de setembro de 1871. Visto do que a Junta deliberou que a vista do conteudo das petições, hia tomallas na consideração que merecesse; continuando com os trabalhos resolveu proceder rigorosamente nos termos da Lei de 28 de setembro de 1871 e 13 de novembro de 1872, fazendo a classificação pelo Fundo de Emancipação, de acôrdo com a classificação tranzactiva a fim de melhorallas ou sanar os defeitos nelles, contidos. Aqui para constar mandou o prezidente lavrar a prezente que vai assignada por todos, e do que para constar fiz, exhaurei a presente.

Eu, José Phillemon da Silva Jucá. Escrivão de Paz aqui escrevi.



Cabocla da "Fazenda Canto" em vestido
—— típico de aculturação ——

126 b

Mulher indígena da "Fazenda Canto" com
— traços característicos de mestiçagem —

Francisco Joaquim da Silva Jucá.
Arthur Henrique Figueredo Mello.
José Luiz Pereira e Silva".

Lê-se em uma das Atas da Junta de Classificação dos Escravos de 15 de abril de 1873 que a escrava de nome Maria ofereceu suas parcas economias para ser liberta da escravidão, negra mancha social da história brasileira.

"... tendo se aprezentado na prezente sessão a escrava Maria, parda, de propriedade do Major Joaquim da Rocha Guedes, e disse que tendo a quantia de duzentos mil reis em poder do Capitão Antonio Thomé Mendes para serem levados em conta sob seo valor, pediu que fosse seo nome incluido no Livro de Classificação dos Escravos deste Municipio. A Comissão julgou apta para ser libertada a mesma escrava. Capitão Luiz Fernandes de Araujo Bizouro — Prezidente da Camara Municipal."

É curioso como um casal de escravos em 25 de setembro de 1880 "deo quatro mil reis para auxiliar sua alforia" e ficar definitivamente liberto.

Segundo pude verificar nas Atas da Junta de Classificação dos Escravos, a Junta durante o espaço de tempo de 6 de maio de 1873 a 13 de junho de 1876 realizou 66 sessões; libertou 99 escravos (Masc: 52 Fem: 17). Obs: Os 30 escravos libertos de uma só vez não se sabe quantos eram homens e quantos eram mulheres individualmente; libertou 11 casais de escravos e mais 3 casais em que um dos cônjuges já era liberto (duas mulheres e 1 marido já eram livres); atendeu favoravelmente 6 requerimentos e não despachou favoràvelmente a 13 requerimentos assim discriminados 9 requerimentos de escravos, 3 requerimentos de escravas e 1 requerimento de 1 casal.

No arquivo da Paróquia e da Diocese foi encontrado no livro de registro de casamentos de 1824 e 1855 a discriminação social entre pessoas livres (os brancos ou os não escravos), os indios e os escravos. Quando os indivíduos não eram nem índios e nem escravos, o livro de registro paroquial não fazia menção do seu status social e racial. Eis alguns registros de casamento entre os muitos registrados de indios e de escravos.

"Aos vinte e sete de novembro de mil oitocentos e vente e sete nesta Matriz, feitas as diligencias canonicas recebí em Matrimonio a Labor dos Santos, filho legitimo de João Ferreira e Antonia Maria, e a Josefa da Conceição, filha legitima de Dionisio Marthins e de Joana Maria, todos indios desta Freguezia, e lhes dei as bençãos, do estilo, tendo testemunha José Correia e Simão Dias, casados, e para constar fiz este assento que assignei. O Vig.º José Caetano de Moraes".

"Aos vinte dois de janeiro de 1827 na Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus dos Pobres, desta Freguezia, feitas as diligencias, do estilo, sem impedimento recebi em matrimônio a Antonia e a Thereza, escravos do Alferes Luiz da Costa Pereira desta Freguezia e lhes dei as bençoes do estilo, sendo testemunha o Capitão João Luis Costa Pereira e Patricio José Cavalcanti, casados, e para constar fiz este assento que assignei.

O Vig.º José Caetano de Moraes."

Portanto, o registro de casamentos de pessoas livres (certamente brancos ou negros livres ou não escravos) tem o mesmo teor,havendo discriminação social ou racial se é descendente de indio ou se é escravo. Portanto quando a pessoa é indio ou é escravo é anotado no livro de registro de casamentos.

Quanto ao livro de batizados, de 1824 a 1846, só foi encontrado os registros referindo-se aos batizados das pessoas livres (brancos) e aos escravos. Não há alguma referência a batizados de indígenas. Talvez fossem os filhos dos indígenas registrados em livros próprios do Posto naquela época.

Contudo, quando a pessoa ou a família é escrava faz-se o devido registro no livro de batizados da Paróquia.

Eis um registro de um batizado de escravos, entre os muitos que encontrei. "Aos quatro de março de mil oitocentos e vinte e sete, baptizei e pus os santos oleos a Virginio filho legitimo de Vicente e de Firminiana, escravos de Mathias da Costa, padrinhos Antonio Zacarias e Maria de Sá, e para constar foi este termo que assigno.

O Vig.º P. José Caetano de Moraes."

"Aos 3 de julho de 1827 baptizei e pus os santos oleos a João, filho natural de Josefa, escrava de Sebastião José, padrinhos Antonio Correia e Nossa Senhora do Amparo, e para constar fiz este assento que assigno.

Vig.º José Caetano de Moraes."

A título de curiosidade apresentamos o seguinte registro do livro de batizados: "Aos vinte e um de dezembro de mil oitocentos e vinte e cinco baptizou e poz os santos oleos por licença minha, o Reverendo Caetano José da Costa Leitão a Manoel, filho natural de Maria Clementina, padrinho o Reverendo Manoel Caetano de Moraes e D. Anna Rosa de Lima; e para constar fiz este assento que assigno. O Vig.º José Caetano de Moraes."

SUBSÍDIOS ANTROPOLÓGICOS

À título de amostragem, foi realizada "in loco", em julho de 1969, durante dois dias, a coleta de informações antropológicas sobre os indígenas palmeirenses. Além dos dados pessoais dos 11 indígenas pesquisados, foram determinados o grupo sanguíneo, fator RH, TPR, bem como os caracteres raciais e as medidas antropométricas. Ideal seria realizar a pesquisa em toda a população. Contudo, tornando-se impossível pela exiguidade de tempo, invernada rigorosa, falta de meios de transporte e de recursos econômicos para financiar a pesquisa, só foi conseguido o mínimo necessário para se fazer um estudo comparativo.

É preciso notar que, em pleno inverno, ia-se à pé ao aldeiamento e quasi de noite se retornava à Palmeira, ou à pé ou à cavalo.

Palmeira dos Índios fica situada numa altitude de 290 a 304 metros com média pluviométrica de 1.009 a 1.252,2 mm.

A estação chuvosa é de maio à agosto e a estação seca é de setembro à abril. As trovoadas comumente são em dezembro e janeiro.

A temperatura máxima chega à 34º e a temperatura mínima é de 17º. A pesquisa antropológica foi realizada em tempo chuvoso, na primeira quinzena de julho com temperatura média entre 17º e 22º.

Eis os dados antropológicos coletados entre os remanescentes indígenas Wákõná-Kariris-Xukurus de Palmeira dos Índios.

ÍNDIOS KARÍRÍRÍS-WÁCÕNÃ-XÚCÚRÚS

DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

DADOS PESSOAIS

QUADRO I

	NOME	SEXO	CULTURA	EST. CIVIL	IDADE	PROFISSÃO	FILHOS Vivos M	FILHOS Vivos F	FILHOS Mortos M	FILHOS Mortos F	Observação
1.	JRF	M	Analfabeto	Solteiro	22	Agricultor	—	—	—	—	
2.	MMS	F	Analfabeto	Solteira	22	Agricultor	—	—	—	—	
3.	JS	M	Analfabeto	Solteiro	18	Agricultor	—	—	—	—	
4.	ACS	M	Analfabeto	Casado	62	Agricultor	5	2	9	2	1 abôrto
5.	JCS	M	Analfabeto	Solteiro	22	Agricultor	—	—	—	—	
6.	MCS	M	Analfabeto	Casado	45	Agricultor	1	2	—	—	
7.	AG	M	Analfabeto	Viuvo	57	Agricultor	2	1	—	—	
8.	BCS	M	Analfabeto	Casado	38	Pintor	3	1	2	1	
9.	MSN	M	Analfabeto	Casado	56	Agricultor	6	5	3	—	
10.	FMC	F	Analfabeta	Casada	40	Agricultor	4	3	9	2	
11.	EMS	F	Analfabeta	Casada	45	Agricultor	8	3	3	2	
	TOTAL	M 8 / F 3	ALF. 3 / ANALF. 8	Cas. 6 / Sol. 4 / Viuvo 1	22 a62	Agric. 10 / Pintor 1	29	17	26	7	
		11	11	11	1	11	11				

130 b

CARACTERES FISICOS

QUADRO II

	NOME	Estatura	Peso	Cor Pele	Cor Olhos	Cor Cabelos	PELOS			Cárie	Temperatura	Pulso	Respiração	PA	GS	RH
							Face	Tronco	Membros							
1.	JRF	155	53	P1	Cast.	Preto liso	+	–	–	–	37,5	80	19	15x7	O	+
2.	MMS	153	53	P1	Cast.	Preto ond.	–	+	+	–	37,2	80	19	11x7	A	+
3.	JS	160	55	P1	Cast.	Preto liso	+	+	+	–	37,2	81	20	13x7	B	+
4.	ACS	151	51	P2	Cast.	Preto liso	+	–	–	–	37,1	66	17	9x7	B	+
5.	JCS	159	59	P2	Cast.	Preto liso	+	–	–	–	36,1	63	18	14x9	B	+
6.	MCS	155	62	P2	Cast.	Preto liso	+	+	+	–	36,2	71	19	13x7	AB	+
7.	AG	145	46	P1	Cast.	Preto liso	+	–	–	–	36,6	62	21	11x8	B	+
8.	BCS	157	52	P1	Cast.	Preto liso	+	–	+	–	37,4	72	17	14x7	B	+
9.	MSN	162	58	P2	Verde	Preto liso	+	–	–	–	37,4	96	24	10x7	O	+
10.	FMC	155	57	P1	Cast.	Preto liso	–	–	–	–	37,4	75	21	10x7	O	+
11.	EMS	148	50	P1	Cast.	Preto liso	–	–	–	–	37,4	88	24	13x7	O	+
		1,48 a 1,62	46 a 62	P1 7	P2 4	C 10	V 1	Preto L 10	Preto O 1	Sim 8	Não 3	Sim 3	Não 8	Sim 4	Não 7	Sim 11	36,1 a 37,4	62 a 96	17 a 24	9x7 a 15x7	A 1	B 5	AB 1	O 4	
	TOTAL	11	11	11		11		11		11		11		11		11	11	11	11	11	11			11

P1 — PARDO
P2 — PRETO

130 c

CARACTERES FISICOS ANTROPOMÉTRICOS

QUADRO III

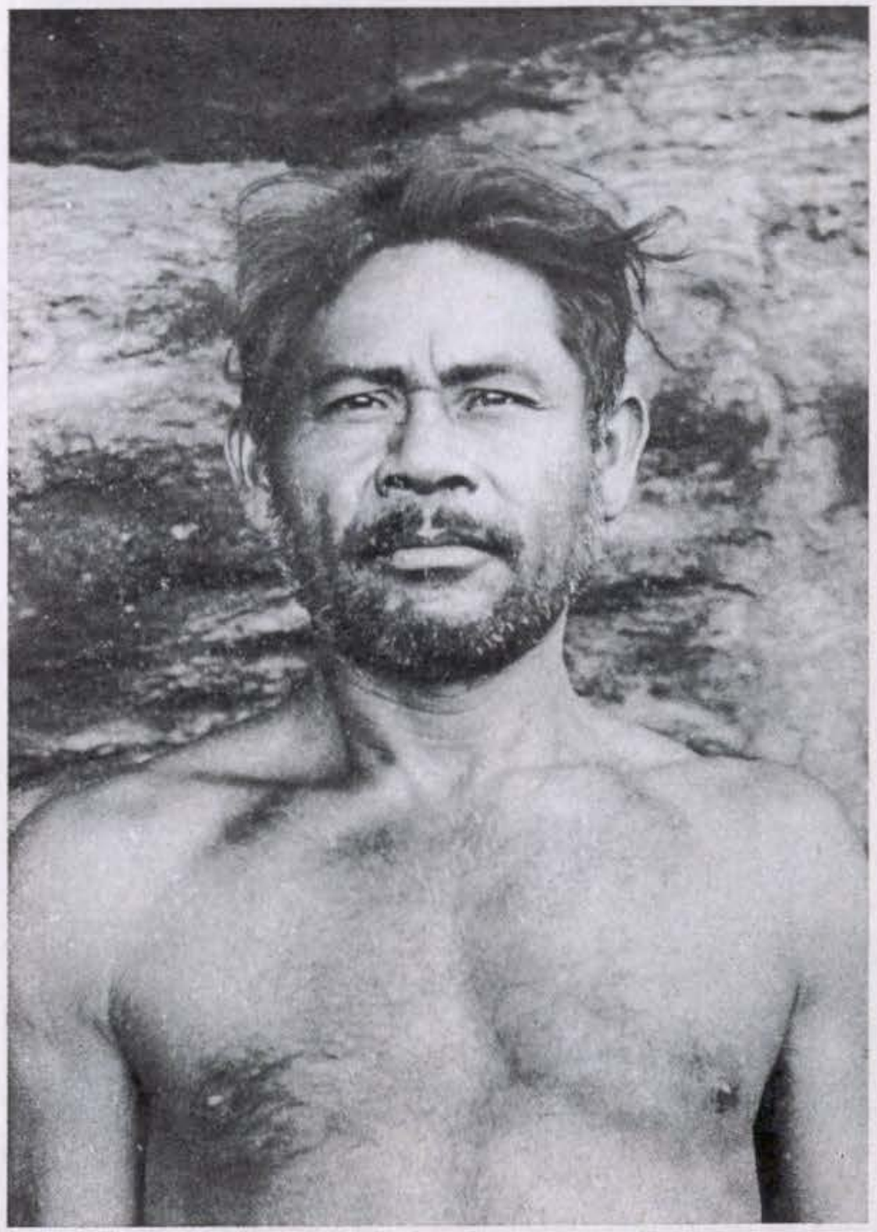
NOME	1 JRF	2 MMS	3 JS	4 ACS	5 JCS	6 MCS	7 AG	8 BCS	9 MSN	10 FMC	11 EMS	*Observação*
Diam. Céfalo antero-post. max..	18	15	15	15	15	17	22	18	19	18	19	
Diam. Céfalo Transv. Max.	15	12	12	11	12	15	15	15	15	15	13	
Largura Nariz	4	3	4	4	4	4	5	3	4	4	4	
Altura Nariz	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5	5	
Largura Face	14	12	14	15	15	14	12	13	13	14	13	
Altura Face	12	11	11	10	11	12	11	10	12	10	12	
Altura Pavilhão	4	3,8	40	50	3,7	4,5	40	43	4	45	33	
Largura Pavilhão	11	4	5	1,6	1,5	40	1,3	10	1,2	10	5	
Diam. Biacromial	34	26	31	29	30	33	30	25	32	33	28	
Diam. Bicristilíaco	26	27	27	27	26	26	19	25	27	30	35	
Diam. Basitorico Transv.	18	20	20	20	19	22	19	20	20	20	15	
Perim. Cefálico	52	55	53	53	35	55	55	53	53,5	53,5	53	
Perim. Torácico	85	84	89	87	93	85	85	85	85,5	85	85,5	
Perim. Abdominal	78	76	87	80	83	85	81	81	81	82	80	
Perim. Coxa	44	43	38	33	44	46	31	35	34	35	35,5	
Perim. Pantorrilha	33	33	32	32	34	34	30	31	32	31	32	
Indice Cefálico	82,2	80	80	73,3	80	88,1	68,1	82,2	78,9	82,2	68,4	
Indice Nasal	80	60	80	80	80	80	80	75	80	80	80	
Indice Facial	85,7	91,6	78,5	66,6	80	85,7	91,6	76,8	92,3	71,5	92,3	

130 d

Grupo remanescente wakona-kariri-xukuru quando da visita ao Posto Indígena "Irineu dos Santos", do SPI na Fazenda Canto, do folclorista Théo Brandão e o Autor, em 1962. Esta foto é uma homenagem —— especial ao Professor Théo Brandão ——

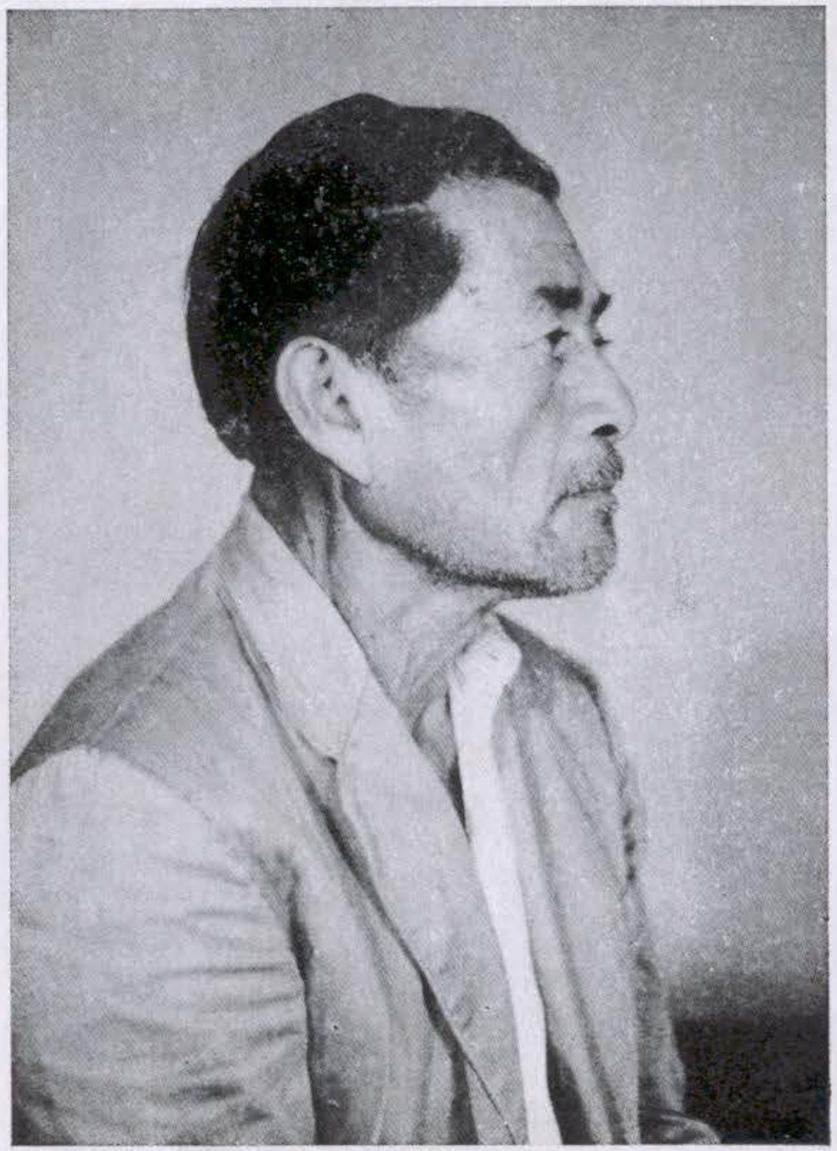
130 e

Miguel Celestino da Silva aos 45 anos, atual Cacique,
— Mestre e Cantador do Toré, de perfil —

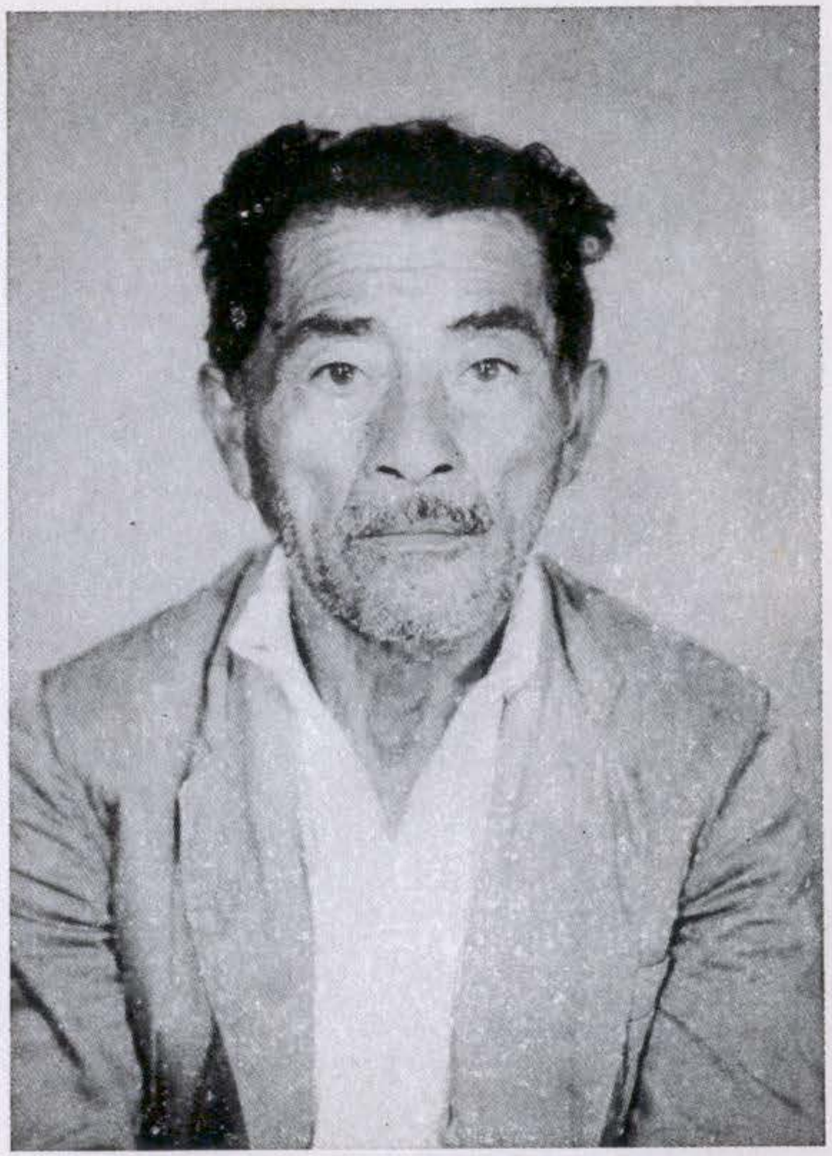


Miguel Celestino da Silva aos 45 anos, atual Cacique,
— Mestre e Cantador do Toré, de frente —

130 f



Alfredo Celestino da Silva com 65 anos, considerado o chefe atual, o pagé dos remanescentes indígenas palmeirenses em fotografia recente, —— de perfil ——



Alfredo Celestino da Silva com 65 anos, considerado o chefe atual, o pagé dos remanescentes indígenas palmeirenses em fotografia recente, —— de frente ——

130 g

A LÍNGUA

SONS FIGURADOS DA LÍNGUA UTILIZADA PELOS REMANESCENTES DA FAZENDA CANTO

Os remanescentes Wákõná-Káríris-Xúkúrús palmeirenses não falam mais a língua própria indígena. Alguns mais velhos lembram-se de uma ou outra palavra kariri "do nosso tronco antigo indígena".

Os que vieram de Águas Belas, de Tacaratu, falam algumas palavras ou frases soltas. Estão por demais, os indígenas palmeirenses, todos aculturados.

Nota-se a influência do Iatê dos índios Fulniô-Carnijós de Águas Belas, Pernambuco, nos costumes e na linguagem porque cada vez que os caboclos palmeirenses se referem à língua, ao toré e "ao particular", sempre estão lembrados dos indígenas fulniô "que falam a língua dos índios e possuem o Ouricuri".

Miguel Celestino disse que "falamos Tupi ou pelo menos sabemos algumas palavras antigas cariris "deixadas por nossos pais". Nosso idioma foi perdido há muitos anos e só alguns falam algumas palavras. O guarani é falado no sul e o tupi no norte. Nós falamos o Tupi".

Outro caboclo de nome Elias discorda "afirmando que os chucurus não falam o Tupi, mas sim o Iatê do Norte e Nordeste brasileiro." Iatê significa "Nossa Lingua."

Sôbre palavras indígenas empregadas nas cantigas do toré, — diz Miguel Celestino — que "não sabe explicar se as palavras são da língua Iatê". "Nós usa — disse — cantar muitas cantigas de outras tribos. Mas temos muitas "sonora" antiga nossa e de nossa tribo".

Notei que quando nas conversas utilizam vocábulos indígenas servem-se de palavras portuguêsas ou aportuguesadas e de palavras e frases do Iatê de Águas Belas. "Muitas palavras

são dos iluminati (Carnijós de Águas Belas — disse Miguel Celestino. Nossa língua foi herdada muitos anos atrás. Os mais velhos não ensinam aos mais moços".

Parece que desejam conservar a sua língua para falarem entre si, por vaidade, principalmente em presença de pessoas estranhas ou para melhor estreitarem as relações de amizade na família. Nota-se que estão saudosistas do seu antigo idioma. Muitos, os mais velhos, conservam algumas palavras soltas em folhas de papel.

Apresentamos a relação de algumas palavras com a grafia figurada.

Vocabulário (de José Firmino da Silva).

Aníxi pálíxíá prá limpá — limpar batatas
Aníxí êxuá de Dêduá lêkíxí lêkíxuá Dêduá — Deus me dê enxada e saúde, para eu trabalhar (limpar as batatas)
Áinkía setsô átalixín — esta mentindo caboclo
Aínkia ou Aínka inkiá — mentira, está mentindo
Aínkia Setsôniká — a india está mentindo
Aínkia ou aínka — mentira, está mentindo
Atilixín ou tilixín ou tílíxí — bonito, bonitinho
Atôrnê dêaká — (expressão para chamar nomes (— mentiroso, sem vergonha, filho da puta, safado etc...
Akákáalma klaín niciá — como vai, padre, branco, um cigarro para mim.
Atissalí aliô alêssiá — adeus
Alêkixin lêkixin (ou lixin) — a sobrinha é bonita
Alêkixín — bonitinho, bonito
Aínkia akôkinãn — está mentindo sem vergonha
Bêrêió — obrigado
Bêriôstiá — obrigado
Dêtsáká — feijão
Dôtsáká — batata
Dêdúá — Deus, Deus é bom
Étilô — cachorro
Kráiê — homem branco
Frêjorge — claraíba (árvore para fazer cabo de enchada)
Kôbê — negro
Kráiê kanikó — branco
Klaín — branco
Kôbê-xinô — negro
Kôbê lêxinkín — negro feio
Kôbê tixín ou kôbê tilixín — negro bonitinho
Kôbê ká-bê kuíntxíô — negro cabelo de cupim

Kálicê bêlêtsiê baskíô — fala comigo
Kôbê lakixí — negro feio
Káxôa — carne
Lakíxín ou talixín — feinho, muito feio
Líxíní — feio
Me dá cádinho ôlha — me dê água, me dê um bocadinho dágua
Niciá — cigarro, fumo de cigarro
ôlhá — água
Ôdsê — adeus (resposta de alguém quando se despede)
Paipê — paudarco
Runrum — sim (exclamação afirmativa), tudo bem
Sétsô — caboclo, indio
Sêtsô estráiá ilá trábaíxá plantá dêtsaká dôtsaká — caboclo está para plantar feijão e batata
Sêtsô lêkxí plantá dêtsáká — caboclo planta feijão e batata com enxada que é chato para limpar
Sêtsô lêkínádjá — caboclinho índio, filho da casa
Sêtsô êlíkíníxí — caboclinho (criança índia)
Sêtsô atíxín ou tílíxín — caboclo bonitinho
Sêtsô lixin — caboclo bonitinho
Sêtsônika líxín — cabocla bonitinha
Sêtsô atxín — caboclo vai mais ou menos
Sêtsô tomaria um ká de cáxá ou cáxôá — caboclo tomaria um pouco de cachaça
Tôê acendê niciá — fôgo para acender cigarro
Tôê ú tôê acende ú puá ô niciá — traga o fôgo para acender o cachimbo ou cigarro.
Táínkia — está mentindo, mentira
Xôá — farinha
Xaxá ou Káxôá — cachaça

Vocabulário (Miguel Celestino e Alfredo Celestino da Silva. São irmãos

As palavras foram coletadas quando os dois estavam juntos e após receberem a confirmação de ambos).

Ãnó — fio de puca para fazer o anzol (chúcurus)
Ákakálma — Como vai?
Adêudúálhá — Deus que está no céu
Adêudúálhá dí Sãn Sé — Deus do céu
Aúxín niciá — me dê um cigarro
Aúxíná inicia — me dê um cigarro

Auxín aú nicêdáiá — me dê fumo
Aúxiná tôê — me dê fogo
Aútsáká — perú, milho
Anh-rãnh — sim, é mentira (Exclamação para afirmar ou negar) Está bem
Adêudúálhá ou dêduálhá — Deus
Adêudúá ou dêuduá — menino, filho
Adêdõnkíá — menina
Anáá — pessoa sem importância
Arribê ou Arrobê — prato ou caco de barro para uso do vinho ou manjar indígenas.
Atíkráká — me dê licença (de Cícero Cavalcanti que esteve com os índios)
Áálê — porco
Benhã — carne (cariri)
Beniã ou beniã — carne (cariri)
Bizáú — saguim (animal) (cariri)
Buláxá — bulacha mexida na farinha
Bodó — calango, tejú, sardão
Cêdáiá — fumo
Cêtáduálhá — galinha
Cêá — môça, lua, mãe
Cêiá — môça
Cêá-lhá — môça insigne, cachimbo
Dôtsáká — batata
Dêduáê dí Sãn Sé de Sãn Içakúíçá — Deus no céu e Nossa Senhora também
Dêrráívêpá — Bom dia
Dêôdêne — demônio
Dêtsôká inkonkiá tô cêcêiá — eu gosto desta moça
Débarú — estar com fome (cariri)
Dêdonkiá tilixí — menina bonita.
Dêjuálhá ou Deusjuálhía — Deus (cariri)
Dôdôcê — testículos, orgãos sexuais (cariri)
Dêrraivê-pá — como vai (de Cicero Cavalcanti) Bom dia
Fêiá — lua
Fêtêxiá — farinha
Fêlêáká — bode
Fukó — preiá do mato, rato (cariri)
Grulijó ou gulijó — bebida de mandioca (chucuru)
Genipapo — genipapo (fruto de genipapeiro)
Gôití — palmeira encontrada no serrote do goiti na cafurna onde se encontram igaçabas.
Ikáká — vou bem obrigado; tudo bem

Iɳkáká rãn, rãn, ikáká — fulano é uma boa pessoa; é bom
Inklaínxôa — padre
Inklaínxôá akákálma — Padre, como vai?
Klain, Inklaín — branco
Inklaín ikáká — branco vai bem
Inɳklaín útxí dí lêfêtiá — branco, vamos comer carne de boi
Inklaixôa ou klaínxôá P teve cunferência com uns Kariris
Kafurno — o padre teve conversa com os caboclos cariris da Cafurna
Iníciá dú cêdaiá — cigarro de fumo
Içá — mãe, senhora
Itfê — pai
Içákúíça — Nossa Senhora
Itlô ou tilô — cachorro
Itlôtununxuêi — cachorro, vai te aquetar (Expressão também empregada para chamar nome)
Iô — não, mentira (Exclamação para negar)
Ikáká — bom, boa, pessoas bôas (Expressão para indicar coisas boas) Tudo vai bem. Eu vos dou a paz
Idpórraêtê — bem obrigado
Inkaín êtílíxíné, rãnh, rãnh — essa moça é bonita, sim, sim
Inklaínxôá-lhá — padre insigne, padre chefe, vigário
Inkrandibíçá — preguiçoso
Içá — adêu-duálhá — Mãe de Deus
Jéréré — jereré, instrumento de pesca
Kôbê — negro (Exclamação para indicar que vem gente estranha. Grito de exclamação usado em Águas Belas entre os Fulniôs); negros, cabeça sêca, outra raça, sangue diferente.
Kêxá — garapa
Kêxátikálhá — culto religioso da floresta
Káxákiá — maracá
Lêfêtiá — boi
Mulatínkia — moreno, mestiço
Mulatín ou mulatinka — moreno, negro
Matilhe ou matilha — milho
Mulatinkiá — Gente estranha (Grito de exclamação para indicar que vem gente estranha)
Makê — Tomar, fazer (verbo que expressa qualquer ação a realizar)
Malhambá ou malhembá ou marabá — roça comum dos índios, roças.
Ôxô inícíá setsô makê — me dê cigarro para o caboclo fumar
Nambí — nariz (cariri)
Nátsáká — feijão

Nêuíka ou êiúká — vinho indígena utilizado em cerimônia sagrada da fumada que é o particular indígena; ponto de oração

Niciá, inicíá — fumo, cigarro
Puê-pau ou pôe-pôa — cachimbo soltando fumaça, fôgo para o cachimbo (cariri)
Puá ou pôá — cachimbo
Primo — caboclo, colega da mesma tribo
Pórraêtê — bem, obrigado, tudo bom (Cicero Cavalcanti)
Práíá — folguedo dos índios com trajes próprios
Paí — pai, padre
Prêiáká — ponta de flecha feita de osso ou pau forte
Pissôrê — advinho, personagem da lenda dos kariris
Pôfô — criar, fazer
Pútsí — malvado, bruto, ruim
Pútsá — puta, ruim, péssima
Pútsí-putsá — safado, ruim, puta, filho da puta, estou danado da vida
Pútsí — malvado, bruto, ruim
Rêipôrámêpá — Bom dia, como vai?
Rikulhílhá — culto religioso da floresta
Sé — céu
Sétsôniká ou sétsonkíá — índia, cabocla, filha da índia
Sêtsô — caboclo, índio
Súbébé — nádega, bunda (cariri)
Sêtsô ú tôlhêlhá — caboclo índio presente no Toré.
Sákxêdõnkia — namorado, namorada
Sôsô ou só — doi, doer, está doente
Sôssô Pissôrê — doi ou coça a perna de Pissôrê
Tuê ou tôe — fogo
Tupiãnka — negro
Tupiãnkiá ou kôbê — negro
Quáquí — cachimbo (Pancarú)
Tôê — fogo
Títílhálhá — macaquinho, saguim
Tuxá — pagé, cacique, caboclo mais velho da tribu
Táskia ou táska — dinheiro
Tôsêsáká — bode
Toré — dança, ritual religioso da floresta
Tôlhêlhá ou toré — dança ritual religiosa da floresta
Taiká — ovários, órgãos sexuais (cariri)
Tilíxí ou Tilíxím ou tilíxíní — bonito, bonitinho
Tístíá — farinha
Tilô ou átilô — cão, cachorro
Uálhê — porco

Utêxí — carne qualquer
Utêxí dí lêfêtiá — carne de boi
Uiniciá — o fumo
Umrá di barõn — como vai?
Uxôa — venha cá
Útxí — carne (fulniô)
Xualhá — chuva
Xôá — caça, teju
Xóxó — massa de mandioca mexida no caco (cariri)
Ôxinãn inklainxôa ú táskia — padre, me dê um dinheiro
Óxina — me dê
Xímáia — pinga, aguardente (cariri)
Dôdôcê — cuidado para não cair
Kíxó ou xixó — armadilha de caça para pegar preiá (cariri)

Vocabulário (João Cândido da Silva. Não é caboclo. É casado com uma cabocla chucuru. Tem contacto com os índios como funcionário do S.P.I. Os vocábulos foram confirmados pela sua esposa).

Dêduá — Deus
Duálhá — Deus
Inklaí — branco
Inálhá — joazeiro
Niciá — fumo, cigarro
Xixuá — fumo
Sêtsô adajuê enklaê, rhun —

Vocabulário (Joaquim Santana — o caboclo mais velho do aldeiamento)

Dôdi-á — Deus, Cristo
Dosêkálhá — Nossa Senhora
Êflêtí — boi
Flêtiá — bode
Inséto — demônio
Inkláínxí — cabra endinheirado, rico de massa
Klaríin — cabra rico, branco rico
Luáíz — espírito bom
Luá ou áluá — bebida indígena
Ôlhá ou ôiá — água
Situxá ou tuxá — pagé (cariri)
Tupíãn — negro
Tuxá — pagé, cacique nome honrado dado a Tupã

Tôê — fogo
Tôlô — cacorrinho

Vocabulário (Manuel Leonardo)

Ákláínxôa ákô ô tôlhêlhá — o padre veio apreciar o tôlhêlhá, o toré
Ákláínxôa íkaká — o padre vai bem obrigado
Garapa — vinho doce usado como bebida
Iô — não (partícula de negação)
Inkláínxôa íkáká — o padre vai bem obrigado
Káxákôa — maracazinho, chucalho
Sêtsôêi íkáká ou sêtsoêi ákákáúmáê — caboclo vai bem obrigado
Sétsônika ákákálma — Como vai cabocla índia?
Xíxílhá — maracazinho

Vocabulário (Eduardo Pankarus de Tacaratú — Pe)

Bró — mucunã
Sínikál — saguim
Sardão — Lagartixa ou calango
Sanuê — carne de gambá

Vocabulário (Herculano — Mestre do Toré. Oriundo de Tacaratu — Pe. Índio Pankarus)

Alíxín — ótimo, bom
Ánínixímá — camarada, amigo
Áduárêá álíxín mágá-rêgê — sim, é bom (resposta ao convite para tomar aguardente)
Árêgê — não, não quero (resposta negativa ao convite para tomar aguardente)
Árigátó — bem obrigado
Ákõmú nicíá dí tákárú — como vai o senhor, como estar?
Adeudúá ou ádêdúá — menino, filho
Bebê á côxôá — tomar cachaça
Dôtsáká — batata
Dêdonkíá — índia, menina
Dêduálhá dê Sãn Sé — Jesus Cristo, Deus do Céu
Dêduálhá dí Sãmigé dí Sétsá Sãntá ákínicá inklaínxôa Fazenda Canto — Tem festa com Jesus Cristo no Céu e Nossa Senhora com o Padre na Fazenda Canto.
Fênêkátíá áparú tôlô dé à krákánáê — você é cabra ruim, cachorro, safado, sem vergonha, de pontas, filha da puta (Expressão para chamar nomes).

Gêmákíxá cadê ôlhá — me dê água
Grógnê — grogue
Iô — não
Justicié — justiça do céu
Klainxôa tôlhêlhá — o padre está presente no toré
Klainxôa brinká tôlhêlhá — o padre brinca no toré
Kláúxí kláúxôn, ánikíá — (maltratando chamando nomes podendo usar cada palavra isoladamente, cabra ruim, safado)

Kláínxín klêríxín — é bom mesmo, formidável (confirmação de um elogio)
Kláúxá kláúxôa — não queira. (Uma pessoa quer fazer um negócio e uma terceira desaconselha usando a expressão acima)
Kêxátíkálhá — brincadeira dos índios na floresta (ritual)
Kãnkúlíkãn kúlíá — um vai por aqui outro vai por acolá
Kôxá — bebida, beber cachaça.
Matíxáká — milho
Mulátintíá — mulato (negro com índio)
Níciá — cigarro
Ôroní átêrêgin járígá — de que tribo você é? Que índio é êsse?
Piãnun ou piãnõn ou uxíxãn — pedir
Práiá — brincadeira dos índios na floresta
Rikálhílhá — brincadeira dos índios na floresta (ritual)
Rôlí tôlê dêáká — Respondendo a quem chama nome. Você é quem é safado, filho da puta
Rúmh, rúmh, diôdêní — Não gostei da parada, caboclo; eu odeio.
Sêtsô ã píãnõn tôê án niciá — qualquer dos parentes caboclos pedindo cigarro
Sêtsô ã píãnõn tôê án níciá — eu dou cigarro (a resposta a quem pede)
Sêtsô áú-xíná tôê — caboclo me dê fogo
Setsô rôdos têúá sétsôníá tôlê dêá ákákánáê — safado, filho da puta (maltratando uma pessoa)
Sêtsôi Tóré Fazenda Canto — Festa na Fazenda Canto com os índios no Toré
Sêtsô piãnun tôê á niciá — me dê cigarro e fogo para fumar
Sêtsô ákákálmãn — gente boa, bom amigo, caboclo amigo
Sétsôniká ou sósônkiá adêddônkiá tôlê dêáká — sem vergonha (chamando nome com as mulheres)
Sétsôniká — índia
Sétsô lákíáláô côxôá — me dê um pouco de aguardente; me dê um quente...

Sêtsô êtêxín lêidísós árús (ou úrus) — somos índios da aldeia dos Pankarús.
Sé — céu
Sãntçá Kíniçá — Nossa Senhora
Sódóskôné — bom, bem obrigado
Sétsônkíá — índia
Sétsí tupíãnôn tôê á-níciá — caboclos pedem cigarro e fogo
Sétsôi álhô mákê ú níciá ô sêtsô kôxá nú alêlhá dús sétsôi pankarús — convido o padre para participar do alhêlhá dos caboclos onde tem cigarro e bebidas ou cachaça para festejar.
Sétsônkiá, sétsôi, múlatintiá kôxâ ín álhêlhá, rumh, rúmh — índias, índios, mulatos na festa do alhêlhá, que coisa boa...
Tákútúzãn ou tíakútúzãn — trovão
Tupãn — Deus
Tópá — trovão, trovejada
Tôê — fogo
Xuá — farinha de mandioca

Vocabulário (Pedro Urbano Ramos e Antônio Urbano Ramos são índios Pankarús. São irmãos, de Tacaratú-Pe. Palavras coletadas quando, em conversa com os dois)

Ádêdúá kráiê — menimo branco
Ádêdúa kráiê — memino branco
dêdúa makê ú puê pur konxá nú álhêlhá — vinho doce para o caboclo tomar no alhêlhá
Álêá lêská ou álúálêskiá — vinho doce (garapa) em uso no toré
Étíciká — a bênção, mãe (saudação à mãe)
Iô — não
Iô táninkía — não é; é mentira
Isôiá — Deus te abençôe, meu filho (mãe abençoando o filho)
Ikáká itsálhá — vou bem, obrigado, bem
Iklásí dí Sãn Sé íákákáúma ôtíxinãn — Como vai padre?
Jágôítãn — boi
Kláíncí — branco
Kláíncí dí Sãn Sé mákê ú niciá pur sêtsô konxá — padre (branco) tem cigarro para caboclo fumar?
Konxá — verbo empregado para expressar uma ação, fazer, realizar
Kêxá — garapa de mel, de rapadura ou açúcar
Makê — verbo para expressar a ação de querer, experimentar

Puá — fumaça de cachimbo
Pôê — cachimbo
Pôê-puá — cachimbo com fogo com fumaça
Puxáré — carneiro
Puxávankí — bode
Rhim, rhõm, rhim õn niõn rhim rhõm — Venha cá ligeiro, caboclo (Expressão para chamar alguém a distância)
Rhum, rhum — sim, pois não, está certo
Sétsônkía — índia, cabocla
Sêtsô makê niciá — caboclo fuma cigarro
Sáquágôbê — safado, cachorro (chamar nome)
Sêtsô rhim, rhim lúálêskiá pur sêtsô konxá nú alhêlhá — tenho esta garapa (gulijó) para você tomar no alhêlhá
Sêtsôê makê ú tissí dú jágôitãn — caboclos vamos comer a carne do boi
Sêtsô makê ú sêdáá púr ú niciá dú setsô — me dê fumo para o cigarro do caboclo
Sétsí íákákáúma ótixínãn — Como vai chefe? Tudo bem?
Sõn Sé — Deus, Cristo
Tupíãnkia — negro
Táninkía — mentira
Tíssí — carne
Ús insétôê — os demônios

Vocabulário (Grupo de crianças da Escola)

Atôê — fogo
Tupíá — negro
Niciá ou Nuciá — cigarro
Tílô — cachorro

Vocabulário (Aluizio Messias)

Indícíká — feijão, arroz, cereais
Quêlhájô — graças a Deus tudo vai bem, muito bem, obrigado
Kôbê — respeitado negro fugido, negro
Ináçáká — encher e desencher

Vocabulário (José Cosme)

Tupã — Deus
Dissáká — feijão
Tíxíliá — bonitinho
Lêálhá — cachimbo (fulniô)

Kakí — cachimbo (pankarús)
Pôá — cachimbo (cariri)
Vôvô — cachimbo (dos índios de Colégio, Alagoas)
Tuxá — velho, cachimbo
Áúxina — me dê
Bodó — calango, teju
Gaxóló ou bízáu — sauim, saguim (animal)
Akakalmá — como vai?
Mamukabo — cabo do maracá ou xixiá
Benhãn — carne, pedaço de carne (cariri)
Gulijó — garapa, vinho de índio feito de mandioca (cariri)
Alúá — vinho dos índios; é feito de milho (cariri)
Nambí — nariz (kariri)
Tauinkia — mentir, está mentindo, mentiroso
Xíxílhá ou xíxíá — maracá usado no ritual e danças (pankarus)
Xêxêkálhá — maracá
Tóré ou álhêlhá — dança de todas as tribus indígenas, o Toré
Práiákêxatikalhá ou práiá ou ouricurilhá ou rikulhá — dança ritual do ouricuri, dança sagrada.

Vocabulário (Aristides Balbino Ferreira)

Informado que morava um descendente de uma família indígena dos antigos xucurus-kariris palmeirenses na Ladeira do Cruzeiro, encravada atrás da Matriz, fui entrevistar o caboclo mestiço palmeirense não aldeiado.

Chama-se Aristides Balbino Ferreira. Afirmou que seus ancestrais eram kariris-xucurus e "eu sou também kariri-xukuru".

Moravam na Gruta Cafurna no Aldeiamento chamado Igreja Velha e conheceu o antigo pagé José Francelino e Zé Caboclinho, o pai de Alfredo Celestino da Silva (o atual pagé) e de Miguel Celestino da Silva (o atual cacique). Saiu do aldeiamento com 15 anos, embora continuasse a visitar os seus "primos índios". Disse-me que os índios kariris moravam na Cafurna e os xukurus moravam em baixo na Lagoa dos Caboclos onde fica o atual açude público xucurus. "Havia antigamente dois aldeiamentos — disse. Um aldeiamento dos kariris na Serra da Cafurna e outra aldeia dos kariris na Serra da Capela. Com o tempo foi havendo a mistura dos aldeiamentos dos kariris e dos xucurus". Conhece algumas palavras dos índios Fulniô-Karnijós de Águas Belas.

Nátsáká	—	peru
Átsáká	—	perua
Dôtsáká	—	feijão

Tupiá	—	café
Tupiñê	—	negro
Tupiãnka	—	negra
Tílíxí	—	bonito
Áká-kalmêôê	—	obrigado
Adêõndkíá	—	mulher
Dêduá	—	menino, menina
Makê	—	mãe
Kaintinga	—	branco
Iniciá	—	cigarro
Tásquia	—	dinheiro
Atxinnãnen	—	carne
Kanã	—	cana, aguardente
Xínáê	—	beber

As palavras seguintes são de uma tribu de Mato Grosso. Aristides aprendeu estas palavras de Cícero Cavalcanti, chefe do Posto "que quando esteve em Palmeira dos Índios ensinou a muitos caboclos". As palavras estavam escritas bem legíveis numa folha de papel amarelada que Aristides conservava com cuidado e carinho e aqui estão transcritas.

Tupã	—	Deus
Dêjácítátá	—	estrela
Adêjácí	—	lua
Guaraí	—	sol
Gavukússú ou (uvitú, íútú, guassussú)	—	vento, ventania
Paê ou paí	—	padre
Ara ou aroá	—	dia
Pantúm	—	noite
Adjací, dêjácí adêjací	—	lua
Côáray	—	sol
Ishúú, araí	—	terra
Tátátá, tátá, tátáá	—	fogo
Katú	—	bom, boa
Avára, avá	—	homem
Aváí	—	menino
Aráí	—	nuvem
Cunhã	—	mulher
Uguátú	—	ceu
Ókáóga, ákaóga	—	casa
Aguássú, agássú	—	arranha-ceu, casa grande
Óga-mirin	—	casa pequena
Úgatúrroz	—	ferreiro (pássaro)
Ôhãngá	—	rio

Ôhí	—	água
Úvutú, úhívútú	—	montanha
Úatú, úôtú	—	cachoeira
guáráguára	—	passarinho
úúvú	—	urubú
Kárithinga	—	branco
Guassússú, guássú	—	grande
Mirin	—	pequeno
Purãn	—	bonito
Gérérê, pússá	—	gérérê, armadilha, abano, arataca, pote, cachimbo de barro
Kanãn xínaê tásquia setsô	—	caboclo tem pinga e dinheiro para beber.

CONCLUSÕES

1. Os remanescentes indígenas palmeirenses atualmente chamados "chucurus" são etnicamente uma miscegenação de várias tribos do Nordeste, que habitavam particularmente as plagas do "hinterland" alagoano.
2. Não se sabe com certeza quais os habitantes autóctenes de Palmeira dos Índios. Levanta-se a hipótese, mais provável que primitivamente habitavam em Palmeira dos Índios a "Tribo dos Wákõná (Acconan, Aconã) do Grupo dos Kariri" ao lado dos Xukuru, que imigraram posteriormente.
3. Os kariris são os ancestrais primitivos porque os atuais remanescentes indígenas palmeirenses estão lembrados dos seus antepassados kariris e também sabem distinguir palavras kariris da língua Íátê, idioma ainda hoje em dia falado pelos índios Fulniô-Karnijós de Águas Belas do Sertão de Pernambuco.
   Não se recordam de nenhum vocábulo da língua provável dos Xukurus.
4. Em "Línguas e Costumes Indígenas do Brasil" de autoria de D. Ribeiro, Rio de Janeiro-1957, ao abordar a situação dos grupos indígenas quanto ao gráu de integração na Sociedade Brasileira, apresenta os "atuais xukurús" de integrados e chama os "Xukurus de Palmeira dos Índios" de "Wákõná" e não de "Xukurús".
   "Wákõná — (500 a 1000). Origem desconhecida. No Posto de Palmeira dos Indios e na Serra da Cafurna, no Município de Palmeira dos Índios. Perderam o domínio da língua e nada conservam da cultura original. Estado de Alagoas. Integrados."
   Refere-se no mesmo livro aos "Xukurus de Simbres, no Município de Pesqueira, Estado de Pernambuco".

5. Os Chukurus fixaram-se ao Sopé das Serras, ao norte da Cidade até Olhos D'Água do Acyoli, hoje município de Igaci.
   Os Kariris (Wakoná ou Aconari) apossaram-se das Serras da Palmeira, hoje Boa Vista, Amaro, Goití, Kandará e Mandioca. Como referência geográfica à presença histórica das duas tribos é conhecida a Serra dos Kariris e o bairro e açude Xukurus.
6. Frei Domingos de São José, construiu uma capelinha no lugar entre a Serra da Capela e Sítio Caranguejo, hoje conhecido como Igreja Velha. Mais tarde erigiu para atender aos desejos dos doadores da sesmaria outra capela sob orago do Senhor Bom Jesus da Boa Morte, onde segundo a tradição é o local da Igreja Matriz Catedral. Portanto o aldeiamento no Alto da Serra da Palmeira foi o berço do primitivo povoado que mais tarde passou para o Sopé da Serra da Boa Vista.
7. Os remanescentes indígenas desconhecem totalmente suas origens históricas. Como saudosismo de vivência espiritual com seus ancestrais, de vez em quando, se reunem em ritos cultuais, não se observando a prática do Ouricuri.
8. Está comprovada a existência de cemitérios indígenas (tíbícóára) com a descoberta de igaçabas (urnas funerárias) de dois tipos: forma ovóide e de formato cônico em várias localidades do Município de Palmeira dos Índios (Coité das Pinhas, Serra Verde, Serra do Mocó, Serra do Kariri, Alto Vermelho) principalmente localizadas no Serrote do Goití na Gruta da Cafurna. O serrote do Goití certamente era um antigo ossuário. Os ossos humanos encontrados na Cafurna parecem comprovar que os Kariris-xukurus não enterravam os mortos dentro das igaçabas, mas, sim, em solo comum.

Depois os exhumavam e colocavam os ossos nas igaçabas, juntamente com instrumentos de caça e pertences de ornamentação; e os enterravam com grande reverência e culto.

Tinham o hábito de fazer o enterramento como os Tupis.

Seria também válida a hipótese de que sepultavam os mortos dobrando as pernas à cabeça, para diminuir o tamanho do corpo, porque as igaçabas são de 50 a 70 centímetros de altura.

Enterravam provavelmente nos potes, de cabeça para baixo, porque foram encontrados ossos de crânio no fundo da urna funerária, enquanto ossos da coluna vertebral e dos

membros estavam situados mais acima misturados totalmente com terra.

As igaçabas utilizadas são de barro cozido, sem alguma ornamentação e sem tampa. As tampas foram quebradas devido a pressão das camadas de terra da superfície.

Os potes funerários foram encontrados ao sopé da Gruta Cafurna logo à superfície da camada de terra sílico-argilosa, á pouca profundidade do solo com os pertences dos mortos e também em céu aberto.

9. Os kariris (wákõná-karirís-xukúrús) eram antropófagos ou necrófagos? As descobertas das igaçabas com ossos humanos demonstram o contrário, a não ser que os índios a que se refere Herckman não eram kariris, ou os xukurus não eram kariris, ou ainda, nem todas as tribos do Grupo Kariri eram antropófagos ou necrófagos.
Não mediam sacrifícios para subir uma serra tão íngreme para enterrar os seus queridos mortos.
10. Os atuais remanescentes Cariris-Chucurus estão completamente integrados com esquecimento total da língua, notando-se a influência ao fáttê dos Fulniô-Carnijós de Águas Belas nos que tentam ainda falar alguma palavra ou frazes soltas.
11. Costumes tribais não existem, notando-se reminiscências da "Dança do Toré", da "Fumada com o Quáquí" e invocação dos "Índios Encantados" como saudosismo de um grupo étnico tribal.
12. É completa a aculturação (e transculturação) de hábitos alimentares, habitacionais, higiênicos e costumes religiosos em relação à população branca, havendo completa ausência de arte culinária peculiar indígena.
13. A utilização da cerâmica, bem como, o tecer de redes em teares primitivos, tão familiar aos antigos indígenas palmeirenses, estão abandonados e esquecidos como meio de artezanato.
14. Os Kariris-xukurus eram bastante religiosos, porque veneravam os mortos. Para lhes perpetuar a memória os enterravam nas igaçabas e os invocam como "Indios Encantados".
15. Há indícios de muitos outros ossuários nos arredores de Palmeira dos Índios talvez na Serra da Boa Vista, onde havia a antiga capelinha dos índios conforme testemunho de um caboclo palmeirense da Fazenda Canto.
16. Para haver a etapa final de completa integração bio-sócio-religioso-cultural dos atuais remanescentes wákõná-kárírís-xukúrús de Palmeira dos Índios, e para evitar os cha-

mados "quistos étnicos sociais" de sub-desenvolvimento, e consequentemente os desajustes bio-sociais de grupos minoritários, pode-se realizar um programa de promoção humana, em que todos os remanescentes indígenas receberiam programas de educação de base e de saúde e de semi-qualificação profissional.

17. Finalmente a administração da Fazenda Canto do Posto Indígena de Palmeira dos Índios seria realizada às custas dos seus próprios moradores para haver completa assimilação e integração à civilização, já que não existem mais os costumes indígenas tribais tradicionais.

18. Os remanescentes indígenas de Palmeira são descendentes de índios que vieram das margens do Rio São Francisco (provavelmente os xukurus) e de outros índios que emigraram de Pernambuco, Ceará e outras regiões do Norte (provavelmente os kariris).

19. Pode-se considerar pública, jurídica e oficialmente como certa a data de 27 de julho de 1773 como sendo as origens da fundação da Cidade de Palmeira dos Índios, porque, nesta data, foi doada a Sesmaria Indígena por Dona Maria Pereira Gonçalves e Filhos à Frei Domingos de São José, frade capuchinho, para construir a Capela em honra do Senhor Bom Jesus da Boa Morte, e assim formar o aldeamento indígena em sistema de catequese, conforme pode-se provar por Documento Público de Doação encontrado no arquivo de Palmeira dos Indios.

À GUISA DE APÊNDICE

PALMEIRA DOS ÍNDIOS: SEUS 80 ANOS

Clovis Antunes.

(Artigo publicado na Gazeta de Alagoas de Maceió, em julho de 1969).

Palmeira dos Índios vai viver um dos seus felizes dias. Festeja no dia 20 de agôsto de 1969 o "Oitentão" de Fundação de Município.

Palmeira, Terra dos Kariris, é uma cidade dinâmica do hinterland alagoano, progredindo sempre mais em educação e cultura, higiene e saúde, comunicações, comércio e turismo, esportes e clubes, serviços sociais e Fé Religiosa.

Contudo, ainda falta para maior brilhantismo das "oitentas velas" de aniversário de sua Fundação, um Museu, onde as suas tradições folclóricas possam ser contempladas pelo seu ilustre Povo.

Quantas preciosidades a ser conservadas no Museu: as igaçabas (urnas funerárias indígenas) descobertas ultimamente na Serra da Cafurna para estudos sócio-histórico-culturais-bio-antropológicos; os livros de Tombo e atas de Arquivos da Municipalidade; as atas mais antigas da Paróquia e Diocese N. S. do Amparo; as imagens dos santos, as mais antigas veneradas; os fac-similes dos manuscritos originais dos ilustres escritores da Região; as vestimentas indígenas dos Wákoná-Kariris palmeirenses da "Fazenda Canto" com seus arcos, flechas, machados, rede e vestimentas do toré.

Faz-se mister lembrar todas antiquíssimas tradições a fim de Palmeira dos Índios viver a sua História.

No dia 7 de julho do mês passado, fui visitar a Serra da Cafurna no Serrote do Goití e encontrei 6 igaçabas no antigo

cemitério indígena kariri com ossos humanos e continhas de colar feito de osso, como também encontrei nos Arquivos da Prefeitura a Ata de Posse do autor de "Vidas Secas", Graciliano Ramos, assinando-se como prefeito de Palmeira dos Índios no dia de sua investidura.

Todas estas descobertas foram comunicadas e doadas à Prefeitura Municipal na pessoa do Sr. Prefeito J. Duarte.

À guisa de informação transcrevo para o Público Leitor a ata de posse de Graciliano Ramos como uma homenagem ao escritor nordestino tão consagrado na Literatura Brasileira.

"Termo de Promessa que prestou o prefeito Graciliano Ramos de Oliveira e sub-prefeito José Alcides de Morais eleitos no dia 7 de novembro do ano próximo findo como tudo melhor abaixo se declara".

"Aos sete dias do mez de janeiro de mil novecentos e vinte e oito nesta Cidade da Palmeira dos Índios, Município do mesmo nome, Estado de Alagoas, reunidos ao meio dia no Paço Municipal os Conselhos Cel. Francisco Cavalcanti, Salustiano V. S. Branco, Braulio Xavier Montenegro, José Pinto de Barros, Miguel Monteiro de Araujo, Manoel Correia de Barros Lima, Aristides Motta Accioly, Antônio Joaquim Duarte, Ranulpho Saraiva Cavalcanti, e Capitulino José de Vasconcelos, achando-se presentes o Prefeito e Sub-Prefeito do Município, Graciliano Ramos de Oliveira e José Alcides de Moraes eleitos no dia 7 de novembro do ano próximo findo para funcionarem no triênio de 1928 a 1931 o Presidente mandou ler em vós alta a seguinte fórmula:

"Prometo guardar a constituição do Estado e as leis do Município e cumprir quanto em mim couber o mandato de Prefeito". Lida a fórmula o Prefeito Graciliano Ramos repetiu-a depois do que o Sub-prefeito dirigindo-se a meza proferiu de pé e alta vós as seguintes palavras: Assim o prometo. Do que lavrou-se a presente ata, digo, lavrou-se este termo que vae assignado por todos.

Eu, Manuel José de Aliveira,
Secretário do Conselho a escrevo.

José Caetano de Moraes

Graciliano Ramos

José Alcides Morais".

HINO E SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO

DECRETO

Lei Nº 691 — De 1º de dezembro de 1968

Institui o Hino Oficial e os Símbolos do Município e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Palmeira dos Índios, Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º — Ficam instituídos o Hino e os Símbolos Oficiais do Município de Palmeira dos Índios, conforme modelos anexos, os quais passarão a ser cantados nas solenidades e reuniões cívicas realizadas no território municipal, quanto ao Hino, e a ser usados e afixados nos papéis oficiais da Municipalidade, nos objetos, gabinetes do Prefeito e Sala das sessões da Câmara de Vereadores e onde mais sejam julgados convenientes, assim como durante os dias feriados ao lado dos Símbolos Nacionais e Estaduais.

Artigo 2º — Fica proibido o uso do Hino e Símbolos Municipais em cerimônias outras de caráter recreativo ou incompatíveis com a dignidade e o respeito atribuídos aos aludidos Símbolos.

Artigo 3º — O Executivo providenciará a confecção da Bandeira e Brasão d'Armas assim como imprimirá letra e música do Hino Oficial para a necessária distribuição às repartições e escolas municipais e àquelas que o desejarem, devendo fazer a afixação, a posição dos Símbolos nos termos desta Lei.

Artigo 4º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º — Revogam-se as disposições em contrária.

Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, aos 5 dias do mês de dezembro de 1966.

José Duarte Marques — Prefeito.

Publicada na Secretaria de Administração da Preifeitura Municipal de Palmeira dos Índios, aos 5 dias do mês de dezembro do ano de 1966.

Eulália Alves de Melo — Secretário de Administração em exercício.

Zilda de Lima Wanderley — Escriturário.

A BANDEIRA

A Bandeira é composta de três faixas verticais, de igual tamanho e largura, nas cores amarela, branca e verde — as cores mencionadas — simbolizando sua completa submissão à Pátria.

Na faixa do centro, de cor branca, vem o Escudo, bem no centro da Bandeira.

O ESCUDO

Escudo antigo, partido:

1º — de azul anil com uma cruz latina de prata;
2º — de ouro com palmeira ao natural;
3º — cortado de vermelho, com cacto na sua cor, encimado por uma princesa de ouro.

O Escudo é encimado por uma coroa de prata e é substituído por um Índio e uma Índia, em cor, além de dois ramos cruzados de algodão (à dextra) e milho (à sinextra), nas suas cores, arrematados por um dístico duplo com os dizeres: Palmeira dos Índios Alagoas.

INTERPRETAÇÃO

A Cruz Latina: de prata, simboliza a tradição e vocação democrática cristã do Povo Palmeirense.

O Campo Azul Anil: diz da sua qualidade ordeira e pacífica.

A Palmeira: ao natural, em campo de cor ouro, representa a árvore que lhe deu o nome, debaixo da qual imigrantes e seus filhos poderão desfrutar das riquezas (campo ouro) de seu solo.

A Coroa: fala do seu título de Princesa do Sertão. A coroa é o símbolo de sua nobreza.

A Palma: representa o Sertão. (O título de Princesa do Sertão é resultante do esforço e trabalho — campo vermelho — de seus filhos e de quantos aqui se radicam. Não um título gracioso, mas uma conquista.

Casal Índios: O macho, nome Tilixí, e a fêmea, de nome Tixiliá, representam o casal de índios, vítimas do amor, de cujo heroísmo Frei Domingos extraiu a disposição de fundar a cidade.

Coroa Mural: sobrepujando o escudo, de prata, é o símbolo de Cidade.

Os Ramos: que enlaçam o escudo, algodão e milho, significam suas culturas agrícolas mais produtivas.

(Autoria de: *Luiz B. Tôrres e José Branco*)

O HINO

Canto :

Teu passado glorioso
tem origem secular
nos heróicos xucurús
de bravura e fé sem par,
cujos feitos nós seguimos
como luz a nos guiar

Tuas terras verdejantes
e teu povo varonil
se irmanaram no trabalho
para a glória do Brasil
sob o manto protetor
do teu céu de puro anil.

Sejas sempre idolatrada
dentro em nosso coração — bis

Estribilho

Tu, Palmeira abençoada,
a Princesa do Sertão!

Oh! Palmeira, nós queremos
exaltar o teu perfil,
decantar tua beleza
que possui encantos mil,
de cidade da esperança,
incrustada no Brasil.

Se nasceste de uma cruz
tu só tens amor a dar,
assim sendo, este teu solo
sempre vive a se ofertar
para quantos que o desejem
transformá-lo no seu lar.

Sejas sempre idolatrada,
dentro em nosso coração,
Tu Palmeira abençoada,
a Princesa do Sertão!

Mesmo ausente do teu seio
ninguém pode te olvidar,
permaneces na lembrança
como um bem a maltratar,
inundando de saudade
e o desejo de voltar.

Imigrantes e teus filhos,
neste canto em teu louvor,
nos unimos num só corpo
e na voz o mesmo ardor,
para dar-te, sem reservas,
nossa vida e nosso amor.

Sejas sempre idolatrada,
Dentro em nosso coração
Tu, Palmeira, abençoada,
a Princesa do Sertão!

Música:
Luiz B. Tôrres e José Gonçalves.

Letra:
Luiz B. Tôrres e José Rebelo Tôrres.

I N D I C E

Apresentação 9
Introdução 11
Os Wákõná-Kariris-Chukurus de Palmeira dos Indios 17
Documento do Arquivo Público de Alagoas 27
Outras Informações sobre os Kariris 31
Testemunho de um Chucuru de Urorubá — Cimbres 39
História da Palmeira 45
Escritura de 1773 — As Origens da Cidade 49
Documentos Antigos — Atas da Câmara 53
A Terra dos Indios 57
Os Marcos da Demarcação 61
Ata da Fundação da Cidade — "Auto de Posse da Cidade de Palmeira dos Indios" 71
O Aldeiamento 73
Famílias da Fazenda Canto 85

Lendas dos Wákõná

1 — O Advindo Pissorê 87
2 — A India Tixiliá 89
3 — Sete Estrela 92
4 — Origem da Terra e do Mar 93
5 — A Tripa que virou India 95
6 — A Lenda do Fogo 96

O Toré 99
O Quaki 109
Visita de um Etnólogo a Palmeira dos Indios 113
As Igaçabas da Cafurna 117
Os Indios brancos e Escravos negros 125
Subsídios Antropológicos 129
A Língua 131
Conclusões 145
À Guisa de Apêndice 149
Hino e Símbolos do Município 151

155

Fontes Bibliográficas e Documentais

1. ANTUNES, Clovis. Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas: os chucurus de Palmeira dos índios. Apostila de pesquisa etno-biológica, Recife. 1965.

2. ARQUIVO da FUNAI — Pernambuco.

3. ARQUIVO da Paróquia e Diocese de Palmeira dos índios.

4. ARQUIVO da Prefeitura Municipal de Palmeira dos índios.

5. ARQUIVO Público de Alagoas.

6. Brasil. FUNAI. Os índios da raça xucuru, relatório ms, Recife. 1969.

7. CARVALHO, José Cândido de Melo. *Notas de viagem de um zoólogo à região da caatinga e áreas limítrofes*. 1969.

8. CAVALCANTI, Cícero. Relatório tratando dos índios xucurús e suas terras na Serra de Urubá. Recife, SPI, 1950.

9. CÉSAR, José Vicente. *Enterros em urnas dos tupi-guarani*. Separata da REVISTA de ANTROPOLOGIA. S. Paulo, v. 14, 1966.

10. COSTA, Angyone. *Introdução à arqueologia brasileira*. 3ª ed. rev. S. Paulo. Ed. Nacional, 1959.

11. DIAS, João de Deus Oliveira. *Terra dos Garanhuns*. Garanhuns, 1968.

12. FERRARI, Alfonso Trujillo. *Os kariri, o crepúsculo de um povo sem história,* 1957.

13. FIGUEIREDO Júnior, José Bento da Cunha. *Relatório lido perante a Assembléia Legislativa da Província das Alagoas em* 16 *março*. 1870 (...) Maceió, Tip. Comercial de A.J. da Costa, 1870.

14. IBGE. Palmeira dos índios-Alagoas. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1969.

15. OLIVEIRA, Carlos Estêvão. O Ossuário da "Gruta do Padre" em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. Separata do Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. XIV—XVII—1939-1941/1942.

16. PINTO, Estêvão. *Etnologia brasileira* (*Fulniô-Os últimos tapuias*) S. Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1956.

17. RIBEIRO, Darcy. *Línguas e Culturas indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro. 1957.

157

CORRIGENDA

Página 14 alínea 8 onde se lê: Campanhas de Escolas — leia-se: Campanha de Escolas

Página 19 alínea 13 onde se lê: Darcy Ribeiro 1957 — leia-se: Estevão Pinto 1956

Página 20 alínea 31 onde se lê: Kanuará, Dzubukua — leia-se Kamarú, Dzubukuá

Página 22 alínea 7 onde se lê: Antônio Maria Marchet — leia-se: José Maria da Gama Malcher

Página 32 alínea 4 onde se lê: Ridolfo Shuller — leia-se: Rudolfo Shuller

Página 39 alínea 12 onde se lê: subjulgar — leia-se subjugar

Página 40 alínea 11 onde se lê: Tamãinha (Mão do Céu) — leia-se: Tamãinha (Mãe do Céu)

Página 47 alínea 13 onde se lê: Inácio Consalves — leia-se: Inácio Gonçalves

Página 58 alínea 23 onde se lê: José Antônio Ferreira Braklamy — Manuel Duarte Coelho, Secretário — Antônio de Holanda Cavalcanti — Ao Senhor Director dos Indios da Palmeira — Diogo José de Souza Mello, Secretário — José Pinto Cabral — leia-se: José Antônio Ferreira Braklamy — Manuel Duarte Coelho, Secretário — Antônio de Holanda Cavalcanti — José de Souza Mello, Secretário — Ao Senhor Director dos Indios da Palmeira — Diogo José Pinto Cabral.

Página 72 alínea 16 onde se lê: Balbino Franco — leia-se: Balbino Franco

Página 75 alínea 18 onde se lê: Maria da Gama Marchet — leia-se: Maria da Gama Malcher

Página 77 alínea 9 onde se lê: Dr. Marchet — leia-se: Dr. Malcher

Página 93 alínea 7 onde se lê: Pegou o tição (o paú) — leia-se: Pegou o tição (o pau)

Página 94 alínea 3 onde se lê: Quando a criação — leia-se: Quanto à criação

Página 99 alínea 24 onde se lê: improviso do mester — leia-se: improviso do mestre

Página 124 alínea 2 onde se lê: meras tentativos — leia-se: meras tentativas

Página 138 alínea 2 onde se lê: cacorrinho — leia-se: cachorrinho

Página 141 alínea 31 onde se lê: Quêlhajó — leia-se: Quelhafô

Pagina 145 alínea 19 onde se lê: Línguas e Costumes — leia-se: Línguas e Culturas

Pagina 145 alínea 19 onde se lê: Indígenas do Brasil — leia-se Indígenas do Brasil

Pagina 152 alínea 2 onde se lê: disposições em contrária — leia-se disposições em contrário

Indice 152 alínea 27 onde se lê: Os Indios Brancos e Escravos Negros — leia-se: Índios, Brancos e Escravos Negros.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Editado pela
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA
da Universidade Federal de Alagoas
Reitor: Prof. Nabuco Lopes
Maceió-Al. — Agosto — 1973

161

Esta edição é uma promoção da Fundação de Assistência Cultural e Educacional de Palmeira dos Indios —FACEPI cuja Diretoria é assim constituída:

Coordenador Geral
Odilon Amador dos Santos

Diretor Administrativo
Ivaldo Buarque Barbosa

Diretor do Setor Pedagógico
Zélia Vieira Gaia

Diretor do Setor Cultural
Maria Salete Soares Gaia

Prefeito:
José Duarte Marques

Capa:

Brasão de armas do Município de Palmeira dos Indios-Alagoas.